



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA LUIZA PIEDADE FÉLIX

**O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA DIFUSÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO UNICEF NA CIDADE DE SALVADOR
(2010-2024)**

SÃO CRISTÓVÃO

2025

ANA LUIZA PIEDADE FÉLIX

**O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA DIFUSÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO UNICEF NA CIDADE DE SALVADOR
(2010-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais da Universidade
Federal de Sergipe, como pré-requisito para aprovação na
disciplina de TCC 2.

Orientador: Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira.

SÃO CRISTÓVÃO

2025

**O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA DIFUSÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO UNICEF NA CIDADE DE SALVADOR
(2010-2024)**

ANA LUIZA PIEDADE FÉLIX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Sergipe, como pré-
requisito para obtenção do grau de bacharel em
Relações Internacionais.

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira
(Orientador)**

**Prof.^a Dra. Bárbara Vasconcellos De Carvalho Motta
(Membro convidado - Interno)**

**Prof. Dr. André Leite Araújo
(Membro convidado - Externo)**

Dedico este trabalho a meus pais,
Marlene e Edson Ruy.

AGRADECIMENTOS

Reconheço com gratidão a presença de Deus, que me fortaleceu e trouxe serenidade em cada momento de dificuldade.

Agradeço ao meu orientador, Cairo Junqueira, pela paciência, orientação e incentivo ao longo desse processo. Sua dedicação, compromisso e gentileza foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Também expresso minha gratidão aos professores que, com seus ensinamentos, contribuíram para minha formação acadêmica e para a construção desta pesquisa.

À minha família, por estar sempre ao meu lado, me apoiando e acreditando no meu potencial. Em especial, à minha mãe, Marlene Piedade, e ao meu pai, Edson Ruy Félix, que, com amor e paciência, me ampararam nos momentos de ansiedade, oferecendo acolhimento, força e tranquilidade para que eu seguisse em frente.

Ao meu irmão Rafael Félix e meu namorado Diego Santana, que estiveram ao meu lado em cada etapa, com compreensão e palavras de encorajamento. E aos amigos e colegas que foram meus companheiros de jornada, sempre prontos para oferecer apoio e momentos de descontração.

Agradeço a LÍlian Medeiros e Anelize de Almeida, cuja presença repleta de sabedoria e suporte, guiou e fortaleceu minha trajetória. Cada palavra de incentivo foi essencial para a condução deste estudo.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

RESUMO

De que modo ocorreu a atuação do UNICEF no período 2010-2024 junto ao poder público local em Salvador? Com o avanço da globalização, tornou-se cada vez mais comum presenciar organizações internacionais envolvidas na tentativa de resolver problemas sociais e apoiar políticas públicas nos territórios locais. Entre essas instituições, o UNICEF se destaca por sua longa trajetória. Criado em 1946, a Agência tem atuado de forma contínua na promoção de ações que garantem os direitos de crianças e adolescentes ao redor do mundo, com foco em proteção, desenvolvimento e inclusão. Neste contexto, este trabalho analisa, sob a luz dos processos de difusão de políticas públicas, como o UNICEF atuou em Salvador, na Bahia, entre os anos de 2010 e 2024. O foco é entender de que forma a organização contribuiu e influenciou na elaboração e no fortalecimento de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes no município. Ao longo desse período, Salvador se aproximou de organismos internacionais e a presença do UNICEF também exerceu um papel importante nesse processo, especialmente após a inauguração da Casa da ONU, em 2010. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa, tendo como base documentos e referências bibliográficas que tratam da atuação da organização junto ao poder público da cidade. Os resultados indicam que a cooperação com organizações internacionais como o UNICEF tem ajudado a aprimorar a forma como o poder público atua, trazendo novas ideias e contribuindo para a criação de políticas mais justas e eficientes àqueles que realmente necessitam.

Palavras-chave: organizações internacionais, UNICEF, políticas públicas, difusão de políticas, Salvador.

ABSTRACT

How did UNICEF work with local government authorities in Salvador between 2010 and 2024? As globalization progresses, it has become increasingly common for international organizations to engage in addressing social problems and supporting public policies at the local level. Among these institutions, UNICEF stands out for its long history. Established in 1946, the Agency has consistently worked to promote initiatives that uphold the rights of children and adolescents worldwide, focusing on protection, development, and inclusion. This paper analyzes how UNICEF operated in Salvador, Bahia, between 2010 and 2024 within the framework of public policy diffusion. The focus is to understand how the organization contributed to and influenced the development and strengthening of public policies for children and adolescents in the city. Throughout this period, Salvador has increasingly engaged with international organizations, and UNICEF's presence has played a crucial role in this process, especially following the inauguration of the UN House in 2010. This study adopts a qualitative approach, drawing on documents and bibliographical references concerning the Funds's collaboration with the city's public authorities. The results indicate that cooperation with international organizations, such as UNICEF, enhances the functioning of public authorities by introducing new ideas and contributing to the creation of fairer and more effective policies for those in need.

Keywords: international organizations, UNICEF, public policies, policy diffusion, Salvador.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Funções das Organizações Internacionais.....	21
Quadro 02 - Alternativas de aprendizagem na difusão de políticas públicas.....	33
Quadro 03 - Estruturação e principais pontos de operação.....	42
Quadro 04 - Linha do tempo sobre os direitos das crianças no Brasil.....	45
Quadro 05 - Iniciativas do UNICEF em Parceria com Órgãos e Agentes Municipais de Salvador.....	66
Quadro 06 - Principais Iniciativas com participação do UNICEF em Salvador.....	69

LISTA DE SIGLAS

Aben-BA - Associação Brasileira de Enfermagem
AICE - Associação Internacional de Cidades Educadoras
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BA – Bahia
CEAFRO - Centro de estudos afro-orientais
Cedaps - Centro de Promoção da Saúde
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMS - Câmara Municipal de Salvador
CONGEMAS - Colegiado Nacional de gestores Municipais de Assistência Social
COP28 - Conferência entre as Partes edição 28
COVID-19 – Corona Vírus Desease
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FCM - Fundação Cidade Mãe
FGM - Fundação Gregório de Matos
FIEMA - Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes
HIV - Vírus da imunodeficiência humana
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDeF - Internacionalização Descentralizada em Foco
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NACPC - Núcleo de Atendimento à Criança com Paralisia Cerebral
NEAPI - Núcleo de Apoio à Primeira Infância
OI - Organizações Internacionais
OIGs - Organizações Intergovernamentais Internacionais
Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ONGs - Organizações Não Governamentais
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
ONU - Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat - Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
SECRI - Secretaria de Relações Internacionais
SEGOV - Secretaria de Governo
SMEC - Secretaria Municipal da Educação e Cultura
SEMUR - Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes, Lazer e Reparação
SEMPRE - Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer
SMED - Secretaria Municipal de Educação
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SOBAPE - Sociedade Baiana de Pediatria
SPD - Sociedade Protetora dos Desvalidos
SPMJ - Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude
UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
WASH - Água, Saneamento e Higiene

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.1 Organizações internacionais: origem, conceituação, características, classificações e funções.	18
2.2 Políticas Públicas: Conceituação, Formulação e Relação com as Organizações Internacionais.....	22
2.3 Difusão de Políticas públicas e atuação das Organizações Internacionais	27
2.3.1 Quem está envolvido no processo de transferência?	29
2.3.2 Por que transferir políticas públicas?	29
2.3.3 O que é transferido?	29
2.3.4 Quais são os diferentes graus de transferência?	30
2.3.5 De onde são extraídas as lições ou de onde vem o aprendizado?	30
2.3.6 Quais fatores influenciam a transferência?	30
3. UNICEF: COMPROMISSO GLOBAL E PRESENÇA TRANSFORMADORA NO BRASIL	37
3.1 UNICEF: Origem, Características e Funções	37
3.2 UNICEF no Brasil: histórico, operacionalização e realizações	43
3.3 A Presença do UNICEF nas cidades e no enfrentamento dos desafios urbanos.....	50
3.4 A Colaboração estratégica do UNICEF com o poder público brasileiro	55
4. A ATUAÇÃO DO UNICEF NA DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SALVADOR.....	60
4.1 Salvador: um processo de internacionalização em construção	60
4.2 O UNICEF em Salvador: Propósito, Iniciativas e Formas de Atuação	65
4.2.1 Agenda Temática	73
4.2.1.1 Educação.....	73
4.2.1.2 Saúde e Nutrição	74
4.2.1.3 Combate à Violência	75
4.2.1.4 Empoderamento Juvenil.....	76
4.2.2 Formas de atuação	78
4.2.2.1 Parcerias estratégicas com os setores público e privado	78
4.2.2.2 Levantamento e monitoramento de dados	79

4.2.2.3 Capacitação de profissionais e fortalecimento institucional	81
4.2.2.4 Mobilização social	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	86

1. INTRODUÇÃO

No século XIX, com o avanço do contato entre povos e a consequente evolução da relação de troca entre os Estados, observou-se a necessidade em dispor de mecanismos de gestão que atendessem as transformações relacionais dos países que começaram a ultrapassar limites fronteiriços. Assim, observamos maior relevância das organizações internacionais na política internacional. Contudo, ainda que tenha elevado o interesse sobre sua atuação, essas instituições apenas assumiram um papel importante nesse sistema no século XX, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial (Herz; Hoffmann, 2004).

Em 1919 ocorreu o surgimento da Liga das Nações, instituição fruto de um processo conflitoso que expôs a necessidade de uma organização internacional enquanto instrumento que visava evitar novos conflitos por meio dos princípios da segurança coletiva e da igualdade entre Estados. Nesse sentido, as organizações internacionais podem ser conceituadas como “associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregados de gerir interesses coletivos e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta de seus membros” (Seitenfus, 1997, p. 26-27).

O posterior fracasso e a extinção da Liga das Nações, em um panorama de aumento contínuo da conexão entre os Estados e consecutivo advento de questões cada vez mais complexas que permeavam essas relações, ocasionaram o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, a qual se apresentou como uma nova tentativa de constituir uma união entre pátrias com o propósito de estabelecer relações amistosas entre os países (Herz; Hoffmann, 2004). A ONU objetiva promover a cooperação internacional através de mecanismos que possibilitam a segurança internacional, desenvolvimento econômico, a defesa aos direitos humanos, a promoção ao desenvolvimento sustentável e o progresso social (United Nations, 2023).

Ao longo do tempo, as Nações Unidas continuaram a desempenhar função essencial em agendas de sua competência, mas observou a intensificação de suas atividades ocorrerem em consequência ao processo de globalização: um fenômeno multifacetado, o qual, como apontado por Leonardo Secchi (2013) e Faria (2018a), expressa uma dualidade quando analisadas as características que o cercam. Por um lado, observa-se um viés direcionado ao progresso, desenvolvimento e integração, ao mesmo tempo que também resulta em adversidades como a regressão, o colonialismo e a desestabilidade.

O cenário intenso e volátil particular ao curso da mundialização evidenciou a necessidade da emergência de novos atores, diante do reconhecimento da impossibilidade do

Estado, de forma isolada, responder por todas as demandas que agora os cercam. Como argumentado por Rosenau e Czempiel (2000), o mundo globalizado implica em um deslocamento contínuo de autoridade, caracterizado pelo aumento do protagonismo de outros atores e outros níveis das Relações Internacionais que transcendem o paradigma estritamente estadocêntrico anteriormente operado. Curtis (2014), por exemplo, sinaliza que a fragmentação ocasiona a imersão das cidades como novos atores que ocupam cada vez mais espaço na agenda internacional.

Em meio a tal conjuntura, torna-se importante observar perante a sua essência dualista que ambos os fatores da globalização demandam o auxílio indiscutível das organizações internacionais. Seja como ferramenta para o sucesso do seu desenvolvimento ou assistência para com as consequências que acarretam, a sociedade e o mundo precisam de seu auxílio para navegar por este sistema.

A ONU encontrou neste processo um ambiente propício à sua operação, uma vez que a globalização acentua a desigualdade causando grandes problemas voltados à saúde, ao desemprego, à fome e outras questões de cunho social, concebendo a necessidade de ações fundadas em atribuições práticas, reproduzidas em operações de ajuda humanitária. O caráter exigido quanto a uma atuação ainda mais consistente das organizações internacionais ocasionou a intensificação do processo de cooperação internacional, de tal modo que alcançaram, inclusive, esferas do poder público de diversos países. Ou seja, o processo se infiltrou no domínio local, tornando-se parte das dinâmicas municipais.

Na prática, no que tange à ONU, o processo de inserção na esfera local pode ser observado não apenas pela promoção de atividades e projetos, mas também através de sua presença nas cidades por meio da implementação de escritórios. Como destacado por Amorin (2019), esta é uma iniciativa que objetiva fortalecer a articulação entre as agências, programas e fundos da organização. Dessa forma, a ONU se torna ainda mais presente e, em conjunto com outras instituições públicas e privadas, continua a desenvolver conexões e ações a fim de solucionar adversidades de cunho social que afetam a sociedade civil e que pertencem às prerrogativas a serem solucionadas conforme a missão global da ONU.

Através dessa ótica, é possível analisar o papel das Nações Unidas junto ao poder público da cidade de Salvador a partir de uma das suas principais agências especializadas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Fundado em uma sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1946, o UNICEF exerce seu papel na defesa e proteção aos direitos das crianças e adolescentes, auxiliando-os em suas necessidades básicas e contribuindo para o seu desenvolvimento de forma a criar condições duradouras (UNICEF, 2018a).

A sua presença em mais de 190 países, tempo de atuação e sua forma de trabalho pautado em uma relação de cooperação com os Estados, confere ao Fundo credibilidade e eficiência global. O órgão também dispõe de significativo aporte técnico e financeiro, permanecendo em uma posição de privilégio para exercer suas atividades (UNICEF, 2018a, 2022a). Tal arranjo a coloca como referência em sua área de operação e concede ampla capacidade de mobilização dos governos municipais, estaduais e federal, assim como de outros setores como sociedade civil, mídia e âmbito privado (UNICEF, 2018b).

Essa postura de operação da Agência junto ao poder público esteve persente no evento da Cúpula Mundial para a Infância (*World Summit for Children*), que ocorreu em 1990 em Nova York, e foi marcada pela formação de uma agenda para a infância com metas a serem alcançadas até 2000 (UNICEF, 1990a). Neste acordo, os líderes mundiais se comprometeram com uma agenda na qual crianças e adolescentes são postos como prioridade no que concerne à formulação de políticas públicas e gastos com recursos. O Brasil foi um dos signatários e se comprometeu a acolher as diretrizes que constavam no documento (Oliveira; Steiner; Alves, 2018).

No Brasil, atualmente, as iniciativas trabalhadas pelo órgão visam três principais pontos. Primeiramente, gerar visibilidade ao tema da violência por meio da produção e difusão de estudos, levantamentos e análises, bem como a realização de reuniões nacionais e locais envolvendo especialistas, acadêmicos, gestores e sociedade civil. Objetiva-se também melhorar os serviços públicos de prevenção e resposta à violência, por meio de ações estratégicas da própria organização que estão em andamento, como o Selo UNICEF e a plataforma de monitoramento de Centros Urbanos. Por último, o órgão procura influenciar mudanças na legislação e nas políticas públicas tanto através de um processo de comunicação entre diferentes setores da sociedade e construção de parcerias, quanto por meio de contribuição técnica especializada (UNICEF, 2022b, 2022c).

Assim, a influência da organização é conformada através do diálogo com governos, setor privado, comunidades e sociedade civil na tentativa de fortalecer a legislação nacional e local, também atuando na promoção de avanços nas políticas públicas. Além de fornecer suporte técnico a indivíduos que compõem comissões, comitês e espaços de trabalho sobre o tema dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente na prevenção e resposta às violências (UNICEF, 2022b).

Em consonância com o seu procedimento de operação na dimensão nacional, o UNICEF mantém a forma de conduta sobre suas atividades em âmbito regional e local, mobilizando governos estaduais e municipais dos lugares em que opera. A instituição reconhece a

importância do enfoque nestes planos e sinaliza que os melhores programas sociais e políticas públicas em prol da criança e do adolescente surgem de iniciativas locais (UNICEF, 2018b).

Em Salvador, o órgão ganha destaque a partir da implementação da Casa da ONU em 2010, escritório integrado da organização que passou a funcionar no local com a atuação de cinco organismos de cooperação internacional, entre eles o UNICEF. Com isso, Salvador foi a primeira cidade do país a sediar a Casa da ONU, dando conformidade a um cenário de auxílio para a região na tentativa de garantia dos direitos humanos (Nações Unidas Brasil, 2010).

O escritório zonal da capital baiana se responsabiliza por disponibilizar apoio técnico e financeiro a projetos desenvolvidos em parcerias com organizações não governamentais e governamentais, além de iniciativas privadas. O espaço executa as estratégias nacionais, auxiliando projetos de atendimento direto, impulsionam a sociedade civil e os governos estaduais e municipais para assuntos envolvendo a infância e a adolescência, além de proporcionar a constituição de políticas públicas locais (UNICEF, 2018b).

Em conformidade com sua atuação nacional, o UNICEF também exerce um comportamento de imersão na busca por realizar trabalhos junto ao poder público, a fim de participar e influenciar a articulação de políticas públicas do município (UNICEF, 2018b). Nessa perspectiva, é possível identificar um processo de imersão das Organizações Internacionais no âmbito local, estruturado a partir da ideia de suporte oferecido por essas instituições, como o próprio UNICEF. Diante disso, torna-se essencial analisar as dinâmicas que envolvem essa participação na esfera municipal. Assim, a presente discussão busca traçar um panorama sobre os elementos que envolvem processos de políticas públicas e a participação das organizações nesta dimensão. O caso específico a ser trabalhado possui como enfoque a atuação do UNICEF na cidade de Salvador, permitindo compreender o seu comportamento frente ao desenvolvimento do processo de cooperação internacional e internacionalização empreendido/colocado em prática pela cidade.

Diante do exposto, o escopo temporal a ser aqui trabalhado foi decidido a partir de um levantamento prévio das iniciativas desenvolvidas em Salvador, o qual demonstrou que anterior ao ano de 2010 as ações realizadas na cidade possuíam características bastante similares, se resumindo a ações de cunho instrutivo, como seminários, fóruns, colóquios. Outro motivo para tal delimitação recai sobre o nível maior de dificuldade em encontrar informações sobre ações de anos precedentes, bem como a necessidade de haver restrição em relação à quantidade de atividades a serem analisadas. Isso posto, a pesquisa recorreu à análise entre 2010 e 2024.

O interesse em desenvolver este estudo decorre da maior intensidade do processo de internacionalização vivida pela cidade de Salvador nos últimos anos. Sendo considerada um

destaque regional, segundo Ribeiro (2009), a cidade também ocupa o posto de uma das primeiras do país a se internacionalizar, observando-se a ampliação da participação de instituições internacionais junto ao poder público do município.

Como discutido por Amorin (2019), a partir do entendimento por parte do poder público sobre o potencial de inserção da cidade no âmbito internacional, ainda no ano de 2005 Salvador começou a montar uma estrutura pensando na efetivação da internacionalização do município. Um fato que se concretizou ao longo do tempo, permitindo que em anos seguintes a cidade trabalhasse com diferentes OI, possibilitando a produção de análises mais específicas sobre o tema.

A deliberação de escolha acerca da temática também se relaciona ao fato de Salvador acolher o UNICEF há algum tempo, parceria que resultou na execução de um número consistente de atividades. As ações realizadas pelo UNICEF em Salvador estão disponíveis em diversos formatos – documentos, matérias, relatórios, comunicados de imprensa – formando um portfólio expressivo e passível de análise. Com base no levantamento efetuado, foram identificadas pelo menos 75 ações distintas que ilustram a atuação da organização na cidade. Essas informações foram coletadas a partir de oito sites oficiais, incluindo os portais do UNICEF Brasil e páginas do governo federal, estadual e municipal.

A importância do tema também recai sobre o fato de Salvador ser a primeira cidade no Brasil a sediar a Casa da ONU, criando disposição em compreender o contexto de sua instalação em uma cidade pertencente ao Nordeste. Como discutido por Sandroni (2008), estamos tratando historicamente de uma região completamente abandonada do modelo de desenvolvimento que se construiu no país e que sofre até o presente momento as consequências desse processo. A instalação permanente de um escritório do UNICEF em Salvador também configura uma conjuntura de atuação muito mais consistência e dinâmica do órgão, fortalecendo o suporte não apenas para a cidade, mas também a região do semiárido, um território de operação prioritária para a organização.

A presença de um escritório das Nações Unidas na cidade também deve ser um elemento familiar à população, uma vez que a instituição dialoga com a máquina pública que se responsabiliza por garantir a qualidade de vida da sociedade. Trabalhar este conteúdo se torna uma fonte de conhecimento e interlocução com a população, esclarecendo funções voltadas a sua ação no quadro local. Assim, através do levantamento de iniciativas desenvolvidas pelo órgão na cidade, cabe questionar: de que modo ocorreu a atuação do UNICEF no período 2010-2024 junto ao poder público local?

Neste sentido, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória acerca desse tema relativamente recente e de conteúdo abrangente, através da abordagem qualitativa, com análise documental e revisão bibliográfica sobre a difusão de políticas públicas e a atuação das organizações internacionais. Assim, o primeiro capítulo aborda de forma geral aspectos das organizações internacionais quanto a origem, conceituação, características, classificações e funções, bem como das políticas públicas e atuação dessas Organizações. O segundo capítulo introduz o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) como uma força transformadora que propaga esperança, através de parcerias em todo o mundo, especialmente no Brasil, com enfrentamento dos desafios e colaboração estratégica com o poder público brasileiro. No terceiro capítulo explanamos a atuação do UNICEF na difusão de políticas públicas no município de Salvador, Bahia (BA), contribuindo para a inserção da cidade no processo de internacionalização e desenvolvimento urbano, impulsionando as conexões globais através de agendas temáticas.

Enfim, o objetivo central deste trabalho foi analisar o papel do UNICEF junto ao poder público do município de Salvador, na Bahia, buscando compreender quais foram os propósitos de atuação e formas de ação entre 2010 e 2024 sob a luz dos processos de difusão de políticas públicas. Um panorama dos conceitos e discussões que envolvem e correlacionam as organizações internacionais e as políticas públicas, com síntese das principais contribuições teóricas que circundam estudos sobre a difusão do assunto, bem como a atuação das organizações internacionais nesse processo, envolvendo o papel do UNICEF na cidade de Salvador - BA e suas ações.

A partir da análise realizada, concluiu-se que a atuação do UNICEF em Salvador evidencia como organizações internacionais podem fortalecer e influenciar as políticas públicas em nível municipal. Ao estabelecer parcerias estratégicas, promover a mobilização social e oferecer suporte técnico, a Agência não apenas implementou iniciativas voltadas para crianças e adolescentes, como também colaborou na elaboração de políticas, consolidando práticas e diretrizes que seguem padrões globais. Sinalizando seu papel como um agente essencial na difusão de políticas públicas, estimulando a articulação entre diferentes setores e impulsionando o desenvolvimento local.

2. O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em uma conjuntura de intensificação da manifestação das relações globais, as organizações internacionais têm desempenhado uma função cada vez mais marcante no processo de estruturação de políticas públicas. Por atuarem internacionalmente, focando em políticas, acordos ou parcerias, suas ações podem parecer distantes da realidade das pessoas comuns e de suas atividades cotidianas. Contudo, essas instituições podem promover cada vez mais a troca de experiências e boas práticas com outros países, incorporando e transformando realidades locais a partir de um mosaico de soluções inovadoras. Assim, são passíveis de serem catalisadoras de mudanças sociais no nível local.

2.1 Organizações internacionais: origem, conceituação, características, classificações e funções.

As organizações internacionais (OIs) representam um fenômeno disseminado sobretudo no século XX e podem ser conceituadas como “associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregados de gerir interesses coletivos e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta de seus membros” (Seitenfus, 1997, p. 26-27).

Discussões sobre formas de organização coletiva entre cidades-Estado no período da Grécia antiga, incentivadas pela busca de ordem e de paz, sinalizam que a concepção acerca da criação de OIs tiveram início na antiguidade. Ainda na Idade Média surgiram formas de organização internacional como a Liga Hanseática, uma espécie de associação mercantil de cidades europeias, reafirmando que a demanda por uma cooperação mais organizada teria ocorrido antes mesmo do estabelecimento do conceito de Estado nacional (Rodrigues, 2014).

Posteriormente, com a Paz de Westfalia (1648), acontecimento histórico que designou uma série de tratados que encerrou à Guerra dos Trinta Anos e estabeleceu o reconhecimento da soberania dos Estados nacionais, a demanda por uma cooperação internacional mais institucionalizada continuou a ser uma necessidade (Onuki; Agopyan, 2021). Tal cenário se estendeu e evoluiu ao longo dos anos, adquirindo contornos modernos e elevando cada vez mais a frequência na utilização de recursos diplomáticos, acordos e tratados internacionais como forma de resolução de disputas e diferenças (Rodrigues, 2014).

Dessa forma, observando a necessidade em dispor de mecanismos de gestão que atendessem as transformações relacionais sofridas pelos países, as organizações internacionais

formadas pelos Estados nacionais surgiram de fato no século XIX. Nesse período, o grande destaque foi a criação da Liga das Nações em 1919, primeira instituição de escopo universal em bases permanentes, fruto de um processo conflituoso que expôs a necessidade de uma organização internacional enquanto instrumento, que visava evitar novos conflitos por meio dos princípios da segurança coletiva e da igualdade entre Estados (Herz e Hoffmann, 2004).

Em momento futuro, o fracasso e extinção da Liga das Nações, em um panorama de aumento contínuo da conexão entre os Estados e consecutivo advento de questões cada vez mais complexas que permeavam essas relações, ocasionou o surgimento da ONU em 1945. Uma organização intergovernamental que se apresentou como uma nova tentativa de constituir a integração entre nações com o propósito de estabelecer relações amistosas entre os países (Herz; Hoffmann, 2004). A ONU objetiva promover a cooperação internacional através de mecanismos que possibilitam a segurança internacional, desenvolvimento econômico, defesa aos direitos humanos, a promoção ao desenvolvimento sustentável e o progresso social (United Nations, 2023). Assim, observou-se que apesar de surgirem no século XIX, essas instituições apenas assumiram um papel importante nesse sistema no século XX, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial com o surgimento da ONU.

O enraizamento da crença na conciliação, mediação ou arbitragem, como forma de resolução de conflitos internacionais, ocasionou ao longo do tempo na criação de novas instituições que passaram a apresentar um papel central no desenvolvimento de atividades em diferentes setores da sociedade. O desempenho contínuo para manutenção de um espaço de discussão e incentivo à cooperação em aspectos essenciais em diversificadas agendas foi acentuado pelo fenômeno da globalização, mas permanecem ganhando visibilidade quando determinados países ou o mundo enfrentam problemas coletivos que requerem ações comuns constituídas em políticas globais.

A partir do panorama sobre a origem das organizações institucionalizadas, torna-se importante compreender alguns dos elementos básicos gerais que caracterizam as Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIGs). Quanto à sua composição, é compreendido que, por serem consideradas sujeitos do sistema internacional, com personalidade jurídica internacional, as OI são formadas por Estados soberanos, sendo necessário que estas instituições possuam uma base jurídica que possibilite a sua constituição por meio de um tratado internacional constitutivo, que determina suas competências e atribuições, que devem ser assinados e ratificados pelos países (Onuki; Agopyan, 2021).

No âmbito estrutural, as OI apresentam uma disposição orgânica e permanente, que apesar de variar de acordo com sua finalidade, em geral, conta com uma estrutura

organizacional composta por um conselho, uma assembleia e um secretariado. Como atores das relações internacionais, as OI também adquirem relativa autonomia em relação aos Estados membros. Ou seja, ainda que em grande parte sua atuação perpassa por um processo decisório baseado em instâncias intergovernamentais, com os Estados representados, as OI possuem personalidade jurídica de acordo com o direito internacional público, o que lhes proporcionam certa independência em suas finalidades institucionais, como elaboração de políticas e projetos (Herz; Hoffman, 2004).

Ademais, também podem ser citados atributos como sua viabilização em dispor de uma forma mais institucionalizada para a prática da cooperação internacional, sua contribuição para com a gestão de normas e regras e o sentimento de obrigação moral que geram nas relações internacionais, e seu caráter duplo de poder referente tanto à autoridade racional/legal, quanto ao controle técnico/informativo que dispõem (Herz; Hoffman, 2004).

Além das características, as OI também podem ser classificadas de acordo com alguns critérios que seguem determinados princípios básicos. De acordo com Seitenfus (2004), o inventário classificatório dessas instituições pode ser estruturado e identificado segundo sua natureza, tipo de funções, estrutura de poder e composição. Cada um dos quatro critérios possui em sua classificação diferentes descrições, os quais permitem, por meio de parâmetros comuns, que as OI possam ser caracterizadas e identificadas frente suas semelhanças e diferenças.

Sobre essa ótica, pela natureza de seus propósitos, atividades e resultados, devem ser observados as finalidades dessas instituições, podendo estas serem prioritariamente políticas ou voltadas à cooperação técnica. As funções remetem a seus objetivos constitutivos e instrumentos utilizados para alcançá-los. A estrutura de poder relaciona-se à forma de repartição do poder decisório que ocorre em processos internos a instituição, podendo estes serem por unanimidade e consenso ou por maioria. Quanto à sua composição, são abordados a existência ou ausência de critérios para integração de países em determinadas instituições. Caso presentes, os critérios são referentes à proximidade geográfica e/ou necessidade de interesses e objetivos comuns. Quando ausente, a OI é considerada de caráter universal (Seitenfus, 2004).

No que concerne às funções das OI, Faria (2018a) destaca em seus principais propósitos questões como a resolução de disputas e definição de regras tanto no sistema internacional, voltadas à interação entre os Estados, quanto na dimensão doméstica dos países. É também referida sua disposição em servir enquanto espaço e mediador para diferentes negociações, atender a diversos tipos de auxílios e serviços, bem como coletar, analisar e disponibilizar dados; além de acompanhar tendências e definir padrões comportamentais considerados expectáveis ou desejados por parte dos Estados. Karns, Mingst e Stiles (2015) complementam

as atribuições apontando também para a realização de atividades operacionais, a supervisão de regras, e a geração de ideias. No sentido de elencar o papel das OI de forma mais ordenada, os autores apresentam um quadro, que pode ser observado abaixo:

Quadro 01: Funções das Organizações Internacionais.

Funções	Descrição
Informações	Coletar, analisar e disseminar dados e informações.
Fórum	Espaço para o diálogo, o intercâmbio de pontos de vista e para o processo decisório
Normativas	Definir padrões de comportamento.
Criação de regras	Elaborar minutas de tratados, que, após aceitos pelos países, terão caráter vinculante.
Supervisão de regras	Monitoramento do cumprimento das regras acordadas, adjudicar disputas e garantir o cumprimento das regras.
Funções operacionais	Alocação de recursos, provisão de assistência técnica e de auxílio humanitário, mobilização de forças.
Geração de ideias	Produzir e fomentar a criação de novos conceitos e ideias capazes de pautar a atuação dos atores no sistema internacional.

Fonte: Karns, Mingst e Stiles (2015)

Gonnet (2012) também aponta o papel dessas instituições em gerenciar recursos monetários e técnicos, assim como produzir informações sobre diversas áreas de políticas públicas. Mas aprofunda seu processo de análise ao considerar as OI como atores autônomos, dotados de autoridade e com potencial de modificar o comportamento dos Estados.

Esta dimensão é também compartilhada por Barnett e Finnemore (2004), à medida que consideram as OI como burocracias, que são, por definição, autoridades. Os atores destacam que essas instituições passam a tratar de prerrogativas que antes eram do Estado, usando sua credibilidade como promotoras do “progresso” para exercer autoridade em arenas de ação, agindo inclusive em espaços onde os Estados talvez não atuem. Nesse contexto, sinalizam que seu poder não recai apenas sobre sua posse material e informacional, mas fundamentalmente devido ao fato de usarem sua autoridade para orientar ações e criar realidade social.

Assim, argumentam e apontam que, como autoridades, as OI podem usar seu conhecimento para exercer poder de duas formas. A primeira seria sobre sua possibilidade em regular o mundo social, alterando o comportamento de atores estatais e não estatais, mudando os incentivos para suas decisões. A segunda consiste na prerrogativa de que, considerando as

OI como burocracias, essas não apenas exercitam seu poder regulando, através do seu conhecimento e autoridade, o que atualmente existe, mas também construindo o mundo e criando novos interesses, atores e atividades sociais (Barnett; Finnemore, 2004).

Essa análise que circunda a autoridade das instituições, claramente perpassa uma nova dimensão, na qual as organizações internacionais são munidas de fatores que facilitam sua atuação não apenas no sistema internacional, mas também no plano doméstico dos Estados. Nessa trajetória, o panorama da atuação das organizações internacionais em nível subnacional poderá ser aprofundado por meio da interpretação do modelo de fluxo do ciclo de políticas públicas. Considerando que, a partir dessa análise, será possível observar como essas instituições influenciam o processo de formulação de políticas públicas nos países.

2.2 Políticas Públicas: Conceituação, Formulação e Relação com as Organizações Internacionais.

Como previamente demonstrado, as Organizações Internacionais têm assumido diversas funções no contexto internacional e, quando concebidos como atores autônomos, podem modificar o comportamento de Estados. Consequentemente é compreendido que o ato de suas ações transpassa o ambiente internacional, ocorrendo uma atuação mais consistente por parte dessas instituições também em contextos domésticos. Conjuntura que pode ser observada no processo de formulação de políticas públicas.

Em termos de conceituação, Secchi (2013) compreende políticas públicas como diretrizes voltadas para enfrentar um problema público. Dessa forma, em sua concepção “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (Secchi, 2013, p.1). Saravia e Ferrarezi (2006) acrescentam que essas diretrizes podem ser tanto guiadas a manter o equilíbrio social, quanto a inserir desequilíbrios designados a mudar essa realidade.

A definição do conceito contextualiza a importância da temática ao evidenciar que Políticas públicas descreve um conjunto de decisões, planos, metas e ações governamentais, voltados para resolução de problemas de interesse público visando o funcionamento e desenvolvimento da sociedade. Isso ilustra que o termo aqui discutido, não abarca apenas uma dimensão da política, mas sim um conjunto de processos, que para melhor compreensão e análise, podem ser desagregados em etapas que, no todo, forma um modelo denominado de “ciclo de políticas públicas”.

O modelo de formulação do ciclo é apresentado em variadas configurações, demonstrando que há diferentes formas de conceber os estágios do ciclo. Também é importante

destacar que, ao ser explicado, apesar de denotar uma ordem de ações, na realidade as seqüências tendem a se alternarem e os estágios se misturarem. Por isso, não se deve considerar as fases como rígidas etapas sequenciais, sendo a disposição do ciclo de forma ordenada apenas um modo de simplificar a compreensão do processo.

Dentre os arranjos de ciclo existentes, os modelos de Secchi (2013) e Gianezini *et al.* (2017) possuem sete estágios. Especificamente o modelo de Secchi (2013) é composto por: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisões; implementação; avaliação; extinção. Este modelo pode ser detalhado da seguinte forma:

- Identificação do problema: refere-se à definição ou delimitação de um problema público, na qual há uma diferença entre o que ocorre, a compreensão da existência de uma adversidade, e uma situação ideal possível. Essa instância pode envolver três etapas: a percepção do problema, a definição ou delimitação do mesmo e a avaliação da possibilidade de resolução;
- Formação da agenda: é desenvolvida por um conjunto de temas e pode ser política, a qual a comunidade política considera importante, ou formal, agenda institucional que elenca adversidades ou temas os quais o poder público já decidiu enfrentar. Para que o problema público possa alcançar a agenda política é necessário: a atenção da sociedade, ser passível de solução e ter competência do setor público para agir sobre esse determinado problema;
- Formulação de alternativas: relaciona-se a busca por soluções perpassando pelo estabelecimento de objetivos e estratégias. Nesse ponto, questiona-se: as questões realmente a serem enfrentadas, as possíveis soluções para confrontar esse problema, quais instrumentos podem ser utilizados para alcançar o objetivo e quais os potenciais consequências confrontadas a partir da utilização desses instrumentos;
- Tomada de decisão: o momento no qual os objetivos, métodos e interesses políticos são equacionados em decisões. São apresentadas três maneiras para compreender o exercício de escolha de possibilidades de solução para problemas públicos. Os modelos de racionalidade, partem do entendimento de que problemas nascem primeiro e depois são tomadas as decisões. O modelo incremental, versado na dinâmica em que problemas e soluções são definidos, revisados e redefinidos simultaneamente e em diferentes momentos da tomada de decisão. Por último, o modelo de fluxos múltiplos no qual os *policymakers* primeiro criam soluções para apenas depois buscarem um problema para solucionar;

- **Implementação:** fase de ação na qual são produzidos os resultados concretos da política pública, transformando em ações, combinações de regras, rotinas e processos previamente acordados. Esse é também um estágio em que é passível de visualização possíveis obstáculos e falhas ocorridas em etapas anteriores do processo. Existem dois modelos de implementação de políticas públicas. No modelo *top-down* os tomadores de decisão, esfera política responsável por elaborar e decidir as políticas públicas, são separados dos implementadores, setor administrativos meramente encarregado de encontrar meios para fins estabelecidos. No modelo *bottom-up* os implementadores conseguem participar nas discussões a respeito de problemas e soluções durante a implementação para que posteriormente os tomadores de decisão legitimem as práticas previamente experimentadas;
- **Avaliação:** nesse processo é examinado o nível de impacto e evolução do problema que foi gerado pelas políticas públicas implementadas. Esse é um processo necessário de reflexão diante da possibilidade de resposta sobre demandas que foram previamente atendidas;
- **Extinção:** demarcando o fim do ciclo, há a extinção da política pública, que ocorre quando a adversidade foi resolvida, as ações foram ineficazes ou quando o problema saiu da agenda política e formal.

Como exposto em sua definição, apesar das políticas públicas condizerem com ações e programas desenvolvidos pelo Estado a fim de garantir direitos a sua própria população, essa concepção institucionalizada de dimensão doméstica encontra no ritmo acelerado de uma série de mudanças sistêmicas um meio para atuar junto a atores do sistema internacional. Entre outras questões, como guerras e avanços tecnológicos, mudanças sofridas principalmente pela globalização alteraram fundamentalmente a dinâmica internacional, contribuindo para a necessidade da inserção de novos atores. Um fenômeno, que de acordo com o Anthony Giddens (1995, p. 60), pode ser definido como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”.

Ao discutirem sobre o tema, Secchi (2012) e Faria (2018b) apontam a globalização como um fenômeno que possui um caráter multifacetado, expressando uma dualidade que pode ser observada através da análise das características que a cercam. Ainda que apresente um viés voltado ao progresso, desenvolvimento e a integração, o fenômeno também implica em fatores como a regressão, o colonialismo e a desestabilização.

Esse cenário intenso e volátil particular ao curso da mundialização, não dialoga com uma visão estadocêntrica, e evidencia a necessidade da emergência de novos atores, diante do reconhecimento da impossibilidade do Estado, de forma solitária, responder por todas as demandas que agora os cercam. Como argumentado por Rosenau e Czempiel (2000), o mundo globalizado implica em um deslocamento contínuo de autoridade, caracterizado pelo aumento do protagonismo de outros atores e outros níveis das Relações Internacionais que transcendem o paradigma estritamente estadocêntrico anteriormente operado. Assim: “Os efeitos da globalização mudam o significado das fronteiras dos Estados e a própria natureza da política mundial. Eles significam que os Estados não mais têm o monopólio do poder e da autoridade” (Karns; Mingst; Stiles, 2015, p.4-5). Esse panorama de desgaste da soberania e autonomia estatais permite o debate sobre a inserção de atores como cidades, sociedade civil e Organizações Internacionais em discussões de cunho político, social e econômico tanto no cenário nacional quanto internacional.

Especificamente para as OI, o contexto da globalização operou como catalisador para a sua atuação, condição traduzida no aumento dos números de OI existentes, na ampliação de áreas de atuação e na diversificação do seu espaço de operação. Como discutido por Faria (2018b), denotam um processo de progressiva institucionalização do sistema internacional que transborda e atinge o espaço doméstico dos Estados. Nessa dimensão interna, as instituições utilizam de seus recursos funcionais para auxiliar os países a gerir problemas territoriais enfrentados. Em específico, a necessidade de ação sobre prerrogativas estruturais que requerem recursos como legitimação e expertise, elementos providos pelas OI, acabam por favorecer seu exercício de imersão local. Ademais, como burocracias criadas pelos Estados, ao exercerem sua funcionalidade agindo na coordenação de expectativas e ações coletivas entre membros, as OI conseguem influenciar na adoção de políticas públicas de Estados nacionais por meio dessa coordenação (Carvalho; Fernandes; Faria, 2021).

A vista disso, percebe-se, igualmente ao impacto sofrido pelos novos atores, a globalização também impacta as Políticas Públicas de forma dualista. Negativamente, ao estimular a competitividade, esvaziar os Estados e produzir novos problemas, mas, de forma positiva, decisivo para a internacionalização das políticas sociais. Dessa forma, compreende-se que o caráter exigido quanto a uma atuação ainda mais consistente dessas intuições que ocasionou a intensificação do processo de cooperação internacional, ocorreram de tal modo que alcançaram, inclusive, esferas do poder público de países. Ou seja, o processo se insere no domínio local, se tornando parte das dinâmicas da atuação estatal e consequentemente de processos que envolvem a formulação de políticas públicas.

Em consonância com o argumento acima apresentado, Faria (2018b) pondera que, ao impactar toda a variedade de políticas públicas, as influências das OI também podem ser percebidas ao longo de todo o ciclo de formulação das políticas públicas. É importante destacar que a palavra influência, por vezes empregada, é uma tipologia escolhida por alguns autores que discutem o tema, podendo a sua análise ser utilizada para interpretar as formas pelas quais as OI conseguem atuar no processo, não apenas de formulação de políticas públicas, mas também em outras ações no domínio local.

Dentre as sete fases atribuídas por Secchi (2013), o modelo de Faria (2018a) utiliza-se de quatro desses estágios para relacionar as OI ao ciclo de políticas públicas. Assim, as associações por etapas podem ser observadas na definição de agenda, formulação de política, implementação e avaliação. Na fase de definição de agenda, as atuações das OI podem ser notadas através de campanhas de sensibilização que discutem temáticas que transpassam pelo cotidiano societário de nações. Ao discutir conteúdos como saúde, violência e meio ambiente, essas organizações conseguem influenciar os governos a adotarem tais questões em sua agenda, para que posteriormente possam agir sobre essas pautas.

Na etapa da formulação de política, o autor aponta que, frente ao seu extenso volume de recursos técnicos, as OI produzem e disseminam um conjunto de táticas, denominadas “boas práticas”, as quais consideram ser a melhor forma de realização de determinadas tarefas baseadas em seu repertório. Utilizando como modo de incentivar os governos a elaborarem suas políticas, a oferta de auxílio técnico. No momento da implementação, a influência por parte das instituições é percebida através do fornecimento tanto de recursos financeiros quanto de auxílio técnico para a realização das políticas e programas. Por fim, Faria (2018a) conclui que na etapa de avaliação das políticas realiza-se uma avaliação por parte das OI sobre a concretização de objetivos estabelecidos. A avaliação é baseada em metodologias propostas pela OI, nesse sentido, a instituição aplica uma aferição a qual é responsável por elaborar e difundir.

O panorama citado que desenvolve a inclusão das OI como novo ator com atuação doméstica denota a ocorrência de sua participação em políticas subnacionais junto aos poderes públicos locais. Nessa conjuntura, novas contribuições teóricas promovem a continuidade do debate e possibilitam a melhor compreensão do seu potencial de atuação junto ao poder público de cidades. Dessa forma, a fim de compreender esse arcabouço, deve ser discutido o processo de difusão de políticas públicas e sua relação junto à atuação das OI.

2.3 Difusão de Políticas públicas e atuação das Organizações Internacionais

No início do século XX, a publicação de Dolowitz e Marsh (2000) sinalizava a ocorrência do crescimento considerável de um corpo de literatura que analisava e discutia processos envolvidos em temáticas de difusão e transferência política. Faria (2018a), que compartilha desse pensamento, pontua que a intensificação do fenômeno ocorreu tanto no plano internacional como no plano doméstico ou nacional, se tornando difícil mensurar a dimensão desse processo. Ainda nessa perspectiva, Carvalho (2020) reafirma a ampliação do número de estudos na área de difusão de políticas públicas, mas destaca a falta de unidade conceitual do fenômeno.

De acordo com Faria (2018b, p. 31), a difusão de políticas públicas pode ser definida como “a adoção de uma mesma inovação em diferentes ambientes (Weyland, 2005), o que, naturalmente, abarca tanto processos internacionais de propagação como interestatais ou subnacionais”. Oliveira e Faria (2017) conceituam difusão de uma forma mais específica, definindo-a como a adoção de uma política por um conjunto de Estados que pode ser identificado por fatores como sua proximidade geográfica ou a existência de um histórico de cunho político, institucional e/ou ideológicos compartilhado (s). Demonstrando-o, conforme pontuado por Carvalho (2020), como um processo que ocorre quando as decisões de política governamental sobre a adesão e aplicação de uma inovação política são condicionadas por escolhas anteriores de outros governos.

É importante destacar que, embora o estudo esteja voltado para a análise da atuação das OI sob a luz do fenômeno da difusão de políticas públicas, como destacado por Faria (2018b), apesar de não haver um consenso, a literatura por vezes trabalha com a temática da transferência e difusão de políticas públicas de forma intercambiável. Consequentemente, determinadas partes do arcabouço teórico para discutir a temática da difusão, recai sobre o campo de transferência, ainda assim, sendo utilizado de forma complementar para compreensão da abordagem principal trabalhada.

O processo de transferência de políticas públicas (Newmark, 2002) concentra-se em casos nos quais uma nação importa conhecimento sobre políticas e programas existentes no exterior, enquanto a difusão é voltada para a forma como inovações, políticas e programas se espalham de uma entidade governamental para outra. É também referido que, enquanto os estudos sobre transferência possuem um foco mais micro, os estudos sobre difusão possuem anseios mais macro, constatando que os processos de difusão abarcam inúmeras transferências (Faria, 2018b).

Ainda a fim de compreender as duas abordagens como complementares, Marsh e Sharman (2010) citam alguns *insights* sobre as duas literaturas, demonstrando simultaneamente como elas se diferenciam e como poderiam ser complementares. Dentre algumas questões levantadas, são citados a possibilidade de benefícios adquiridos a partir da interação entre os mecanismos que promovem ambos os processos, assim como a oportunidade de desenvolvimento sobre discussões entre agência (literatura privilegiada pela difusão) e estrutura (foco da literatura de transferência). É também apontado que, em razão dos estudos de difusão buscarem encontrar padrões, e as pesquisas sobre transferência geralmente priorizarem o rastreamento dos processos (*process-tracing*), é referido fato de que a compreensão de ambos os meios, geram uma noção mais plena do todo.

A partir das noções existentes apresentadas entre os dois enfoques, a abordagem de transferências de políticas públicas, também denominada de desenho de lição (*lesson drawin*), pode assim ser conceituada como “processo por meio do qual conhecimento sobre políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em um ambiente político (passado ou presente) é usado no desenvolvimento de políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro cenário político” (Dolowitz; Marsh, 2000, p. 5).

O processo de transferência de políticas não é um fenômeno novo, contudo, como destacado por Faria (2018b), tem sofrido na última década com mudanças na sua natureza e grau de velocidade. As transformações não são apenas atribuídas ao aumento da quantidade de problemas compartilhados por diferentes países ou maior facilidade de acesso à vivências de outros Estados, mas também em consequência da participação crescente de novos atores, como *think tanks* e consultores, envolvidos na circulação global e marketing de políticas e programas.

Referente ao campo da transferência/difusão de políticas públicas, algumas das principais indagações direcionadas ao fenômeno e que norteiam suas pesquisas investigativas são expostas no “Modelo de Dolowitz e Marsh”, modelo analítico considerado uma referência na literatura sobre a temática, que expõe respostas para seis relevantes questões relacionadas ao processo de transferência (Dolowitz; Marsh, 1996). São essas questões, cujas explicações vêm a seguir:

- (a) Quem está envolvido no processo de transferência?
- (b) Por que transferir políticas públicas?
- (c) O que é transferido?
- (d) Quais são os diferentes graus de transferência?
- (e) De onde são extraídas as lições ou de onde vem o aprendizado?
- (f) Quais fatores influenciam a transferência?

2.3.1 Quem está envolvido no processo de transferência?

São identificados seis principais atores: autoridades eleitas, partidos políticos, burocratas/funcionários públicos, grupos de pressão; empreendedores e especialistas em políticas e instituições supranacionais. Especificamente as instituições supranacionais, que englobam organizações intergovernamentais, são consideradas como atores que incentivam o intercâmbio de ideias entre países.

2.3.2 Por que transferir políticas públicas?

Para os autores, a motivação para a transferência recai sobre um espectro que varia entre a adoção voluntária, e a adoção por coerção. Na transferência voluntária, a principal motivação incide sobre a insatisfação ou problema com o status quo, ou seja, a procura por lições não ocorre quando as políticas governamentais estão funcionando, mas quando rotinas param de fornecer “soluções”. Os autores ainda pontuam que a incerteza em relação a causa do problema, efeitos de decisões passadas ou futuras, leva os atores a buscarem políticas que possam pegar emprestadas. A transferência coercitiva direta, decorre em grande parte da imposição direta de transmissão de políticas de um governo em relação ao outro. Também se pontua que, embora imposição de troca entre países seja uma condição rara, instituições supranacionais por vezes desempenham papel essencial na política de transferência coercitiva, que pode ser observada, por exemplo, através da implementação de determinadas políticas econômicas por parte de países que buscam obter empréstimos mais baratos de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Igualmente, seu poder de emitir diretivas e regulamentos, e possibilidade do uso da ameaça de retirar os seus negócios do país, também são motivações que podem forçar governos a adotarem determinadas políticas. Por último, a transferência coercitiva indireta opera sobre o entendimento de que externalidades ou interdependência funcional, podem levar governos a transferência de políticas. Assim, fatores como a tecnologia, a economia mundial, um consenso internacional e a percepção de que um país estaria em um nível atrás de outros países vizinhos ou concorrentes, são exemplos de fatores que caracterizam esse processo.

2.3.3 O que é transferido?

Na dinâmica trabalhada, os autores encontram sete objetos de transferência: objetivos políticos, estrutura e conteúdo, instrumentos de política ou técnicas administrativas, instituições, ideologia, ideias, atitudes e conceitos e lições negativas. Além de citar os atores, é pontuado que, em muitos casos, os mutuários parecem estar mais preocupados com a estrutura

do programa do que com o seu efeito. Existindo casos em que a transferência também pode envolver o empréstimo de toda a estrutura do programa, assim como, as instituições usadas para implementar a política.

2.3.4 Quais são os diferentes graus de transferência?

Existem cinco diferentes graus de transferência: cópia, emulação, hibridização, síntese e inspiração. Os autores optam pela junção entre dois, dos cinco itens existente, a hibridização e Síntese, que geram uma única forma de incorporação de lições em um sistema político, denominado de Combinações. Esses graus dizem respeito as opções que os atores possuem sobre a forma de incorporação de lições em seu sistema político. Como formas de adaptações de um programa ou política, estas serão posteriormente explicadas através de um quadro com a compilação e elucidação de cada uma das alternativas de aprendizagem na transferência/difusão de políticas públicas.

2.3.5 De onde são extraídas as lições ou de onde vem o aprendizado?

As lições podem ser extraídas do passado do próprio país ou da experiência de outros países. É argumentado que, ao pesquisar o passado os agentes conseguem aprender o que não funcionou e conseqüentemente o que não repetir, bem como economizar tempo e recursos. Essa busca envolve avaliação e conseqüentemente está aberta a interpretações. Um outro caminho a ser seguido, seria extrair lições da experiência de outros países, ou seja, governos e agentes podem transferir políticas de uma nação para outra, assim como alguns países e governos regionais também podem exportar políticas para outras nações e regiões.

2.3.6 Quais fatores influenciam a transferência?

Dentre os fatores que constroem e influenciam o processo, compreendem-se: restrições institucionais e estruturais, recursos políticos, burocráticos e econômicos e habilidades tecnológicas. Como parte das restrições institucionais e estruturais, a complexidade de uma política ou programa e restrições políticas do passado são alguns pontos que podem afetar a capacidade de transferir. O processo também depende do sistema político, sobretudo seus recursos burocráticos e econômicos para a implementação de políticas. Por último, a capacidade tecnológica também desempenha um papel importante, visto que a sua falta pode afetar a implementação em casos em que a capacidade esteja além das habilidades tecnológicas dispostas.

Quatro anos após a publicação desse modelo, Dolowitz e Marsh (2000) publicaram um novo artigo objetivando desenvolver ainda mais seu próprio quadro conceitual, trazendo em particular, um foco na relação entre transferência voluntária e coercitiva (forçada) e aos vínculos entre a transferência de política e o “sucesso” ou falha dela. Além disso, a revisão do modelo também contou, entre outras atualizações, com a consideração de novos atores na participação do processo e um novo elemento de transferência, os programas.

Em relação aos atores envolvidos na transferência, o novo modelo incluiu: instituições supranacionais governamentais e não governamentais, *think tanks* e consultores. Dentre esses, Dolowitz e Marsh (2000) discutem especificamente a atuação dos consultores e das instituições supranacionais governamentais e não governamentais. Quanto aos consultores, os autores apontam para o fator de que os formuladores de políticas têm dependido cada vez mais deste tipo de assessoria profissional, uma vez que os mesmos, dispõem da especialidade no desenvolvimento de novos programas, políticas e estruturas, e oferecem conselhos baseados naquilo que consideram como a “melhor prática”. Ademais, quando organizações internacionais se envolvem na transferência de políticas, muitas vezes consultores são contratados para obterem consultorias específicas.

No que tange às instituições supranacionais governamentais e não governamentais, os autores apontam que, especificamente, as organizações governamentais internacionais têm cada vez mais desempenhado papel na disseminação de ideais, programas e instituições em todo mundo. Dessa forma, é salientado que elas conseguem influenciar diretamente os formuladores de políticas nacionais por meio de suas políticas e condições de empréstimos e, indiretamente, através de informações e políticas divulgadas em suas conferências e relatórios (Dolowitz; Marsh, 2000).

Em particular, sobre organizações internacionais não-governamentais, é frisado que as mesmas têm aumentado sua influência sobre políticas públicas globais por meio da capacidade de difundir ideias e informações em nível internacional, sendo salientada sua participação no processo de definição de agendas, alcançando resultados para os governos, outras Organizações Não Governamentais (ONGs) e indivíduos. Por fim, a inclusão de consultores, OIs e ONGs, diferentemente de outros atores, detêm a possibilidade de agir tanto na transferência voluntária quanto coercitiva, ambas formas podem ser usadas por outros atores para ajudar ou forçar outros a transferir (Dolowitz; Marsh, 2000).

No modelo atualizado, os autores também voltaram a sua atenção para a segunda pergunta “Por que transferir?”, considerando como novas motivações para transferir políticas, a aplicação de um espectro que varia entre a adoção voluntária, caracterizada pela racionalidade

dos atores, traspassando por uma transferência mista representada por uma racionalidade limitada, há extremidade da adoção por coerção.

Nos objetivos de transferência, para além dos seis pontos que podem ser transferidos, Dolowitz e Marsh (2000) adicionam um sétimo item: os programas. Nesta questão, é apontado uma confusão existente entre programas e políticas, na qual esses objetos, de forma equivocada, por vezes são postos é uma única categoria. Em função disso, há uma preocupação em diferenciá-los, esclarecendo que políticas são consideradas declarações de intenções mais amplas, geralmente indicando a direção a qual os formuladores de políticas desejam seguir, enquanto programas são meios específicos de curso de ação para implementar políticas.

Por fim, também houve adaptações quanto os fatores que influenciam a transferência, a partir da inclusão de três novos aspectos: ideologia, laços culturais e linguagem. Assim como, em relação ao local de onde podem ser extraídas as lições. A nova estrutura envolve uma consolidação da classificação dos níveis de governança que os atores procuram em busca de lições. Nesse ponto, é argumentado que os formuladores podem olhar para três níveis de governança: o internacional, o nacional e o local (Dolowitz; Marsh, 2000).

Como parte das novas contribuições, os autores adicionam à sua estrutura de transferência de políticas duas diferentes perguntas: como se demonstra a transferência? E como a transferência pode ocasionar no fracasso da política? Apesar de constar na tabela, a primeira indagação e respostas aferidas a ela, não são discutidas separadamente no decorrer do texto, contudo, podem ser observadas ao longo processo através da descrição de atuação dos atores, por exemplo. Para Dolowitz e Marsh (2000), a transferência pode ser demonstrada por meio da mídia, relatórios, declarações verbais e escritas, conferências, reuniões e visitas. Como previamente discutido, organizações internacionais conseguiriam através de políticas divulgadas em conferências e relatórios influenciar indiretamente o processo de disseminação de políticas.

Por último, o questionamento “como a transferência pode ocasionar o fracasso da política?” busca compreender as motivações as quais levam a transferência a não ser bem-sucedida. Neste cenário, Dolowitz e Marsh (2000) argumentam que a transferência política pode fracassar por três razões. Primeiro, em momentos em que há transferência desinformada, gerada por informações insuficientes sobre a política, a instituição e a forma como ela operam. A ocorrência de uma transferência incompleta devido à impossibilidade de passagem de elementos de grande importância. E a ocorrência de uma transferência inadequada, resultante da falta de análise da diferença entre países em aspectos diversos como, economia, política e contexto ideológico.

Semelhante à transferência e como previamente implicado em sua definição e descrição dos diferentes graus de transferência apresentados por Dolowitz e Marsh (1996), o processo de difusão se apodera do aprendizado sobre políticas, visto que durante o seguimento de difusão de uma política, a mesma pode sofrer alterações e ser implementada pelo país receptor, aspirando que isto ocorra de forma coesa ao seu contexto nacional. Nesse sentido, Rose (1991) expõe que os governos, no processo de aprendizado (*lesson drawing*) com outro país (ou OI), podem utilizar cinco diferentes formas de adaptações de um programa ou política:

Quadro 02: Alternativas de aprendizagem na difusão de políticas públicas.

Graus de Transferências	Descrição
Cópia	Adoção mais ou menos intacta de um programa já em vigor em outra jurisdição.
Emulação	Adoção, com ajuste para diferentes circunstâncias, de um programa já em efeito em outra jurisdição.
Hibridação	Combina elementos de programas de dois lugares diferentes.
Síntese	Combina elementos familiares de programas em vigor em três ou mais lugares diferentes.
Inspiração	Programas em outros lugares usados como estímulo intelectual para o desenvolvimento de um novo programa sem um análogo em outro lugar.

Fonte: Rose (1991)

Além das adaptações, como alicerce para a ocorrência da difusão de políticas, existem também diversos mecanismos postos de suporte na adoção dessas políticas para com outros governos. Oliveira, Saraiva e Sakai (2020) apresentam cinco mecanismos que podem ser utilizados, sendo esses:

- Indução institucional: ocorrência de alguma forma de pressão institucional (doméstica ou internacional) sobre um governo ou organização para adoção de uma política;
- Cooperação: consiste em um esforço conjunto para auxiliar na definição de objetivos, parceiros, responsabilidades, prazos, recursos, finalidades e resultados esperados com a transferência;
- Networking e Circulação dos Indivíduos: referente à influência de relações interpessoais, frente a circulação dos indivíduos e consequente troca de informações, na identificação de diversos instrumentos de políticas existentes para lidar com um problema público;

- Tradução: voltado à habilidade dos atores que operam na difusão de políticas em adaptar instrumentos formais ou das dimensões abstratas das políticas às distintas especificidades do contexto local;
- Renovação política: referente à mudança de programa de governo, que pode tornar um órgão público mais aberto a adotar instrumentos de outros países.

Conferindo seguimento aos mecanismos, Marsh e Sharman (2010) sinalizam que a explicação da difusão/transferência geralmente identifica quatro mecanismos principais: coerção, competição, aprendizado e emulação. Dobbin, Simmons e Garret (2007) também discutem os mecanismos a partir de quatro classes: a abordagem construtivista; a abordagem de “teóricos da coerção”; teoria da competição; teoria do aprendizado. Ainda que possuam diferenças, os pensamentos dos atores tendem a se assemelhar em alguns pontos, podendo ser utilizados conjuntamente para conceituar cada uma das ferramentas de forma ampla. Segundo Carvalho (2020, p.30), esses mecanismos consistiriam em um conjunto de evidências que trazem informações sobre “como as escolhas políticas em um governo são sistematicamente condicionadas por escolhas políticas anteriores feitas em outros governos”.

Marsh e Sharman (2010) explicam que o aprendizado é notado em circunstâncias nas quais o êxito na implementação de uma política pública aumenta as chances de outros atores buscarem imitar essas instituições e suas práticas, objetivando obter um tipo equivalente do modelo de sucesso. Segundo Dobbin, Simmons e Garret (2007), a competição se relaciona à situação na qual a convergência de problemas globais presente em uma grande maioria dos países (questões ambientais, fiscais, trabalhistas), ocasionam mudanças nos incentivos de Estados, por tentarem permanecer em um patamar similar a outros países, que são compreendidos como seus adversários ou competidores.

A coerção, para Dobbin, Simmons e Garret (2007), é concebida quando a adoção de determinadas políticas ocorre devido à imposição de meios coercitivos, como força física, manipulação de custos e benefícios econômicos ou o monopólio da informação ou da expertise, por parte de atores como OI, ONGs e governos estrangeiros. A coerção estabelece-se sobre prerrogativa de mudança de incentivos de uma determinada ação. Dentre os mecanismos, a emulação é considerada apenas por Marsh e Sharman (2010), que o descrevem como um processo de cópia, de fatores simbólicos ou normativos, a modelos estrangeiros daqueles considerados líderes sociais, países mais desenvolvidos ou modelos fornecidos por OI, frente a uma concepção deste como mais avançados, progressistas e moralmente louváveis. Dobbin, Simmons e Garret (2007) também incluem um mecanismo inexistente para os outros autores, intitulado de abordagem construtivista, na qual, para os escritores, os objetivos legítimos da

ação estatal, assim como os meios considerados apropriados para alcançá-los, são construções sociais.

Retornando ao âmbito da discussão sobre a difusão por parte das organizações, também se encontram presentes instrumentos utilizados pelas OI com o intuito de influenciar os Estados no processo de tomada de decisão. Jakobi (2009) apresenta cinco instrumentos: disseminação discursiva, formação de padrões, funções coordenativas, meios financeiros e assistência técnica.

A Disseminação discursiva é interpretado como instrumento voltado a transmissão de ideias e boas práticas acerca de diferentes temáticas para os *policy-makers* dos Estados, e consequentemente também nas suas agendas políticas nacionais, assim como, quando possível, para demais atores como ONGs, movimentos sociais e outros. É apontado que:

“A divulgação discursiva é, assim, um instrumento muito importante das organizações internacionais, até porque muitas vezes precede os outros instrumentos. As ideias preparam o terreno para seguir as iniciativas políticas e também são o primeiro elemento da mudança política.” (Jakobi, 2009, p.5).

A segunda ferramenta, a Formação de padrões, consiste na ocorrência de fixação de normas como estratégia, frente a possibilidade das OI exercerem uma capacidade de regulação, almejando que os Estados adotem suas sugestões. Assim é compreendido que “o estabelecimento de normas por organizações internacionais de alguma forma iguala a capacidade de regulamentação do Estado-nação, mesmo que o primeiro não seja capaz de executar decisões coletivas da mesma forma.” (Jakobi, 2009, p.5).

As funções coordenativas correspondem à busca, por parte das OI, pela coordenação de ações de seus membros, dessa forma são considerados “instrumentos de vigilância, bem como de monitoramento informal e formal. As funções de coordenação internacional avaliam o progresso dos países rumo a um objetivo político comum.” (Jakobi, 2009, p.5).

Quanto aos Meios financeiros, compreendem um pagamento por parte da organização a um país com a finalidade de estabelecer programas ou instituições relacionadas a um objetivo de política internacional. “Paralelamente às capacidades governamentais que podemos encontrar nas políticas públicas em nível nacional, os incentivos são assim definidos para orientação em direção a um comportamento específico.” (Jakobi, 2009, p.5).

Finalmente, a assistência técnica constitui no serviço prestado pelas OI, a fim de fortalecer suas capacidades para a implementação de dadas medidas. Assim, o autor argumenta que “As organizações internacionais aplicam principalmente este instrumento em relação aos países em desenvolvimento, que muitas vezes carecem de experiência ou capacidade administrativa para implementar políticas internacionais.” (Jakobi, 2009, p.6).

Além desses cinco instrumentos de atuação das OI na difusão de políticas públicas, Carvalho, Fernandes e Faria (2021) apresentam uma sexta categoria, a abertura de espaços para diálogos, que corresponde ao fornecimento, por parte das OI, de um espaço de diálogo e de possível compartilhamento de práticas entre *policy-makers*.

A exposição do contexto de atuação das organizações internacionais e a contemplação dos mecanismos e instrumentos que se comportam como um meio de ação das mesmas - como a coerção e emulação -, tornam evidente as diferentes possibilidades e formas de participação das organizações no processo de difusão e transferência de políticas públicas. Ainda que sua criação seja subordinada aos próprios Estados, como destacado por Barnett e Finnemore (2004), as OI conseguem alcançar determinado nível de independência e são estruturadas sobre um corpo de especialistas detentores de um amplo conhecimento técnico e dotadas de recursos financeiros. O que lhe permite operar de forma consistente e frequente em diferentes países de tal modo que influencia a esfera doméstica dos Estados. Tal contexto gera o contato, por partes dessas OI, com autoridades públicas de estados e cidades, ocasionando possíveis difusões de políticas públicas.

3. UNICEF: COMPROMISSO GLOBAL E PRESENÇA TRANSFORMADORA NO BRASIL

Com um compromisso global de promover e proteger os direitos das crianças e adolescentes, o UNICEF se destaca como uma força transformadora que propaga esperança. Através de parcerias em todo o mundo, seu trabalho transforma vidas e oferece a promessa de mudanças significativas. No Brasil, essa missão se desenvolve por meio de ações inovadoras e colaborativas, alcançando comunidades e convertendo desafios em oportunidades.

3.1 UNICEF: Origem, Características e Funções

Fundado em uma sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas no período pós-Segunda Guerra Mundial, o UNICEF foi criado em 1946 com o objetivo inicial de fornecer auxílio às crianças afetadas pelas adversidades ocasionadas pela guerra, independentemente do papel desempenhado por seus países no conflito. Assim, inicialmente, eram providos apenas cuidados básicos e essenciais ao desenvolvimento desse grupo (Oliveira; Steiner; Alves, 2018).

Décadas iniciais de atuação, entre os anos de 1947 e 1979, foram marcadas pela prorrogação do mandato e posterior oficialização do órgão como agência de caráter permanente das Nações Unidas, e pela realização dos primeiros projetos, campanhas e treinamentos oferecidos pela instituição. Estes eram voltados para as áreas de saúde, saneamento básico e educação infantil. O período também foi marcado pela evolução da instituição, que, em 1964, perdeu a condição de fundo de ajuda para se transformar em uma organização de desenvolvimento internacional com conhecimento técnico em todas as questões relacionadas a crianças. A consolidação da Agência também alcançou novas proporções com a atribuição do Prêmio Nobel da Paz, em 1965, pela 'promoção da fraternidade entre as nações', assim como seu auxílio em conflitos civis, crises de refugiados e liderança em operações de socorro e reabilitação (UNICEF, 2018c).

Com seus trabalhos globais em andamento, entre 1980 e 1988, o UNICEF buscou, através da coleta de dados e do desenvolvimento de novos conhecimentos, aumentar a urgência de seus apelos e concentrar esforços internacionais para atender crianças em todo o mundo. Dessa forma, ações de cunho técnico, como a realização de monitoramentos e a elaboração e publicação de relatórios, caracterizaram um período de busca pela aceleração de avanços e pelo aumento da conscientização, que culminaram em 1988 na criação do Centro Internacional de Desenvolvimento Infantil, estabelecido para supervisionar pesquisas sobre a temática (UNICEF, 2018d).

O estágio seguinte de desenvolvimento da instituição, compreendendo os anos de 1989 a 2005, alcançou um marco histórico com a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989. Este tratado de direitos humanos, assinado por 159 países membros das Nações Unidas, é considerado o acordo mais universalmente aprovado para a proteção do público jovem. Outras conferências realizadas nesse período, como a Cúpula Mundial pela Criança, a Conferência Mundial sobre a Mulher e uma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, manifestaram e reafirmaram a principal característica do período: a busca pela união das nações sob a bandeira dos direitos da criança (UNICEF, 2018e).

A intensificação de desafios enfrentados pelo mundo, materializados em múltiplas crises, como desastres naturais, mudanças climáticas, aumento da pobreza e desigualdade, além, mais recentemente, da pandemia de *Corona Vírus Desease* (COVID-19), proporcionou ao órgão um posicionamento de destaque assumindo um papel de liderança para garantir a recuperação global, desafiando a desigualdade sistêmica em todo o mundo e priorizando investimentos para as crianças. A necessidade de sua atuação, gerada pelo contexto em que está inserido, sugere que, desde 2006, o UNICEF tornou-se a principal voz global para a sobrevivência e o desenvolvimento infantil através do aprofundamento da sua consolidação e expansão do escopo de atuação. Tal realidade é evidenciada pelo desenvolvimento de inúmeras iniciativas refletidas em campanhas, treinamentos e projetos que colaboram com as populações e afetam diretamente o dia a dia de indivíduos em situações de risco (UNICEF, 2023a).

A breve contextualização da linha do tempo de atuação da Agência demonstra que sua missão, em conjunto com as necessidades das crianças, foi evoluindo ao longo das décadas, abrangendo um espectro de desafios globais cada vez maior. Portanto, seu principal objetivo deixou de ser apenas o fornecimento de assistência emergencial a jovens afetados pela guerra, passando a incluir a promoção dos direitos e do bem-estar de todas as crianças e adolescentes em contextos diversos, por meio de atividades conduzidas à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 2023b, 2023c). Caracterizando um propósito mais abrangente, na tentativa de defender e proteger os direitos das crianças e adolescentes, a fim de auxiliá-los em suas necessidades básicas e contribuir para o seu desenvolvimento, criando condições duradouras (UNICEF, 2023d).

Sob uma abordagem prática, sua missão consiste em mobilizar o desejo político e os recursos materiais, visando desenvolver a capacidade de formular políticas adequadas, prestar serviços e promover tomada de decisões que respondam a situações de emergência, bem como beneficiando e garantindo a proteção das crianças mais desfavorecidas e/ou que se encontram

em situações adversas, tal como vítimas de guerra, catástrofes, pobreza extrema, exploração e portadoras de deficiência (UNICEF, 2023e).

Dessa forma, atualmente o UNICEF não apenas responde a emergências que surgem abruptamente, mas também atua sobre demandas já existentes, desenvolvendo programas e tentando prevenir o surgimento de novos problemas sociais para que, no futuro, não precisem agir sobre eles, revelando um panorama de atuação em circunstâncias diversas, que abrangem desde o auxílio em guerras, desastres naturais e emergências sanitárias até o fornecimento de assistência estrutural necessária para a aplicação de vacinas (UNICEF, 2023d).

Como parte de sua condição de atuação, a instituição adota uma série de princípios e valores que orientam sua conduta em todos os contextos em que opera. Esses fundamentos são sustentados por uma abordagem baseada nos direitos humanos, pelo compromisso de não causar dano, pela não discriminação, pela participação das crianças e pela busca de atender aos melhores interesses da criança. No contexto humanitário, suas operações são guiadas pelos princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência. A instituição se compromete em aliviar o sofrimento humano onde se manifeste, agindo com base nas necessidades apresentadas, abstendo-se de controvérsias de natureza política, racial, religiosa ou ideológica, operando de forma autônoma em relação a objetivos políticos, econômicos ou militares (UNICEF, 2022d) e sendo guiada pelos valores fundamentais do cuidado, respeito, integridade, confiança e responsabilidade, em suas decisões e comportamento (UNICEF, 2023f).

A aplicação de normas pelo corpo constituinte reflete o compromisso do órgão em estabelecer princípios éticos e padrões de conduta internacional voltados para a proteção das crianças. Esse compromisso se justifica pelo impacto profundo que as decisões ou omissões governamentais podem ter sobre elas. Para que essas diretrizes funcionem de forma eficiente, é indispensável contar com uma equipe administrativa robusta, liderada pelo Conselho Executivo. Este órgão dirigente oferece suporte intergovernamental e supervisiona as atividades da organização, seguindo as orientações políticas da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho Econômico e Social (UNICEF, 2024a).

O Conselho Executivo do UNICEF é composto por 36 membros e integrado por representantes dos cinco grupos regionais dos Estados-Membros das Nações Unidas, sob a função de analisar as atividades da agência e aprovar suas políticas, programas nacionais e orçamentos (UNICEF, 2024a). Com sede em Nova York, a instituição possui mais de 150 escritórios distribuídos globalmente, 34 Comitês Nacionais que arrecadam fundos com a ajuda de voluntários e um centro de pesquisa em Florença, na Itália, responsável por fornecer

liderança global para a agenda estratégica de pesquisa do UNICEF sobre as crianças (UNICEF, 2024b).

A estrutura operacional da organização foi planejada para garantir que suas atividades sejam executadas de forma eficaz em todo o mundo. Ela é composta por escritórios regionais, nacionais e de campo. As bases regionais desempenham um papel fundamental ao coordenar as ações da organização em diferentes áreas globais. Elas servem como um elo entre a sede e os escritórios nacionais, ajudando a ajustar as estratégias globais de acordo com as necessidades específicas de cada localidade. Esses escritórios regionais têm a responsabilidade de apoiar e acompanhar a implementação de programas voltados à proteção e ao bem-estar de crianças e jovens na região, além de promover a cooperação com parceiros locais (UNICEF, 2022d; 2022e).

Os escritórios nacionais contemplam a realização e a coordenação das atividades da organização em países específicos. Cada um desses espaços adapta os programas globais da organização às necessidades locais e trabalha em estreita colaboração com governos, ONGs, setor privado e outros parceiros (UNICEF, 2022d). Nações como Brasil, Indonésia, Índia, Argentina e Estados Unidos são alguns dos países que acolhem a agência em seus territórios por meio dessas repartições (UNICEF, 2022e, 2024c).

Em situações que exigem assistência humanitária e desenvolvimento infantil, a instituição também conta com escritórios de campo. Esses espaços, localizados em diferentes partes do mundo, atuam junto aos centros regionais ou locais para implementar programas e projetos ao nível local, onde o trabalho do UNICEF é mais imediato e específico. Essa atuação em campo reforça a principal função da organização: a defesa e proteção dos direitos de todas as crianças, em todos os lugares, especialmente das mais desfavorecidas (UNICEF, 2022d).

Ainda que essa seja uma missão complexa, seu progresso continua em curso ao exercer sua função atualmente em setores voltadas para: promoção de políticas e expansão do acesso a serviços que protejam todas as crianças; auxílio na redução da mortalidade infantil; apoio a uma aprendizagem de qualidade; assistência antes, durante e após emergências; capacitação de meninas e mulheres para garantir sua plena participação nos sistemas políticos, sociais e econômicos; busca por soluções inovadoras que acelerem o progresso das crianças e dos jovens; e acesso sustentável a suprimentos vitais e utilização de dados e evidências para gerar resultados (UNICEF, 2023d).

Sua operação compreende quatro principais segmentos: proteção e inclusão infantil, saúde, educação e saneamento básico. A proteção e inclusão infantil discutem pontos como a participação positiva de adolescentes em suas comunidades, o apoio a serviços sensíveis ao

gênero e a prevenção de todas as formas de violência (UNICEF, 2023d). No ramo da saúde, são executadas intervenções biomédicas, comportamentais e estruturais para a redução de infecções pelo Vírus da imunodeficiência humana (HIV), aquisição e distribuição de vacinas, investimento em profissionais e instituições comunitárias da área médica (UNICEF, 2023g, 2023h). Desempenhado ainda nessa divisão a prevenção contra todas as formas de desnutrição (UNICEF, 2023i). Na educação a entidade recorre à inovação com a aprendizagem digital e criação de plataformas de ensino, bem como moldes tradicionais na formação de professores e fornecimentos de materiais (UNICEF, 2023j). Por fim, o saneamento básico constitui um setor que também gerencia questões de acesso à água e práticas fundamentais de higiene. Juntos, eles formam o programa Água, Saneamento e Higiene (WASH), voltado para a construção de instalações sanitárias e de lavagens, transporte e garantia de água potável, além da capacitação de comunidades (UNICEF, 2023k). Entre essas principais áreas, também são abordados desafios envolvendo acessibilidade e inclusão de crianças deficientes, igualdade de gênero e mudanças climáticas e meio ambiente (UNICEF, 2023d).

Essa ampla gama de atividades é sustentada por uma base estrutural sólida, que se apoia na utilização de pesquisas, análises de dados, inovações e avaliações. Estes possibilitam, no âmbito da cooperação, a realização de suas funções em diferentes estágios da promoção de iniciativas, como no desenvolvimento, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de projetos. Pesquisas e avaliações cuidadosas são fundamentais para incorporar informações e provas com alta capacidade de gerar resultados e monitorar a condição do grupo prioritário que ele ampara. Além disso, o recolhimento, a análise e o compartilhamento de dados também são relevantes, pois permitem a compreensão dos desafios e influenciam a formulação de soluções tanto momentâneas quanto emergentes (UNICEF, 2024d, 2024e, 2024f, 2024g).

Quanto ao advento da inovação, ele atua como um meio de impulsionar o progresso do trabalho designado, com o UNICEF empenhado em encontrar novas e mais eficazes formas de proteger e promover os direitos das crianças, por meio de soluções simples e acessíveis (UNICEF, 2024e). Enquanto que a avaliação configura-se como uma atividade crucial que auxilia na produção de resultados para as crianças. Ela promove a tomada de decisões baseadas em evidências, gerando conclusões e recomendações essenciais para moldar políticas, programas e parcerias em todos os níveis da organização (UNICEF, 2023l).

Todas suas atribuições são possibilitadas pelo suporte financeiro, estritamente proveniente de doações feitas por pessoas físicas e jurídicas, bem como por organizações. Dessa forma, a Agência se une ao setor público, ao setor privado e à sociedade civil para financiar seu trabalho. Apoiadores individuais podem contribuir não só com doações, mas também se

voluntariando e defendendo crianças e jovens em suas comunidades, dado que o órgão reconhece que a sociedade civil oferece uma vasta gama de conhecimento e experiência (UNICEF, 2021a).

Parcerias com o poder público, que abrange governos, agências das Nações Unidas (ONU), instituições financeiras internacionais e outras organizações multilaterais, fornece recursos essenciais para suas ações, incluindo financiamento de emergência para respostas humanitárias e apoio à causa dos direitos das crianças (UNICEF, 2024h). No setor privado, parcerias envolvem o domínio corporativo, fundações e entidades filantrópicas, que disponibilizam recursos materiais e estratégicos para questões-chave de desenvolvimento e inovação (UNICEF, 2024i, 2024j, 2024k).

Considerando a vasta quantidade de informações sobre a operação do UNICEF, apresentamos a seguir uma tabela que resume e organiza os principais pontos discutidos, de forma a facilitar a compreensão das ações da organização e de sua abordagem estratégica para proteger e promover os direitos das crianças em todo o mundo.

Quadro 03: Estruturação e principais pontos de operação.

Atividades desenvolvidas	Operações
Identificação do Problema e Planejamento	Identificação das necessidades através de pesquisas e avaliações que envolvem consultas com comunidades e parceiros.
Desenvolvimento de Programas	Desenvolvimento de programas adaptados ao contexto local baseados em evidências.
Implementação de projetos	Realização de atividades e intervenções.
Monitoramento e avaliações	Monitoramento do andamento de iniciativas implementadas e avaliações regulares para análise de impactos e resultados alcançados.
Áreas de Atuação e Programas	Saúde, Educação, Água, Saneamento e Higiene (WASH), Proteção Infantil, Inclusão Social.
Pesquisa e Inovação	Investimento em pesquisa e inovação para desenvolver novas soluções e compartilhar conhecimento.
Resposta a Emergências	Atuação junto ao poder público em situações de emergência, como desastres naturais, conflitos ou crises humanitárias através da mobilização de recursos imediatos.
Advocacy e Políticas Públicas	Realização <i>advocacy</i> para influenciar políticas públicas por meio da conscientização, diálogo com governos e produção de relatórios e pesquisas.
Parcerias e Colaborações	Estabelecimento parcerias com governos, sociedade civil, ONGs, setor privado e outras agências da ONU.
Arrecadação de Fundos	Financiamento de operações proveniente de contribuições governamentais, empresas, indivíduos da sociedade, fundações, entre outros.

Fonte: Elaboração própria com base em UNICEF (2023d, 2023m).

Diante de todos os esforços empreendidos, o UNICEF consolidou-se como a principal voz para a sobrevivência e o desenvolvimento infantil, alcançando resultados importantes. Dados da instituição apontam que, nas últimas duas décadas, cerca de duas bilhões de pessoas obtiveram acesso à água potável. Além disso, a organização também tem auxiliado na vacinação de mais de 400 milhões de crianças contra a poliomielite todos os anos, visando erradicar a doença (UNICEF, 2024l, 2024m).

Resultados mais recentes publicados no relatório anual de 2023 destacam avanços significativos. Mais de 70% das crianças menores de cinco anos foram incluídas em intervenções para combater a desnutrição aguda em 47 países com alta mortalidade, o maior número já registrado, contribuindo para a reversão da crise global de desnutrição. Em 38 países, o Passaporte de Aprendizagem assegurou educação contínua para jovens refugiados e em contextos humanitários ou em locais sem conectividade. Além disso, 5,4 milhões de pessoas tiveram acesso a sistemas de água resilientes ao clima, enquanto 4,8 milhões utilizaram instalações sanitárias adaptadas ao clima. A introdução da primeira vacina contra a malária no mundo, alcançou 6,2 milhões de doses entregues a sete países africanos. Serviços de apoio psicossocial e de saúde mental beneficiaram 34,7 milhões de infantes, pais e cuidadores. Na Conferência entre as Partes edição 28 (COP28), o UNICEF, com defensores da juventude e parceiros, assegurou decisões essenciais que colocam os menores de idade e serviços adaptativos no centro das políticas climáticas, ações e financiamentos. Em resumo, o relatório de 2023 revela um progresso de grande magnitude em áreas críticas e um comprometimento contínuo com a melhoria das condições de vida das crianças ao redor do mundo. Enfatizando a importância de esforços coordenados ao nível nacional e regional, bem como parcerias poderosas e uma voz influente, para enfrentar desafios globais complexos e garantir um futuro mais saudável e sustentável para todos (UNICEF, 2023n).

3.2 UNICEF no Brasil: histórico, operacionalização e realizações

A partir de sua missão e do desejo de concretizar seus objetivos, em 1950 o UNICEF começou a desenvolver atividades no Brasil, tornando-se um recurso relevante para o território ao apoiar a transformação local em causas importantes na área da infância e adolescência (UNICEF, 2023m). Relatórios do Conselho Executivo do Fundo Internacional de Emergência para Crianças das Nações Unidas publicados a partir de 1950 mostram que, nas duas primeiras décadas no país, o órgão priorizou ações para garantir a sobrevivência de crianças e adolescentes, focando em melhorias na nutrição infantil e na saúde materna, bem como no desenvolvimento de laboratórios para a produção de vacinas e campanhas de vacinação

(UNICEF, 1951). Na década de 1970, além da contínua preocupação com nutrição e saúde, questões direcionadas à educação, proteção da família e infância surgiram como campos importantes, observando-se em geral um empenho para que políticas em prol da infância adquirissem maior reconhecimento e influência na formulação de políticas públicas (UNICEF, 1975).

Em 1980, o foco da instituição no território brasileiro foi direcionado aos campos do aleitamento materno, suporte a programas de assistência à nutrição e proteção infantil. Projetos para a reintegração de jovens em situação de rua em suas comunidades, como o programa de serviços na Rocinha, que contemplou questões de saneamento, saúde e educação, evidenciaram a preocupação existente na época com relação a menores em situação de rua (UNICEF, 1984). Neste mesmo período, o UNICEF contribuiu para o Programa de Pastorado Infantil da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através do treinamento para administrar a terapia de reidratação oral em crianças (UNICEF, 1989). Além de desenvolver, em parceria com a TV Globo, a primeira campanha do Criança Esperança (UNESCO, 2021). Do ponto de vista da articulação política, o UNICEF participou da mobilização que resultou na aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990 (UNICEF, 2018a).

Na década seguinte, em 1990, junto à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seu desempenho também se destacou em práticas de promoção da amamentação, campanhas de fomento à nutrição, suporte à educação básica, integração e reabilitação precoce de crianças em risco de deficiência, e a elaboração de programas que discutem a inclusão e participação das mulheres em diferentes espaços da sociedade (UNICEF, 1990b). Também foram concebidas iniciativas voltadas para o combate ao trabalho infantil, programas de imunização e ações de monitoramento e avaliação (UNICEF, 1992).

Nos anos 2000, múltiplas ações foram desenvolvidas em todo o território brasileiro, evidenciando o caráter multissetorial da atuação da instituição no país. Diversas iniciativas foram realizadas, incluindo publicações, programas, campanhas, articulações, pesquisas, mesas redondas, congressos e estudos, além de colóquios, fóruns e apresentações. Um tratamento amplo, característico da agência, preservado até os dias atuais devido à complexidade dos desafios que se propõe a enfrentar e a demanda por adaptação às diversidades regionais. No caso do Brasil, um país extenso e diverso, com significativas diferenciações regionais em matéria de recursos, necessidades e desafios, sua abordagem ampla promove uma alternativa para a adaptação de suas estratégias e ações às especificidades de cada região, de modo a garantir que as intervenções sejam relevantes e eficazes.

A contextualização sobre a história dos direitos da criança no Brasil e no mundo proporciona entendimento acerca da evolução dos direitos, dos desafios históricos enfrentados e do progresso alcançado por meio do desenvolvimento de políticas. Nesse contexto, para uma melhor visualização dos avanços da organização, apresentam-se a seguir os principais eventos e conquistas do UNICEF ao longo do tempo, com foco no âmbito nacional. Com a inclusão de acontecimentos globais visando unicamente contextualizar e aprimorar o entendimento da atuação da organização em contexto interno.

Quadro 04: Linha do tempo sobre os direitos das crianças no Brasil.

Ano	Marcos Históricos
1924	A Liga das Nações adota a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança.
1948	A Assembleia Geral da ONU aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No artigo 25, há uma menção à criança como “detentora do direito a cuidados e assistência especiais”.
1959	A Assembleia Geral da ONU adota a Declaração dos Direitos da Criança que, entre outras coisas, estabelece especificamente os direitos da criança a educação, cuidados de saúde e proteção especial.
1979	É celebrado o Ano Internacional da Criança pelas Nações Unidas.
1981	É criado no Brasil o Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua, considerado o embrião do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).
1985	Nasce o MNMMR, uma das primeiras redes nacionais de defesa da criança e do adolescente. Também se articulam outras frentes pela infância, como a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
1986	- É realizado o primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. - Duas campanhas são realizadas com o objetivo de assegurar direitos à criança e ao adolescente na nova Constituição. Uma, batizada de “Criança e Constituinte”, é capitaneada pelo Ministério da Educação (MEC), com apoio de diversos ministérios e entidades. A outra, “Criança, Prioridade Nacional” (1987), proposta pelos movimentos ligados à infância, teve o apoio do UNICEF e desencadeou uma ampla mobilização nacional.
1987	- A Assembleia Nacional Constituinte é instalada. - A emenda popular Criança, Prioridade Nacional é apresentada ao Congresso, com 250 mil assinaturas de eleitores. Junto com ela, foi entregue também um abaixo-assinado com mais de 1 milhão de assinaturas, a maioria de crianças e adolescentes.
1988	- Em março, o chamado Fórum DCA é institucionalizado. Formado por várias organizações não governamentais de defesa da criança e do adolescente, ele teve um papel importante no processo de discussão e elaboração do ECA. - Em 5 de outubro, é promulgada a chamada “Constituição cidadã”, também classificada como a “Constituição das Crianças e dos Adolescentes do Brasil” por entidades envolvidas com a questão. A emenda Criança, Prioridade Nacional é incluída, quase na íntegra, nos artigos 227 e 228.
1989	A Assembleia Geral da ONU aprova por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que entra em vigor no ano seguinte.
1990	- Em 13 de julho, é sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). - Em 24 de setembro, o Brasil ratifica a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).

Ano	Marcos Históricos
1991	• É criado o Pacto pela Infância, iniciativa de setores organizados da sociedade civil brasileiras que mobilizou mais de cem personalidades. • É criado também o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
1992	• Em 20 de maio, acontece a Primeira Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança, promovida pelo Pacto pela Infância.
1993	• Em 7 de julho, ocorre a Segunda Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança. No evento cada Estado apresenta metas para serem cumpridas.
1995	• É realizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
2000	• A Assembleia Geral das Nações Unidas adota dois protocolos facultativos em complementação à Convenção: um sobre vendas de crianças, exploração sexual e pornografia infantil e outro sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados.
2004	• O Brasil ratifica os dois protocolos facultativos que complementam a Convenção.
2009	• O Brasil amplia a escolaridade obrigatória para 4 a 17 anos.
2014	• A Assembleia Geral das Nações Unidas adota o terceiro protocolo facultativo, permitindo que as crianças ou seus representantes apresentem reclamações, apelações e petições contra qualquer Estado que tenha ratificado o protocolo.
2016	• Em 8 de março é sancionado no país o Marco Legal da Primeira Infância.
2017	• Em setembro, o Brasil ratifica o terceiro protocolo facultativo.

Fonte: Elaboração própria com base em UNICEF (2019a).

Por meio da análise de momentos-chave apresentados, é possível acompanhar cronologicamente a evolução das políticas e compromissos internacionais relacionados à inclusão de crianças e adolescentes. No entanto, um dos aspectos mais interessantes a ser observado é a inserção gradativa do UNICEF no Estado de Direito Brasileiro, à medida em que o país consolidava seu sistema jurídico e institucional para assegurar os direitos das crianças e adolescentes, transformações legais e sociais fundamentais na assimilação do progresso obtido até o momento e nos desafios que ainda persistem.

Do ponto de vista da organização, apesar do país latino-americano ter promovido uma integração social significativa nas últimas décadas, melhorias são necessárias. Diretrizes públicas atuais precisam ser aprimoradas e novas estratégias de investimento devem ser implementadas para alcançar os mais excluídos e vulneráveis. Quadros de desnutrição crônica, o aumento progressivo do consumo de alimentos ultraprocessados e a prevalência do sobrepeso e da obesidade são algumas das adversidades enfrentadas pelo Brasil. Ademais, há uma tendência de queda nas coberturas vacinais e na inclusão escolar. Problemas como questões nutricionais têm afetado principalmente grupos mais vulneráveis. Entre eles, negros, indígenas,

quilombolas, ribeirinhos e jovens de classes econômicas mais carentes. No entanto, o problema mais trágico a ser enfrentado pelo UNICEF no país é a ocorrência constante de homicídios de adolescentes. Indicando que, embora considere que a nação possui uma das legislações mais avançadas do mundo em proteção da infância e da adolescência, para o UNICEF, o Brasil ainda precisa de políticas públicas que combatam e superem desigualdades geográficas, sociais e étnicas (UNICEF, 2018f).

Em resposta a esses desafios, a organização tem desenvolvido iniciativas em diversas regiões do país. No Sudeste, foi estabelecido em 2022 uma parceria com a Prefeitura de São Paulo denominada Agenda Cidade UNICEF, que visou assegurar direitos e promover oportunidades para mais de 67.500 crianças e adolescentes da Cidade Tiradentes (UNICEF, 2024n). O Projeto Engaja, também presente no estado, oferece formação inovadora e preparação para o trabalho a adolescentes vulneráveis em cinco áreas locais, além de buscar parcerias para superar desafios comunitários e executar soluções eficientes (UNICEF, 2021b).

No Centro-Oeste, o UNICEF foca na coleta e análise de dados sobre índices educacionais, de segurança e saúde para crianças e adolescentes, visando realizar estudos que monitoram e comparam essas informações para entender melhor o bem-estar infantil na região. Com base nesses dados, são desenvolvidos programas que apoiam a inclusão escolar e a melhoria da qualidade da educação, garantindo acesso equitativo para todos os alunos. Também são implementadas iniciativas para a proteção e justiça, concentrado na defesa contra violência e exploração, promovendo um ambiente seguro e justo para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em risco (UNICEF, 2021c).

Esse aspecto da análise de dados e desenvolvimento de programas também se manifesta em ações realizadas na região Sul. Relatórios anuais da instituição indicam que, em consonância com as atividades realizadas em diversos outros estados, tal região concentra esforços semelhantes na análise de índices educacionais, de segurança e saúde. Entre as iniciativas destaca-se o Programa de Apoio Psicológico e Social, que oferece suporte psicológico e social para crianças e famílias em situações de crise, e o Programa WASH, que atua em áreas com desafios relacionados ao acesso à água potável e saneamento básico, especialmente em contextos de emergência. Essas ações visam garantir condições adequadas de vida e promover a saúde pública (UNICEF, 2023o).

O cerne das medidas implementadas nas três regiões evidencia claramente a necessidade de apoio externo para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas básicas nestes territórios. Contudo, o UNICEF tem concentrado grande parte da sua atuação em municípios da Amazônia e do Semiárido brasileiro, que enfrentam desafios ainda mais significativos e

apresentam os maiores índices de marginalização social no Brasil. Para lidar com esse obstáculo regional, o trabalho da Agência se estende a mais de 1.900 localidades e inclui sete capitais estaduais sobre a iniciativa Selo UNICEF (UNICEF, 2024o), uma função idealizada a partir de um contexto de mudanças favoráveis à inclusão de meninos e meninas de até 17 anos em políticas de garantia da educação, saúde e assistência. A proposta é acompanhar, estimular, apoiar e reconhecer publicamente os esforços e avanços positivos alcançados pelos municípios na defesa dos direitos de crianças e adolescentes nas regiões onde atua (UNICEF, 2019b).

Outro grande programa realizado no país foi o Agenda Cidade UNICEF, que, além de São Paulo, contou com a participação de outras sete cidades: Belém, Manaus, São Luís, Fortaleza, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. O projeto foi constituído pelo Fundo, em conjunto com prefeituras, parceiros e a própria sociedade civil, diante da necessidade de mitigar os impactos sofridos pela crescente violência em grandes centros urbanos. A proposta de ação foi realizada por meio da integração de áreas essenciais ao bem-estar social, da participação comunitária e do monitoramento de indicadores relacionados à infância e adolescência. Ocorrendo a partir da criação de um espaço de escuta para as comunidades, com o objetivo de compreender suas necessidades e buscar soluções que emergem da própria sociedade. Assim, a elaboração, implementação e acompanhamento do plano de ação contaram com a mobilização social, permitindo que, com base nos resultados obtidos, fosse possível sistematizar as boas práticas (UNICEF, 2024p).

É fundamental compreender que ambos os projetos - Selo UNICEF e a Agenda Cidade UNICEF - contemplam fatores importantes da atuação do órgão no Brasil que, atualmente, visam três principais pontos em suas iniciativas: dar visibilidade ao tema da violência, influenciar mudanças na legislação e nas políticas públicas e melhorar os serviços públicos de prevenção e resposta à violência. A promoção do tema da violência ocorre através da produção e difusão de estudos, análises e levantamentos. Além disso, são realizadas reuniões nacionais e locais com especialistas, acadêmicos, gestores e a sociedade civil. O objetivo de melhorar os serviços públicos de prevenção e resposta à violência, acontece por meio de ações estratégicas em andamento, como a plataforma de monitoramento de Centros Urbanos. Por fim, o órgão procura influenciar mudanças na legislação e nas políticas públicas, tanto por intermédio de processos de comunicação entre diferentes setores da sociedade e construção de parcerias, quanto por meio de contribuição técnica especializada (UNICEF, 2022b, 2022c, 2024p).

Em síntese, junto ao foco na proteção contra violências no Brasil, a agência atua de forma abrangente nas áreas de água, saneamento e higiene, resposta e preparação à emergências e crises humanitárias, educação e saúde. Realizando diversos projetos, como Globo Educação,

Busca Ativa Vacinal (BAV), Núcleos de Cidadania de Adolescentes, Trajetórias de Sucesso Escolar, Portas Abertas para a Inclusão e Programa Itaú Social UNICEF (UNICEF, 2023p, 2023q, 2023r, 2023s).

Em adição ao suporte técnico, que inclui a promoção de capacitações para profissionais de saúde e educação e membros da comunidade, a organização também realiza ações de mobilização e monitoramento de índices municipais (UNICEF, 2023t, 2023u). A Agência ainda emprega formas inovadoras de atuação, utilizando tecnologias digitais para expandir seu alcance nas áreas de saúde e educação (UNICEF, 2022f). Assim como realiza a distribuição de doações, uma prática intensificada nos últimos anos como parte da resposta humanitária à pandemia da COVID-19 no Brasil, mobilizando parceiros do setor privado para doar produtos de higiene, limpeza e itens essenciais à saúde e sobrevivência de crianças e adolescentes mais vulneráveis (UNICEF, 2024q).

Conforme sua conduta global, a organização colabora nacionalmente com os setores privado e público, além da sociedade civil, incluindo embaixadores e personalidades que utilizam a mídia para conscientizar a população sobre a causa. Em territórios brasileiro, o UNICEF conta com o apoio de mais de trinta empresas privadas, incluindo parceiros estratégicos e apoiadores. Essas empresas podem colaborar por meio de apoio institucional às ações da agência no Brasil e no mundo; do desenvolvimento de produtos sociais, com percentuais das vendas revertidos para a organização; e da realização de eventos e campanhas de comunicação e marketing para engajar clientes e funcionários. Quanto ao setor público, o UNICEF reconhece a sua importância como parceiro essencial na promoção da causa. A instituição também valoriza as organizações da sociedade civil como aliadas em suas atividades. No Brasil, além do escritório nacional em Brasília, o órgão fortalece e expande sua atuação com a ajuda de outros oito escritórios zonais em Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo, além de um espaço temporário em Boa Vista. Essas repartições fortalecem e expandem a atuação em diversas regiões do país (UNICEF, 2018b, 2018g, 2019c).

Por fim, é importante destacar as atividades realizadas pela organização em parceria com o Brasil para o auxílio de terceiros. A atuação do UNICEF no Brasil não se limita ao contexto interno, considerando que inclui práticas cooperativas com outros países por meio da Cooperação Sul-Sul, uma estratégia adotada pela ONU para enfrentar desafios de desenvolvimento. Em 2012, essa cooperação foi formalmente iniciada no Brasil por meio de uma parceria entre o governo brasileiro, representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e o UNICEF. O país, reconhecido como um ator relevante no cenário internacional

devido ao sucesso de suas políticas sociais em saúde, educação e proteção infantil, tornou-se um parceiro estratégico para cooperação técnica horizontal e do intercâmbio de conhecimento (UNICEF, 2014; BRASIL, 2023).

Com o passar do tempo, esse processo colaborativo se expandiu, ampliando o impacto das iniciativas por meio de parcerias internacionais, adquirindo a denominação de Cooperação Sul-Sul Trilateral. Nesse modelo, além das nações em desenvolvimento, participam também um terceiro ator, que pode ser um país desenvolvido ou uma organização internacional, como o próprio UNICEF. Um formato baseado na gestão horizontal compartilhada entre os diferentes atores envolvidos, aproveitando vantagens comparativas identificáveis e podendo ser implementada por meio de diversas configurações institucionais (BRASIL, 2023).

Toda análise da atuação do UNICEF no Brasil revela seu papel fundamental na promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes em todo o território nacional. Por meio de suas iniciativas regionais e programas direcionados, a organização demonstra contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida, educação e saúde das populações mais vulneráveis. O Relatório Anual do Escritório Nacional publicado em 2023, revelou o aprofundamento de problemas sociais gerados por crises econômicas, aumento da violência, impactos da pandemia, mudanças climáticas e desastres naturais. Em contrapartida, o documento salienta que, com o auxílio da instituição, foi possível expandir campanhas de vacinação e aumentar a cobertura vacinal, promover maior engajamento e mobilização das comunidades nas decisões políticas, melhorar parcialmente os índices de aprendizagem e reduzir os casos reportados de violência e exploração (UNICEF, 2023o). Um cenário que acentua a importância e responsabilidade do país em continuar a fortalecer as ações em colaboração com o UNICEF, garantindo que cada criança tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

3.3 A Presença do UNICEF nas cidades e no enfrentamento dos desafios urbanos

O UNICEF, ao atuar em diversas regiões do mundo, encontrou no advento da globalização uma ferramenta de potencialização de alcance para suas ações, à medida que a mesma facilitou e acelerou a troca de recursos e conhecimento para enfrentar desafios globais. Porém, paralelamente, o fenômeno exacerbou desigualdades econômicas e sociais, ampliando as adversidades enfrentadas pela organização na garantia de direitos básicos às crianças mais vulneráveis. Uma conjuntura paradoxal que exige abordagens que equilibrem os benefícios e os riscos associados à esse movimento.

A globalização, como um processo complexo de interconexão e interdependência entre países e regiões do mundo, envolve a integração de economias, culturas, sociedades e sistemas políticos em uma rede global. Uma dinâmica evolutiva que promove o desenvolvimento das cidades como centros econômicos, industriais e tecnológicos, atraindo pessoas das áreas rurais, impactando o crescimento e o desenvolvimento urbano. A urbanização, segundo Sposito (1988), define a migração e consequente aumento da população em áreas urbanas, que se concretizam como cidades: espaços geográficos que abrigam relações e fenômenos econômicos, sociais e culturais próprios que enfrentam diretamente as consequências de seu rápido crescimento populacional.

A urbanização pode oferecer diversos benefícios, como mais oportunidades de emprego, infraestrutura avançada, maior diversidade cultural, crescimento econômico e melhor acesso à educação e serviços essenciais. No entanto, ela também traz desafios, como a sobrecarga dos recursos naturais, aumento da poluição, crescimento desordenado das cidades, segregação espacial, desigualdade social e questões de saúde pública (Ribeiro, 2015). Para lidar com essas dificuldades, é necessário adotar uma abordagem integrada, buscando reduzir os impactos negativos enquanto se aproveitam as vantagens que a vida urbana pode proporcionar. Assim, esse cenário demanda a implementação de políticas e práticas que promovam o progresso metropolitano sustentável, fomentem a inclusão social e melhorem a qualidade de vida nas cidades, conferindo ao poder público um papel central na gestão e no desenvolvimento urbano.

Entretanto, como observado no contexto de discussão da Nota Estratégica sobre o trabalho do UNICEF para crianças em ambientes urbanos (UNICEF, 2022g), o Estado, como principal responsável pela oferta de serviços públicos, enfrenta uma sobrecarga em razão do aumento constante das demandas sociais, tornando difícil para os governos locais o fornecimento adequado desses serviços, o que impede o pleno desenvolvimento dos territórios e de suas populações. Espaços densamente ocupados por populações mais carentes, além de sofrer com os limites e dificuldades enfrentados pelo poder local, também experimentam o descaso, sendo muitas vezes deixados à margem da execução e implementação de ações governamentais.

Baseado nessa conjuntura, novos atores surgem nos ambientes urbanos com o objetivo de auxiliar o poder público local em suas atribuições para com a população. Entre esses, a ONU se destaca por fundar o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), abordando especificamente a urbanização e suas questões relacionadas. Mandatado pela Assembleia Geral da ONU, a ONU-Habitat visa promover vilas e cidades social e ambientalmente sustentáveis. Procurando por meio de parcerias, construir cidades e

comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, promovendo a urbanização como uma força transformadora e positiva para pessoas e comunidades, visando reduzir a desigualdade, a discriminação e a pobreza (Un-Habitat, 2024a).

Sua Agenda Urbana busca desenvolver interligações entre agendas globais, otimizando recursos e alavancando resultados do desenvolvimento em todos os níveis de governo, no sistema da ONU e em outros setores e partes interessadas. Além disso, estabelece um sistema de relatórios incremental e inclusivo (Un-Habitat, 2024b). Para realizar suas atividades práticas, o programa se baseia em facilitadores de desempenho – desde o monitoramento e conhecimento até a inovação, *advocacy*, comunicação e divulgação, parcerias, capacitação, sistemas e processos, além de focar em áreas consideradas impulsionadoras da mudança, como política e legislação, planejamento urbano e design, governança e mecanismos de financiamento (Un-Habitat, 2024c).

Como Agência da ONU, o UNICEF reconhece as dificuldades existentes e as vulnerabilidades agravadas pelas especificidades do espaço urbano, buscando criar estratégias de ação consistentes com o contexto no qual está inserido. A Agência identifica que, embora haja uma percepção de que as cidades oferecem rendimentos mais elevados, melhores infraestruturas e maior proximidade de serviços, é notório que essa vantagem metropolitana não alcança a todos. A realidade urbana ignora frequentemente as crianças e as populações mais vulneráveis, incluindo aquelas que vivem em bairros degradados e assentamentos informais. A ausência ou distorção de dados sobre a dimensão e perfil socioeconômico local, assim como a limitação no alcance das estruturas formais de governança para esses residentes, agrava a desigualdade no acesso aos serviços básicos em zonas urbanas (UNICEF, 2022g).

Somado a esse 'paradoxo urbano', no qual suas vantagens são negadas aos mais vulneráveis, e da atenuação do cenário causada pelos desafios da governança urbana, crianças em situação de pobreza nesses centros podem enfrentar condições mais deploráveis do que aquelas em situação socioeconômica similar às que vivem em zonas rurais. Essa condição acontece em decorrência dos ambientes superlotados e inadequados em que residem. Neles, estão frequentemente expostos a surtos de doenças e riscos ambientais, como produtos químicos tóxicos e poluentes do ar, da água e do solo, além de perigos decorrentes das alterações climáticas. Também são considerados problemas deste espaço questões relacionadas à segurança, como a exposição de crianças e adolescentes ao trabalho exploratório e ao trabalho nas ruas, ao tráfico e à violência armada, bem como a ocorrência de crises humanitárias (UNICEF, 2024r).

Como parte dos esforços para enfrentar a rápida urbanização e os problemas que ela causa, o UNICEF produziu e publicou, em 2022, uma Nota Estratégica sobre o trabalho da instituição voltado a crianças e adolescentes em ambientes urbanos. O relatório é parte de uma reformulação para a ampliação e o fortalecimento do seu planejamento para áreas urbanas, e envolve um quadro da programação de governança subnacional e local do UNICEF para seus escritórios e comitês nacionais (UNICEF, 2022g).

Embora o documento também inclua aspectos do progresso metropolitano relacionados a crianças a nível nacional, reconhece que muitos aspectos da vida na cidade e do crescimento subnacional são determinados no nível do governo nacional. O documento aborda lições aprendidas pela instituição, pontos-chave de mudança, áreas prioritárias de ação e parcerias existentes, constituindo-se como um guia para as equipes do programa e para os escritórios regionais e nacionais. Ele comunica como integrar os direitos das crianças nas políticas urbanas nacionais e em sua programação de iniciativa urbana, incluindo em intervenções humanitárias e em contextos frágeis (UNICEF, 2022g).

Discussões a partir da avaliação de trabalhos prévios realizados pelo UNICEF em ambientes urbanos geraram uma série de lições a serem consideradas neste contexto. Um fator importante que condiciona o procedimento da instituição e denota características de sua atuação nas cidades é a experiência adquirida. Esse conhecimento demonstrou ser positivo no uso de análises situacionais para identificação de problemas e a tradução destes em programações urbanas, estruturadas em documentos de programas nacionais. Tal abordagem integrada possibilita um maior potencial para demonstrar resultados nos direitos das crianças e na redução das disparidades nacionais (UNICEF, 2022g).

Além de recorrer a experiências anteriores, o contexto alarmante enfrentado pelo seu grupo prioritário de ação também conduziu o UNICEF a se comprometer com o desenvolvimento de abordagens de programação que apoiam os motores da mudança para amparar crianças que vivem em cidades. Dessa forma, três pontos principais interligados são abordados: a busca por equidade e inclusão, como visão central da mudança; a urbanização, planejamento e meio ambiente, refletindo a transformação do espaço organizacional; e a presença de sistemas adaptativos de governança urbana, voltados para a gestão e implementação de transformações (UNICEF, 2022g).

As lições aprendidas, baseadas em análises integradas e resultados de avaliações de projetos anteriormente desenvolvidos, também condicionam a escolha das áreas prioritárias de ação, abordadas pela agência em seis setores diferentes. A primeira área visa fortalecer evidências e desagregar dados sobre a situação infantil. O objetivo é compreender as decisões

locais a partir da identificação dos padrões de pobreza e exclusão vividos por crianças e famílias. A segunda seção prioriza a governança para planejamento, financiamento e orçamentação local, isto é, a criação de políticas, estratégias e planos de desenvolvimento que respondam às necessidades das crianças (UNICEF, 2024r).

Outro fator primordial é o envolvimento e empoderamento das comunidades mais vulneráveis. Grupos frequentemente excluídos dos processos políticos e de tomada de decisão, mas que são os mais afetados. Outra zona de foco é o acesso a serviços básicos, equitativos e de qualidade para crianças, realizado através da implementação de modelos que incluem a participação de governos locais. Na sequência está a prioridade de realizar um planejamento e uso do espaço urbano que sejam sensíveis às necessidades das crianças e à sustentabilidade ambiental. Por último, a sexta área prioritária concentra-se nas crises humanitárias em zonas urbanas, focando na preparação das estruturas de governança para responder de forma eficaz a essas situações (UNICEF, 2024r).

Para agir sobre tais adversidades é necessário o alinhamento entre diferentes atores e áreas da sociedade. As cidades possuem particularidades e estruturas de governança complexas. Elas incluem níveis nacional, regional e municipal com graus variados de jurisdição entre setores, muitas vezes com jurisdições sobrepostas. Essa complexidade torna mais desafiador o fornecimento de assistência, ao mesmo tempo que oferecem mais oportunidades de parceria. Como consequência da multiplicidade das questões urbanas, a ONU desenvolveu uma Estratégia Sistêmica para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, no qual o sistema das Nações Unidas passa a poder coordenar seus esforços sobre o tema com o auxílio do ONU-Habitat (UNICEF, 2022g).

A relação do UNICEF com a ONU-Habitat e outras agências é fundamentada no esforço de inserir uma ótica infantil em políticas e estruturas urbanas, considerando-se este grupo em políticas urbanas nacionais, padrões de planejamento e na elaboração de princípios e orientações para o desenvolvimento de espaços públicos. O UNICEF também trabalha com parcerias globais, incluindo a Aliança de Cidades, a União de Cidades e Governos Locais Unidos (UCLG) e o Parlamento Global de Prefeitos, buscando alavancar suas noções técnicas e de networking na promoção dos direitos das crianças nesses ambientes. Além disso, a organização realiza parcerias com a sociedade civil e o setor privado, com o objetivo de influenciar as formas como o setor contribui para o desenvolvimento e a vida nas áreas urbanas, nas comunidades, no local de trabalho e na produção e consumo de bens e serviços (UNICEF, 2022g).

Diante disso, observa-se que o UNICEF, em seu processo de operação nos países, depende da manutenção de relações estreitas com o poder público local, a sociedade civil e o setor privado. Contudo, os desafios encontrados são tratados prioritariamente pelo setor governamental, fazendo da sua relação com o poder estatal uma parceria primordial na busca pela concretização de uma governança eficaz e responsável (UNICEF, 2024s).

3.4 A Colaboração estratégica do UNICEF com o poder público brasileiro

O modo de operação do UNICEF, apoiado na colaboração com países e detalhado através de suas ações em cidades, revela que suas interações com a administração pública são guiadas por estratégias e planos específicos adaptados às condições e desafios locais. O que significa que a atuação da instituição contempla questões como, variação de sistemas políticos, descentralização ou centralização em tomadas de decisão e manifestações de instabilidade territorial (UNICEF, 2022g).

Todas essas particularidades territoriais conseguiram estabelecer um entendimento comum sobre a pauta da infância, na Cúpula Mundial para a Infância (*World Summit for Children*) realizada em 1990 em Nova York. Esse evento foi marcado pela formulação de uma agenda para o grupo prioritário com metas a serem alcançadas até o ano de 2000 (UNICEF, 1990a). Neste acordo, líderes mundiais se comprometeram a uma agenda que colocava crianças e adolescentes como prioridade na formulação de políticas públicas e na alocação de recursos. O Brasil, inclusive, foi um dos signatários e se comprometeu a adotar as diretrizes estabelecidas no documento (Oliveira; Steiner; Alves, 2018).

Trabalhos desenvolvidos pela Agência da ONU em território brasileiro são pensados considerando a forma pela qual o Estado se organiza, o qual, estruturado segundo o Pacto Federativo, descentraliza políticas e serviços do nível federal para os estados e municípios. Consequentemente, as capacidades de gestão e implementação de serviços em níveis estaduais e municipais, variam de forma significativa, criando grandes desafios que impactam diretamente a atuação do UNICEF em seu território. A Agência gerencia esse contexto trabalhando nos três níveis de governo, monitora a implementação de políticas e fortalece as capacidades municipais, ao mesmo tempo que colabora com os governos federal e estaduais na formulação de políticas e ações de *advocacy* (UNICEF, 2016).

Por meio da análise da Nota estratégica (UNICEF, 2022g), é perceptível que grande parte das práticas organizacionais do UNICEF em relação às ações governamentais dos países, incluindo o Brasil, demonstra que a instituição opera como uma espécie de centro de monitoramento de políticas públicas dedicado a acompanhar, analisar e avaliar diretrizes

voltadas para a infância e adolescência. Esses espaços de monitoramento se materializam no plano físico em escritórios nacionais e regionais, produzem relatórios e plataformas com objetivos de analisar e avaliar como as políticas e os programas governamentais impactam as crianças e adolescentes, identificando lacunas e oportunidades para melhorias. Sua proposta também contempla a promoção e a transparência ao fornecer informações claras e acessíveis sobre as estratégias e seus impactos, assim como, a prática de advogar por mudanças utilizando dados e análises para influenciar decisões governamentais e promover alterações que beneficiem a infância e a adolescência. Assim, estimula também a pesquisa ao conduzir e apoiar estudos sobre as condições de vida das crianças e a eficácia das políticas públicas.

Uma clara ilustração dessa abordagem é a iniciativa Selo UNICEF, que teve sua criação embasada na percepção de diversas mudanças que estavam ocorrendo no Brasil e lacunas que estavam sendo aprofundadas. A instituição monitorou as transformações ocorridas sobre a distribuição de competências entre os entes da federação brasileira, nos quais os municípios estavam passando a ser responsáveis por garantir educação, saúde e assistência, e criou, em função disso, uma nova metodologia de trabalho (UNICEF, 2024t). Uma iniciativa para o estímulo à promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, que, por meio de capacitação e suporte técnico disponibilizados pelo próprio UNICEF, tem viabilizado aos municípios a realização de medidas autônomas como o desenvolvimento de um plano de ação, a mobilização comunitária e o acompanhamento da evolução de indicadores sociais.

As ações supracitadas são monitoradas e avaliadas constantemente pela agência da ONU (UNICEF, 2021d), ou seja, um programa com alguns dos aspectos habituais de ação do UNICEF que se iniciam na identificação de lacunas e oportunidades para melhoria, seguido pela sua metodologia de monitoramento para acompanhamento, análise e avaliação de políticas, a partir de indicadores próprios, de modo a agir sobre carências apontadas que resultarão no aperfeiçoamento de aspectos sociais nos quais atua.

O Selo UNICEF exemplifica como sua estrutura de monitoramento de políticas governamentais é aplicada na prática e lança luz sobre sua função conjunta com o poder estatal brasileiro. A relação com os governos municipais, estaduais e federal baseia-se em um plano de cooperação para apoiar a implementação de leis, políticas, sistemas e serviços que asseguram os direitos da criança, através do seu suporte técnico, estratégico e colaborativo. Para isso, a Agência procura garantir que os governos tenham quadros jurídicos e institucionais adequados para apoiar a causa, como um dos meios de influenciar a formulação de políticas públicas que integrem as necessidades e direitos infantis em todos os níveis de governança. Sua participação constante no desenvolvimento de legislação e na orientação para a implementação de políticas

contempla: o auxílio na identificação e alocação de orçamentos para projetos, movimentações para garantir a integração de programas em planos de ação, e integração em programas de desenvolvimento de políticas intersetoriais (UNICEF, 2021c; 2023v).

Sua capacidade técnica, aliada aos seus recursos financeiros, também contribui para a capacitação de servidores públicos. Isso visa melhorar os serviços prestados, realizar análises e avaliações para aprimorar políticas existentes. Além disso, contribui na criação de plataformas que promovem visibilidade ao tema, possibilitam monitoramento e a realização de intervenções. Sua aptidão especializada também se reflete na construção de boas práticas e no desenvolvimento de indicadores que auxiliam o setor público e outros envolvidos a identificar lacunas nas políticas sociais e a elaborar planos de ação para resolvê-los (UNICEF, 2021d, 2023v). A Plataforma dos Centros Urbanos é um exemplo de cooperação junto aos governos, que agrega valor por meio de sua assistência técnica, ao realizar o levantamento de dados sociais para promover planos de ações baseados em seus resultados (UNICEF, 2023u).

A elucidação sobre práticas que relacionam ambos os atores revelam que, por trás da concretização de integração, há a necessidade de uma boa comunicação. Dessa forma, outra prática importante de colaboração entre o UNICEF e o poder público brasileiro reside na promoção de diálogos: procedimentos fundamentais para o alinhamento de objetivos e a troca de experiências que auxiliam o poder estatal na implementação de políticas governamentais mais eficazes e inclusivas. Essa parceria estratégica possibilita através de ações coordenadas o aumento do seu escopo de atuação e a aceleração dos planos de desenvolvimento, conseguindo alcançar setores sociais de alta vulnerabilidade, reforçando a capacidade institucional do poder público (UNICEF, 2023o).

Esse importante contexto de interação entre os dois atores para a concretização de suas funções ocasionalmente enfrenta ciclos instáveis em razão de momentos de transição política vividos pelo país. São períodos de insegurança devido à incerteza sobre o nível de interesse do Chefe de Estado a assumir o poder executivo em priorizar iniciativas políticas de cunho social. No Brasil, essa situação é gerenciada até certo ponto através da realização de um trabalho apolítico, no qual o UNICEF atua como um agente facilitador neutro dentro do contexto político vigente para apoiar ações intersetoriais, contribuindo para os compromissos, por vezes, já estabelecidos na política nacional. Assim, é observado que sua voz imparcial gera uma parceria ainda mais construtiva com o Estado, podendo ser esse um dos pontos-chave para que durante a transição política haja a manutenção dos avanços das suas aspirações (UNICEF, 2016).

Questões de instabilidade política são citadas no Relatório Anual do Escritório de País do Brasil em 2023, o qual aponta uma polarização política de dez anos vivida pelo território,

seguido pela progressiva fragilização dos serviços sociais. Tal conjuntura foi superada no último período com a posse de um novo governo que priorizou uma agenda social, representando uma grande oportunidade para a implementação de políticas e programas equitativos e sustentáveis (UNICEF, 2023o). Apesar de momentos de dificuldade, por ser uma instituição consolidada, o UNICEF nunca interrompeu suas séries de parcerias com o poder público brasileiro. Essa história de cooperação se iniciou ainda na década de 1980 e se aperfeiçoou ao longo dos anos, sendo que tal evolução se materializou em colaborações com diferentes órgãos públicos, dos setores da educação, justiça, segurança, direitos humanos, saúde, planejamento e orçamento, igualdade racial, cidadania, entre outros (UNICEF, 2016).

Para prevenção e resposta às formas extremas de violência, o UNICEF estabeleceu uma parceria inovadora com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios sobre a proteção dos direitos da criança e do adolescente e os sistemas de proteção relacionados (BRASIL, 2015). Junto ao Ministério das Cidades, a agência da ONU lançou a Rede Periferia Viva, uma iniciativa para contribuir com políticas públicas para favelas em todo Brasil (UNICEF, 2024u). Com o objetivo de desenvolver projetos colaborativos para ampliar o acesso à internet nas instituições educacionais estatais dos municípios brasileiros mais vulneráveis, o UNICEF também estabeleceu, em 2023, um acordo com o Ministério das Comunicações (BRASIL, 2023). Neste mesmo ano, a visita da Diretora Executiva Catherine Russell ao Brasil demonstrou o poder de convocação do UNICEF, ao reunir na sede do Itamaraty, em Brasília, o ministro do desenvolvimento social e os ministérios da saúde, educação, igualdade racial, justiça, trabalho, meio ambiente, direitos humanos e povos indígenas. Um encontro para a discussão de uma agenda comum baseada em evidências de pobreza multidimensional (UNICEF, 2023o). Para além dessas, ocorrem outras inúmeras parcerias com diversos ministérios, governos estaduais e prefeituras municipais, que reafirmam o forte vínculo entre a organização e o poder público Brasileiro.

Em vista do que foi abordado, é perceptível que a instituição reconhece que a ampliação das ações e a consolidação de políticas públicas dependem fortemente do interesse político, que se preocupa com os resultados das iniciativas iniciais e com a disponibilidade de fundos. Por sua vez, o apoio do UNICEF ao poder público é vital para transformar intenções em realidade, uma vez que a organização dispõe de recursos robustos para lidar com a crescente disparidade social e suas consequências. Essa ampla gama de atores e setores envolvidos tende a causar impactos mais significativos na garantia de direitos de crianças e adolescentes por gerarem iniciativas bem articuladas. Para além disso, a integração das políticas públicas e a coordenação

entre diferentes setores são fundamentais para expandir o alcance e garantir a replicabilidade de programas que impactam a vida de milhares de crianças.

4. A ATUAÇÃO DO UNICEF NA DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SALVADOR

O tema da internacionalização das cidades é cada vez mais relevante em discussões da área de desenvolvimento urbano devido ao aumento das conexões globais. Nesse sentido, a contribuição de organizações internacionais, como a ONU e suas agências, é fundamental, pois ela auxilia esses espaços a implementarem políticas que atendam às necessidades de suas populações, enquanto as alinham às expectativas internacionais, também refletidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No caso de Salvador, o processo de internacionalização envolve uma série de desafios e oportunidades, especialmente no que diz respeito à adaptação das políticas locais às demandas globais, o que torna o papel das organizações internacionais indispensável, considerando sua capacidade de colaboração na difusão de políticas públicas focadas em promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. A interação da cidade com a ONU e suas agências envolve diversas questões em relação ao desenvolvimento de processos e até que ponto eles influenciam as prioridades da administração local, possibilitando entender a relevância dessas intervenções institucionais no contexto urbano de Salvador.

4.1 Salvador: um processo de internacionalização em construção

Na conjuntura de análise do processo de internacionalização de uma cidade, as discussões recaem sobre um conjunto de etapas e transformações que esse ambiente vivencia para se tornar mais ativa e visível no contexto internacional. Isso inclui, em especial, estruturas governamentais voltadas para a cooperação internacional que auxiliam no desenvolvimento de políticas públicas. Contudo, por vezes esse processo pode ser iniciado em paralelo à construção da própria cidade, situação pouco comum, mas que pode ser observada em territórios colonizados como Salvador, que foi estabelecida com o objetivo de integrar-se a redes comerciais internacionais através da exploração de recursos locais.

A história registrada de Salvador, que se iniciou com a sua fundação em 1549, tem um enredo rico e profundo com o âmbito internacional. Marcada por interações culturais, econômicas e políticas desde o seu período colonial e sua posterior constituição como cidade, pelos portugueses, o território configurou-se como um centro de convergência entre Portugal e o continente sul-americano, ocasionando, ainda em 1549, a instituição de Salvador como primeira capital do Brasil. Esta foi uma decisão baseada em aspectos favoráveis ofertados pela cidade, que, como discutido por Rodrigues e Ross (2020), possuía uma localização estratégica

e uma baía de acesso largo que possibilitava o comércio transatlântico, se tornando um porto de entrada de mercadorias provenientes da Europa e da África e um porto de saída para bens explorados, especialmente a cana-de-açúcar. Tal conjuntura, segundo Ribeiro (2009), conduziu a cidade a sediar o maior porto do hemisfério sul já aberto às “nações amigas” ainda no início do século XIX.

Juntamente com as interações comerciais internacionais, Ribeiro (2009) destaca que seu processo histórico de colonização também impactou profundamente nas relações culturais internacionais existentes, que influenciam a população metropolitana. Salvador ainda preserva um vínculo muito forte com a cultura africana, evidenciado nas tradições religiosas, culinárias, musicais e comemorativas, cultivadas pela cidade. Uma herança genética e cultural proveniente do ciclo colonial, que aproxima e perpetua a conexão entre o Brasil e os países do continente africano. Essa tratativa do aspecto cultural e étnico possui muita importância, pois como no caso de Salvador, conseguiu fomentar os primeiros vestígios de cooperação. Entretanto, é preciso ter cautela em considerar elos culturais como atos diretos de internacionalização, visto que eles são focados na preservação de identidade e tradição, não havendo necessariamente a consecução de acordos, parcerias e outras estruturas formais que envolvem o processo das relações internacionais.

Somado ao componente histórico e cultural, por volta de 1960 até 2003, Salvador executou algumas pequenas iniciativas e articulações políticas que envolveram tanto o âmbito municipal, quanto o âmbito estadual. De acordo com Ribeiro (2009), na esfera municipal foram registrados acordos de irmanamento com cidades estadunidenses, visando uma série de ações nos setores econômicos, portuários, educacionais e culturais. Assis (2009) ainda sugere que esses acordos de irmanamento foram igualmente firmados com cidades de países europeus como Portugal, Espanha e Itália, e de outros continentes como Cuba, China e Benin. As cidades-irmãs expressaram os interesses relacionais e as movimentações iniciais do poder público local com o âmbito internacional. Todavia, foi principalmente no início dos anos 2000 que houve uma mobilização mais estruturada por parte da administração pública municipal em relação às ações internacionais.

Em dezembro de 2004, o Prefeito Antônio Imbassahy foi o responsável pela criação do Conselho Municipal de Relações Internacionais, algo inédito para o território, que pela primeira vez passou a contar com uma instância pública exclusiva para as atribuições da dimensão internacional. O Conselho, por sua vez, tinha o objetivo de estabelecer as diretrizes, as normas e os critérios relacionados à implementação de esforços de cooperação internacional e fontes

de financiamento viabilizadas para o município, vinculados à execução de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social (Câmara Municipal de Salvador, 2004).

No ano seguinte iniciou-se uma nova estratégia focada na ampliação da participação da cidade em iniciativas internacionais. Em 2005, ao assumir a gestão municipal, o então Prefeito João Henrique Carneiro fundou a Secretaria de Relações Internacionais (SECRI). O órgão foi o primeiro aparato público criado para tratar especificamente de relações internacionais no município, sendo representado por um gabinete que objetivava promover uma imagem positiva da cidade no exterior (Ribeiro, 2009). No ato administrativo que determinou a criação da secretaria, correspondente ao Decreto nº 15.474 de 19 de janeiro de 2005, foi estabelecido “a necessidade de implementar estratégia voltada às Relações Internacionais como instrumento dinamizador de continuidade das ações de intercâmbio cultural, econômico e turístico ampliando o desenvolvimento de Salvador” (Salvador, 2005).

Este decreto nos permite interpretar que o propósito da sua elaboração foi derivado da necessidade do município em estabelecer novas parcerias para impulsionar ações de intercâmbio que de alguma forma colaborassem na promoção do crescimento e desenvolvimento da capital baiana, sinalizando que o poder público municipal é apenas mais uma instância governamental que não consegue alcançar de forma autônoma toda a sociedade e suprir de maneira plena suas necessidades.

A perspectiva em entender o interesse na intensificação da inserção de Salvador no âmbito internacional, pela ótica da necessidade de buscar alternativas inovadoras para adquirir mais recursos, é abordada por Ribeiro (2009), que lança uma argumentação legítima justificando a implementação da SECRI. Para a autora, seu pretexto de construção recaiu não apenas sobre o interesse em promover uma imagem positiva da cidade no exterior, mas também em conseguir captar investimentos e atrair recursos do processo de cooperação internacional. Ela ainda aponta que, além das motivações econômicas e de imagem, seus objetivos de longo prazo também integraram áreas dos setores da educação, saúde e meio ambiente, bem como questões de gênero e de etnia. É importante observar que a inclusão do tema da etnia como pauta da sua agenda temática reforça ainda mais o valor atribuído aos aspectos culturais e identitários que constituem as raízes da formação do território, destacando sua potencialidade na articulação internacional do município.

O caráter incipiente da atuação municipal no âmbito internacional a partir de uma base integrada implicou em uma atuação dedicada à cooperação na qual, como menciona Ribeiro (2009), eram estabelecidos vínculos com agências da cooperação internacional munidas de instrumentos que lhe capacitavam a possuir estratégias de desenvolvimento socioeconômico

local, como conhecimento técnico, experiências bem-sucedidas e recursos tecnológicos. Configurando-os na condição de atores importantes para cidades como Salvador, a qual estava em busca de novos métodos que pudessem alavancar o seu desenvolvimento. Um outro formato de atividade atribuída à Secretaria estava em sua função de atuar como um meio para apoiar e intensificar as ações realizadas por outros setores da administração municipal, com destaca Santana (2010), tanto através do desenvolvimento de algumas ações em conjunto com outras secretarias, como pelo gerenciamento de parcerias internacionais para o desenvolvimento local.

De modo geral, a SECRI apresentou resultados positivos como a expansão da atuação de Salvador no contexto internacional e a ampliação de sua captação de recursos (Amorim, 2019). Um outro resultado promissor foi a ampliação do seu contato com o Sistema ONU, uma conduta de aproximação compatível com o interesse da secretaria em relacionar-se com organismos internacionais que apresentassem um conjunto de habilidades técnicas e estruturais capazes de suprir lacunas locais. Essas características são análogas às competências apresentadas pelo conjunto de agências que operam sobre a liderança da ONU. Sua articulação de aproximação, segundo Amorim (2019), ainda impactou na instalação do escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no município em 2005 e, posteriormente, na primeira Casa da ONU no Brasil.

Apesar das conquistas alcançadas, a Secretaria foi extinta em 2009, sendo substituída pela Assessoria de Relações Internacionais como órgão que compunha o Gabinete de Prefeito. Após a ocorrência da transição estrutural, iniciou-se um período de escassez de informações a respeito de qualquer aspecto da nova unidade. Contudo, o decreto que aprovou o regimento do Gabinete do Prefeito, trouxe em um dos seus artigos as competências atribuídas a nova Assessoria. Nesse sentido, de acordo com o Decreto nº 19.390 de 18 de março de 2009, algumas das atribuições da Assessoria Internacional da Prefeitura Municipal de Salvador eram: apoiar Prefeitos, Vice-prefeitos e demais Secretarias, no processo de cooperação e tratativas junto às entidades internacionais para o desenvolvimento municipal, contribuir para a cooperação se dedicando a pesquisar e compartilhar informações sobre temas internacionais relevantes para cidade, bem como, buscar parcerias técnicas e promover as boas práticas de Salvador no cenário global. Não menos importantes, suas atribuições também incluíam organizar e receber missões diplomáticas, servir de intermédio entre a Prefeitura e representações diplomáticas, como consulados e embaixadas, além de instituições e organismos internacionais e redes de cidades, se configurando como uma atuação colaborativa essencial para fortalecer a presença de Salvador no contexto global (Salvador, 2009).

Em uma entrevista concedida em 2021 ao projeto Internacionalização Descentralizada em Foco (IDeF), Soraya Pessino, que atuou como assessora e, posteriormente, Gerente de Relações Internacionais da Prefeitura de Salvador entre 2009 e 2021, compartilhou suas vivências dessa fase ao descrever a dinâmica de funcionamento nas tratativas de cunho internacional, por volta de 2009, quando iniciou sua jornada de trabalho na Prefeitura de Salvador. Pessino (2021) refletiu sobre sua experiência:

Quando eu entrei na Prefeitura de Salvador, eu estava trabalhando na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, uma secretaria que tinha estratégias objetivas e também tratava dos eventos da cidade. O meu foco ficou muito ligado às questões de turismo, de eventos, de projeção cultural, da promoção internacional da cidade no aspecto da cultura e turismo e, também, trabalhando com atração de investimentos, captação de empresas para a cidade, então, foi um desafio fazer com que esse olhar permanecesse, mas que fosse também ampliado para outras áreas.

Nessa declaração, Pessino (2021) sinalizou o retorno de um aspecto que ocorria com SECRI, que era a afiliação da sua atuação a outras secretarias. Por outro lado, também há dessemelhanças, visto que a repartição extinta não estava limitada a essa condição, assim como não trabalhava sobre o comando de uma única secretaria. Contudo, o principal ponto a ser analisado a partir dessa entrevista, é que, apesar das inúmeras competências que lhe foram designadas, a entidade enfrentou obstáculos para a execução das mesmas. Segundo Pessino (2021), entre os anos de 2013 e 2014 houve dificuldade em mostrar para a prefeitura as possibilidades que poderiam ser alcançadas, em benefício da cidade, através de uma articulação internacional planejada. De acordo com a internacionalista, a nova estrutura tinha um foco limitado de projeção internacional, tratando apenas das temáticas de eventos, cultura e turismo, ocorrendo a superação desse cenário apenas quando a área internacional conseguiu se firmar internamente. Além disso, ela afirma que a garantia do respaldo pela gestão pública possibilitou sua atuação em diferentes áreas da cidade e impôs uma nova perspectiva aos desafios que seriam enfrentados e superados mais à frente, os quais envolviam a carência de recurso humano e materiais, em decorrência do contexto de ampliação de sua atuação.

Em 2022, como parte de um plano para aprimorar a atuação da administração municipal em relações internacionais, a Assessoria Internacional da Prefeitura de Salvador foi substituída pelo Escritório de Cooperação Internacional. Em evento realizado para assinatura de um acordo de cooperação para projetos entre Salvador e o Reino Unido, a vice-prefeita, Ana Paula Matos, declarou que, frente aos desafios globais relacionados à economia, sustentabilidade e a busca pela paz, o Escritório de Cooperação Internacional teria a responsabilidade de “[...] identificar no mundo as melhores práticas de governança, de desenvolvimento social, procurando oportunidades para todos” (Salvador, 2022).

Embora essa transição não tenha resultado em mudanças na natureza de suas competências, esse novo momento reforçou ainda mais o foco no desenvolvimento sustentável. Como parte da reestruturação, o novo órgão adotou uma formação organizacional renovada, dividindo suas atividades em setores específicos e direcionando seu foco a temas internacionais que considera mais relevantes. Uma decisão provavelmente tomada para fortalecer parcerias e facilitar a implementação de políticas públicas, com impacto internacional. Sua nova disposição inclui setores como: Cultura, Turismo e Eventos; Sustentabilidade, Diversidade e Social; Acordos e Editais; Alianças Globais e Governança.

Após os processos de mudança ocorridos nos órgãos públicos, o Escritório de Cooperação Internacional aparenta ter se consolidado neste posto, visto que o organismo permanece em atividade até o início de 2025. Essa busca pela evolução das estruturas de repartições que se responsabilizam por tratativas de instância internacional, ilustram uma trajetória de empenho da administração municipal que, por vezes, se deparou com questões de orçamentos restritos, limitações de recursos humanos e entraves de coordenação interinstitucional. E, por mais que ainda encontre obstáculos, ela persiste em ocupar um papel mais ativo no cenário internacional, se movimentando de maneira mais estratégica e integrada para aprimorar sua capacidade de enfrentar desafios locais, conseguindo posicionar Salvador de maneira mais eficaz nas dinâmicas globais contemporâneas.

4.2 O UNICEF em Salvador: propósito, iniciativas e formas de Atuação

A chegada de organizações internacionais a Salvador representou um marco decisivo no desenvolvimento da cidade, ao integrá-la de maneira mais intensa às redes globais de cooperação. Mediante a presença de instituições como a ONU e suas agências, a capital baiana passou a contar com um apoio estratégico para o enfrentamento de desafios locais de modo mais estruturado, especialmente no que se refere à educação, saúde, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. As iniciativas de cooperação internacional forneceram não apenas recursos e conhecimento técnico, mas também contribuíram para o fortalecimento de iniciativas locais, ajudando a estabelecer uma visão global para o desenvolvimento urbano e social da cidade.

No campo dos direitos humanos da infância, o UNICEF destacou-se como um ator internacional de grande relevância local. Embora suas ações de escopo nacional, iniciadas em 1950, tenham impactado o estado da Bahia, o ingresso da instituição em solo baiano ocorreu apenas quarenta anos depois. A primeira menção documental sobre sua atuação no estado data de 1990, quando foi registrado o seu apoio a um projeto de alfabetização e capacitação de jovens

e adultos, majoritariamente mulheres, realizado em uma escola dominical no estado (UNICEF, 1990b).

Este momento de inserção do UNICEF no território baiano está relacionado a eventos determinantes que ocorreram em contexto nacional, favoráveis à temática da proteção infantil no Brasil e no mundo. Neste período foi realizada a promulgação do ECA e a assinatura da Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança. A rigor, os eventos propiciaram o fortalecimento da colaboração entre o governo brasileiro, a sociedade civil e a Agência, resultando em uma intensificação progressiva de programas sociais. Apesar do cenário favorável, foi apenas na década seguinte que as ações do UNICEF ganharam maior intensidade no estado, resultando na implementação em 2005 de uma de suas iniciativas mais emblemáticas na Bahia: o Selo UNICEF. Essa campanha representou um marco para a região, impulsionando a mobilização de recursos e fortalecendo as relações da instituição com o poder público estadual, ampliando tanto o número de estratégias desenvolvidas quanto as possibilidades de novas parcerias (UNICEF, 2025a).

A intensificação do engajamento estadual do UNICEF também repercutiu no âmbito municipal, que no mesmo ano começou a registrar novas atividades realizadas. Este momento representava o início de um estágio no qual as manifestações da Agência passaram a ocorrer com maior frequência. No entanto, dados da Secretaria Municipal da educação (Quadro 5), apontavam que essas estavam restritas à presença e ao apoio técnico em eventos educativos, uma condição que perdurou até o ano de 2010. Dados coletados no site da Secretaria Municipal da educação, ilustram no Quadro 5 abaixo as ações e projetos desenvolvidos no período indicado:

Quadro 05: Iniciativas do UNICEF em Parceria com Órgãos e Agentes Municipais de Salvador.

Ano	Ações e Projetos
2005	• Presença do então coordenador geral do UNICEF Rui Pavan, no Seminário sobre a promoção da igualdade racial e de gênero, promovido pela SEMEC em parceria com o Centro de estudos afro-orientais (CEAFRO) (Secretaria da Educação, 2005a).
	• Lançamento do Livro escola plural. Em parceria com a CEAFRO (Secretaria da Educação, 2005b).
2005	• Lançamento do livro “Saúde e Educação- Caminhos e Conquistas em Paralisia Cerebral- Uma Ação Interdisciplinar pela Vida”. Publicação do UNICEF em parceria com o Núcleo de atendimento a criança com paralisia cerebral (Secretaria da Educação, 2005c).

Ano	Ações e Projetos
2005	Participação no programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), em parceria com órgão estaduais e nacionais (Secretaria da Educação, 2005d).
	Apoio a realização do 10º Fórum da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Secretaria da Educação, 2005e).
2006	Participação no projeto Aprova Brasil, do Ministério da Educação, oferecendo apoio por meio de pesquisas e estudos, além de propor soluções para o desenvolvimento de programas que beneficiem escolas em todo o país (Secretaria da Educação, 2005e).
2007	Apoio ao projeto social Caravana do Esporte. Projeto social do Canal Esporte TV ESPN Brasil, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC) (Secretaria da Educação, 2006).
	Participação de pesquisadora do UNICEF na mesa do IV Encontro Brasileiro de Cidades Educadoras, evento realizado pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), com a presença de secretários municipais e estaduais (Secretaria da Educação, 2007a).
2008	Elaboração e disponibilização de materiais educativos a ser disponibilizado pelo Centro Municipal de Educação Infantil, em Oficina de Sensibilização de professores para o projeto Família Fortalecida (Secretaria da Educação, 2008).

Fonte: Elaboração própria

O levantamento das iniciativas acima revela que no início as atividades tinham uma abordagem técnica, não havendo a implementação de projetos próprios. Sua atuação se resumia a ações de consciência pública em colaboração com a rede de proteção local aos direitos da criança, se limitando a trabalhos como participação em eventos locais, apoio na organização de atividades e a colaboração na elaboração e distribuição de materiais. Ou seja, práticas voltadas para a sensibilização da população e para o fortalecimento da rede local de proteção à infância. Também é relevante observar que as primeiras iniciativas foram, sobretudo, realizadas em parceria com o poder público, o que proporcionou visibilidade e promoveu uma aproximação inicial com as autoridades locais, estabelecendo um relacionamento e introduzindo com a abordagem educacional um dos eixos estratégicos a serem trabalhados.

Do ponto de vista público, embora os fatores ocorridos nos âmbitos nacional e estadual tenham sido determinantes na condução do órgão para o plano municipal, é fundamental destacar o papel importante da SECRI no estabelecimento e manutenção dessa relação com o município. Como discutido, o órgão da prefeitura fomentou ativamente relações com a ONU, demonstrando interesse constante em construir parcerias com a organização para obter benefícios técnicos e econômicos para Salvador. Assim, compreende-se que a administração pública municipal previamente estruturada, somado à intensificação das atividades de

cooperação internacional no estado, criou um ambiente ainda mais propício para a presença de instituições internacionais no território, promovendo a implementação da primeira Casa da ONU no Brasil, sediada na cidade de Salvador, no ano de 2010. Dessa forma, a iniciativa conduzida pela própria organização com apoio da prefeitura, tornou-se um marco significativo no fortalecimento das atividades de cooperação internacional em escala municipal.

Sob a ótica do UNICEF, a motivação para sua presença em Salvador estava intimamente ligada ao mandato e aos objetivos da própria ONU, que percebeu a oportunidade de expandir suas ações na cidade, iniciando o processo de implementação do escritório compartilhado. Jorge Chediek, então coordenador do Sistema das Nações Unidas no Brasil e representante do PNUD no país, destacou em declaração publicada pelas Nações Unidas Brasil (2010) que a decisão de estabelecer um Escritório Compartilhado da ONU na Bahia representou um reconhecimento da importância estratégica do Estado no contexto regional, além de valorizar as parcerias firmadas com o Governo da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador. Assim, compreende-se que a presença do UNICEF na cidade não se deu apenas por uma decisão local isolada, mas sim como parte de uma colaboração conjunta entre o território e o órgão, inserida em uma estratégia mais ampla da ONU de atuar em nível local e em regiões adjacentes que enfrentavam desafios sociais significativos.

Dentro desse contexto de maior articulação e cooperação internacional, a criação da Casa da ONU em Salvador marcou uma mudança importante na forma como os organismos das Nações Unidas, incluindo o UNICEF, passaram a atuar no município. A instalação desse espaço facilitou a coordenação entre as agências e aproximou ainda mais suas ações do poder público local. No caso do UNICEF, essa presença permanente refletiu tanto no aumento do número de iniciativas quanto na relevância das pautas trabalhadas, fazendo com que o período ficasse marcado pelo fortalecimento institucional da organização na cidade e consolidação da sua atuação junto às políticas públicas municipais.

O levantamento das iniciativas da Agência no território, desde 2010 até os dias atuais, refletem essa mudança. O estudo que inclui informações do site oficial do Fundo também abrange cinco sites públicos municipais, demonstrando o aumento no número de atividades da Agência e a intensificação de seu engajamento com os diferentes níveis de governo e com a sociedade. No que concerne às entidades públicas, estão envolvidas: a Secretaria Municipal de Educação (SMED), a Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ) e a Câmara Municipal de Salvador (CMS).

No Quadro 6 abaixo é possível observar algumas das principais atividades realizadas pelo UNICEF ou que contaram com a sua colaboração em Salvador após a implementação da Casa da ONU na cidade.

Quadro 06 – Principais Iniciativas com participação do UNICEF em Salvador.

Ano	Iniciativa	Colaboradores
2012 - 2013	Juventude Mostre a sua Cara: Evento que buscou incentivar jovens talentos e estimular habilidades artísticas. O projeto teve como objetivo a criação de espaços educativos e lúdicos para a reflexão, debate, integração e visibilidade das demandas e necessidades de adolescentes e jovens do Município de Salvador (Secretaria Municipal de Saúde, 2013).	Secretaria Municipal de saúde (ATSAJ e Distritos Sanitários), Secretaria da Educação (SMED), UNICEF (Assistência social), Fundação Cidade Mãe, Mais Social, Projeto Axé e representantes de Adolescentes e Jovens.
2013	Portas Abertas para a Inclusão-Esporte para todos: Capacitação de professores para utilizar o esporte como ferramenta de inclusão de crianças com deficiência, promovendo interação e desenvolvimento nas escolas (Secretaria da Educação, 2013).	Secretaria Municipal da Educação (SMED), UNICEF, Fundação Rodrigo Mendes e Instituto Barcelona.
2013-2016	Vozes da Cidade: Iniciativa voltada para elaboração, análise, mapeamento e escuta de adolescentes e crianças, para identificar problemas vivenciados e mobilizar os jovens a participar da construção da agenda pública. Esta ação integra o projeto Plataforma do Centros Urbanos (Vozes da Cidade, 2022).	UNICEF, Prefeitura de Salvador, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Parceria técnica local: Avante - Educação e Mobilização Social.
2013 - 2020	Plataforma dos Centros Urbanos (PCU): Ferramenta criada pelo UNICEF para avaliar e acompanhar indicadores municipais relacionados à infância e adolescência, com foco na definição de prioridades, engajamento social e impacto coletivo. Esse projeto também contemplou a iniciativa “Vozes da Cidade” (UNICEF, 2020a; Vozes da Cidade, 2022).	UNICEF, Centro de Promoção da Saúde (Cedaps), Prefeitura de Salvador (SMED), Conselho Municipal do CMDCA.
2013-2021	Viva Melhor Sabendo Jovem: Projeto que prestou serviço sobre o HIV, buscando garantir o acesso à informações para prevenção e entrega de testes rápidos para o diagnóstico precoce da doença (UNICEF, 2021e).	Gapa - BA (Grupo de Apoio à Prevenção à Aids), UNICEF, Secretaria Municipal da Saúde de Salvador (SMS) e Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS).

Ano	Iniciativa	Colaboradores
2014 - 2024	Semana do Bebê: Mobilização social para promoção do desenvolvimento infantil, assegurando a atenção adequada a crianças de até seis anos de idade. Nesta seara, são realizadas discussões intersetoriais por meio de palestras, oficinas, atividades lúdicas e culturais (Secretaria da Educação, 2014; UNICEF, 2024v).	Secretarias Municipais de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), de Saúde (SMS), de Educação (SMED), de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (SEMPRE) e o UNICEF.
2017	Projeto Hoje Menina, Amanhã Mulher: Ação para meninas em situação de vulnerabilidade, em que foram oferecidas oficinas que abordam temáticas de igualdade de gênero, cidadania, desigualdade, empoderamento e seus direitos sexuais e reprodutivos. Também foram disponibilizadas capacitações para gestores públicos, que discutiram sobre a importância de prover serviços mais qualificados para as meninas, e de elaborar e implementar um plano de ação intersetorial com foco no desenvolvimento delas (UNICEF, 2018h, 2018i).	Realização Assorem, em colaboração com UNICEF, o Plan International Brasil, e a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD). Brazil Foundation e Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), como parceiros financiadores. Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (FIEMA) da Secretaria Municipal de Educação de Salvador, como parceiro técnico; Rede de Mulheres do Subúrbio, como parceiro executor.
2020	Ações contra a COVID-19: Doação de cestas básicas, kits de higiene e materiais educativos durante a pandemia (Secretaria da Educação, 2022; UNICEF, 2020b, 2020c, 2020d e 2020e).	UNICEF, Colgate, Unilever, Americanas, Gerdau e Prefeitura de Salvador.
2021	Volta às Aulas Nota 10: Distribuição de kits escolares e higiene bucal para alunos da Rede Municipal (Secretaria da Educação, 2021).	Secretaria Municipal da Educação (SMED), UNICEF, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Colgate.
2022	Busca Ativa Escolar: Estratégia para reinserção de crianças e adolescentes na escola, por meio de metodologia social e uma plataforma digital que comporta dados de identificação, registro, controle e	UNICEF, Governo da Bahia, Prefeitura Municipal de Salvador (SMED), Colegiado Nacional de gestores

Ano	Iniciativa	Colaboradores
	acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. A ferramenta foi disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios (Busca Ativa Escolar, 2017; UNICEF, 2021f).	Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde (CONASEMS) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).
2022	Projeto Conectividade: Programa de apoio tecnológico e formação para adolescentes. Foram disponibilizados celulares e pacotes de internet, além da realização de oficinas sobre identidade, inclusão digital, projeto de vida, comunicação e defesa de direitos (UNICEF, 2022f).	UNICEF, secretarias municipais e fundações governamentais citadas no Agenda Cidade UNICEF, Instituto Aliança e empresa Capgemini.
2022-2024	Agenda Cidade UNICEF: Programa voltado para ampliar o acesso de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade a direitos fundamentais, como educação, saúde e inclusão no mercado de trabalho. A iniciativa também buscou reduzir a exposição à violência e promover integração social. Em Salvador, suas ações estavam concentradas no bairro de Valéria, através dos projetos Valerizar e Conectividade, que integravam o Agenda Cidade UNICEF (UNICEF, 2024p).	UNICEF, secretarias municipais de Políticas para Mulher, Infância e Juventude (SPMJ), Saúde (SMS), Educação (SMED), de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE) e Reparação (SEMUR). Casa Civil do estado da Bahia e Secretaria de Governo (SEGOV). Fundação Cidade Mãe (FCM), Fundação Gregório de Matos (FGM), e o Núcleo de Apoio à Primeira Infância (NEAPI).
	Projeto Valerizar: Iniciativa voltada para o desenvolvimento de ações formativas, que contribuiu para qualificação de adolescentes e jovens, visando à sua inserção no mundo do trabalho, o seu desenvolvimento educacional, o fortalecimento de suas identidades e à sua participação na vida comunitária (UNICEF, 2023w; Câmara Municipal de Salvador, 2023).	UNICEF, secretarias municipais e fundações governamentais citadas no Agenda cidade Unicef, Instituto Aliança e o Instituto Trabalho Decente.
2022-2024	Iniciativa Unidade Amiga da Primeira Infância (UAPI): Programa de assistência técnica e qualificação	UNICEF, Prefeitura Municipal de Salvador (SMED), Núcleo

Ano	Iniciativa	Colaboradores
	de serviços para o desenvolvimento infantil. A iniciativa busca a certificação da melhoria da oferta de serviços e diálogo entre profissionais e famílias para melhor comunicação (UNICEF, 2023t).	Especial de Apoio à Primeira Infância (NEAPI), Sociedade Baiana de Pediatria (SOBAPE), Associação Brasileira de Enfermagem (Aben-BA), Avante Educação e Mobilização Social e o Núcleo de Atendimento à Criança com Paralisia Cerebral (NACPC).
2024	Curso Primeira Infância Antirracista: Ação de capacitação de profissionais da rede de saúde e educação em práticas para o desenvolvimento infantil pleno de crianças negras e indígenas. Essa ação integrou a iniciativa Unidade Amiga da Primeira Infância (UNICEF, 2024w).	UNICEF e Secretarias de Políticas para as Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), Saúde (SMS), Educação (SMED) e do Núcleo Especial de Apoio à Primeira Infância (NEAPI). A empresa Nivea atua como parceira estratégica do UNICEF nessa iniciativa.

Fonte: Elaboração própria.

Verificando as iniciativas, comprova-se que o número de projetos aumentou significativamente a partir de 2010. A lista apresentada comporta apenas uma parte das ações ocorridas e evidencia o aprimoramento do trabalho da agência na cidade. O Fundo, que anteriormente mantinha uma atuação mais discreta e focada em intervenções pontuais, passou a desenvolver atividades mais estruturadas, assumindo um papel que transcende a simples participação em eventos, tornando-se também idealizador e executor direto de projetos.

O novo arranjo estabelecido nesse período desencadeou a implementação de uma agenda temática prioritária, permitindo uma atuação mais estratégica e coordenada. Além disso, como pontuado, o estabelecimento de um endereço fixo, que centralizou as atividades, ainda proporcionou o aumento da sua capacidade de execução e facilitou a integração das áreas a serem trabalhadas. Isso fez com que os desdobramentos dessa evolução também fossem sentidos nas atividades desenvolvidas, que ganharam uma abordagem mais robusta, ainda que suas ações iniciais de natureza estritamente técnica e simbólica, por serem consideradas importantes, não tenham sido extintas.

4.2.1 Agenda Temática

A elucidação e discussão acerca da trajetória das iniciativas do UNICEF em Salvador demonstram que a sua relevância na cidade foi sendo conquistada gradualmente ao longo dos anos, durante um período no qual sempre esteve a promover transformações significativas nas políticas e projetos voltados para a infância e adolescência. Sua atuação, que começou com um foco específico, foi se expandindo de acordo com as necessidades regionais, refletindo seu processo de adaptação às realidades e desafios locais, gerando um aprimoramento e o crescimento expressivo na quantidade de projetos, que resultou em uma alteração considerável na agenda temática proposta para a cidade.

Logo, é possível entender que, com o prolongamento natural do seu tempo de atuação na capital, a organização pôde compreender melhor as principais dificuldades enfrentadas pela população. Esse panorama proporcionou ao Fundo a oportunidade de aprofundar a sua compreensão sobre as dificuldades locais, ao mesmo tempo em que permitiu um engajamento mais produtivo com gestores públicos e a própria comunidade. Com a ampliação do apoio, o UNICEF teve a capacidade de evoluir sua atuação de modo a alcançar de maneira mais eficaz seu propósito. Ao ser expandida, sua agenda temática se consolidou em quatro áreas: educação, saúde e nutrição, empoderamento juvenil e combate à violência, conforme será detalhada a seguir.

4.2.1.1 Educação

Selecionado como o primeiro campo para ser trabalhado pela agência em Salvador, o setor educacional para o UNICEF desempenha um papel de grande relevância na sua agenda de desenvolvimento infantojuvenil. A instituição reconhece a importância de promover o acesso à educação de qualidade e por isso estrutura suas ações em torno da inclusão, equidade e qualidade do ensino, especialmente para crianças e adolescentes que se encontram em contextos de vulnerabilidade. Para além do acesso à escola, as discussões acerca dessa pauta também abordam questões sobre a permanência no ambiente de ensino, a aprendizagem significativa e debates sobre a construção de um espaço escolar mais acolhedor e apto para atender as mais variadas demandas dos alunos (UNICEF, 2023q).

Compromissos dessa natureza são indispensáveis para a comunidade local que enfrenta dificuldades significativas no ramo educacional. Dados do portal QEdu (2025) mostram que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas, aponta que em 2023, Salvador apresentou o 4º e o 9º pior índice entre as capitais da região nordeste e do Brasil, respectivamente. Além de

dificuldades no nível de qualidade do ensino, a cidade também tem enfrentado percalços na garantia da permanência de uma parcela do corpo estudantil no ambiente escolar, principalmente após a pandemia (Secretaria da Educação, 2023).

Como forma de agir em prol do fortalecimento e acesso à educação básica de qualidade, o UNICEF implementou projetos como o Conectividade. A iniciativa, executada no bairro de Valéria, oferece suporte tecnológico, formação socioemocional e inclusão digital para adolescentes em situação de vulnerabilidade. Para isso são disponibilizados celulares e acesso à internet, além da promoção de oficinas e capacitações, que permite aos jovens melhores condições de aprendizado e integração nas escolas (UNICEF, 2022f).

Para o combate à evasão escolar, foi estabelecido no Estado, incluindo a sua capital, a Busca Ativa Escolar (2017) em conjunto com o UNICEF (2022h). Uma estratégia que combina um conjunto de métodos para entender as dinâmicas sociais e com uma ferramenta tecnológica gratuita, que disponibiliza um banco de dados para auxiliar os governos na gestão e monitoramento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Recurso valioso concedido a estados e municípios no combate à desigualdade no ensino público.

4.2.1.2 Saúde e Nutrição

No eixo da saúde, o UNICEF direciona os seus esforços para a promoção da saúde materno-infantil, prevenção de doenças, equidade no acesso aos serviços de saúde e qualificação dos atendimentos (UNICEF, 2023s). Além desses aspectos, a análise de suas atividades também possibilita uma compressão mais ampla, a qual revela que sua prioridade não está voltada apenas para a garantia de atendimento médico, mas também para o fortalecimento de políticas públicas que se responsabilizam por assegurar o direito à saúde de forma integral (UNICEF, 2023t; 2025a). Sempre levando em consideração fatores sociais, educacionais e comunitários que impactam o bem-estar infantil e juvenil.

Discussões sobre a equidade no acesso à saúde incluem a capacitação de profissionais para atender desde casos de doenças raras até situações de violência infantil, além do enfrentamento das desigualdades raciais e sociais no sistema de saúde (UNICEF, 2023t). Todo o processo de aprendizagem disponibilizado pelo UNICEF, além de contemplar especialista da área, também beneficiam jovens que, por meio de ações de conscientização, obtêm informações que discutem saúde sexual, reprodutiva, prevenção de HIV e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e sífilis (UNICEF, 2018i; 2021e). Somado a isso, a

iniciativa Viva Melhor Sabendo Jovem, busca gerar discussões sobre o tema para promoção do acesso à informação e ao diagnóstico precoce (UNICEF, 2021e).

Embora todos estes eixos sejam considerados de grande relevância para suprir às necessidades de grupos vulneráveis, a longevidade e a consistência de iniciativas voltadas à primeira infância revelam que a instituição possui um enfoque especial para este grupo, se esforçando na tentativa de garantir que crianças tenham um começo de vida saudável. O interesse nesse meio é justificado pelas dificuldades em atender as necessidades dessa parcela da população. Como apresentado pelo levantamento do Instituto Cidades Sustentáveis (2024), Salvador possuía em 2021 o pior indicador de desnutrição infantil para crianças menores de cinco anos, entre todas as capitais brasileiras. Um cenário preocupante, mas que conta com os projetos Unidade Amiga da Primeira Infância (UNICEF, 2023t) e a Semana do Bebê (Secretaria da Educação, 2014), que intervêm no fortalecimento do atendimento a gestantes no incentivo ao aleitamento materno e na garantia de que crianças, desde seus primeiros anos de vida, tenham acesso a cuidados essenciais.

4.2.1.3 Combate à Violência

Os debates acerca do quadro de violência contra crianças, adolescentes e jovens em Salvador apontam que este problema estrutural demanda ações objetivas e coordenadas. Indicadores recentes têm evidenciado a gravidade da situação e reforçado a necessidade de mudanças na capital baiana. Segundo estudo do UNICEF (2024x), denominado Análise de Dados: Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens em Salvador, em 2023, foram registrados 1.103 homicídios nesta cidade, resultando em uma taxa de 63,7 homicídios por 100 mil habitantes. O Fundo também destaca que, entre 2016 e 2019, o número de homicídios de adolescentes de 10 a 19 anos aumentou 52%, passando de 55,43 para 84,49 mortes por 100 mil habitantes, evidenciando que a situação de vulnerabilidade desse público persiste há anos (UNIFEC, 2024x).

Dentro desse contexto de combate à violência, a desigualdade racial se destaca como um fator determinante na distribuição da violência letal. De acordo com os dados do IBGE (2022), a população de Salvador é composta por 83,2% de pessoas negras, sendo 49,1% de pessoas “pardas” e 34,1% de pessoas “pretas”. Apesar de constituírem a maioria, os negros, especialmente crianças, adolescentes e jovens, são desproporcionalmente afetados pela violência. Este grupo apresenta uma taxa de mortalidade muito maior do que a proporção que representam na população geral, revelando uma super-representação no número de vítimas de homicídios (UNICEF, 2024x).

Em resposta, o UNICEF tem adotado uma série de medidas para minimizar os efeitos da violência, promovendo, por meio de uma agenda ampla e multifacetada, a proteção de crianças e adolescentes. Para atingir esse propósito, a sua programação atua de maneira abrangente na prevenção de diversas manifestações de violência, incluindo as formas físicas, psicológicas e institucionais, especialmente em contextos domésticos, escolares e públicos. Além disso, há uma forte ênfase na tentativa de redução da violência letal contra adolescentes, bem como o trabalho de combate à violência de gênero e da criação de ambientes mais seguros para todos (UNICEF, 2024x). Com isso, as políticas de prevenção são fundamentais nesse esforço, especialmente as que visam a redução de homicídios e as que oferecem alternativas seguras e oportunidades, evitando a exposição de crianças e jovens ao aliciamento pelo crime organizado. Também há uma importante tentativa de coibir práticas prejudiciais como a exploração sexual, o assédio, o casamento e a gravidez precoce (UNICEF, 2018i). Deste modo, a Agência não está apenas centrada em combater os resultados da violência, mas também em criar ambientes seguros e políticas de prevenção.

Uma medida que refletiu o seu compromisso em fomentar novas oportunidades foi o Agenda Cidade UNICEF, uma iniciativa realizada pela instituição, em parceria com a prefeitura municipal e o Instituto Aliança. O território escolhido para a implementação do projeto foi no bairro de Valéria, um local que possui alta incidência de violência contra crianças e adolescentes, e que careciam de ações que ofereceriam oportunidades de fortalecimento das redes de proteção. No âmbito da Agenda Cidade UNICEF, foram desenvolvidos diversos projetos, dentre os quais se destaca o Valerizar, que visou à inclusão socioproductiva de adolescentes e jovens, facilitando sua transição da escola para o mercado de trabalho (UNICEF, 2023w). Ele reduz a exposição desses indivíduos à violência letal e ao aliciamento pelo crime e proporciona alternativas seguras que favorecem seu desenvolvimento e distanciamento de contextos de risco.

4.2.1.4 Empoderamento Juvenil

No contexto da proteção e do cuidado com a juventude, o UNICEF contribui com a abordagem do empoderamento juvenil, dando voz e oportunidade aos jovens, permitindo que eles se juntem ativamente aos processos de tomada de decisão que afetam suas vidas e suas comunidades (Secretaria Municipal de Saúde, 2013). De modo a viabilizar esse propósito, a instituição está sempre promovendo espaços de escuta e diálogo, nos quais adolescentes conseguem expressar suas ideias e contribuir para soluções que reduzam as desigualdades existentes em seu entorno (UNICEF, 2025b). Neste foco de trabalho, suas ações também foram

desenvolvidas por meio de iniciativas que fizeram parte do primeiro ciclo da Agenda Cidade UNICEF.

Um dos aspectos trabalhados para garantir a capacitação desse público, envolve o acesso à educação e qualificação profissional (Câmara Municipal de Salvador, 2023). Essas duas vertentes têm valor fundamental por garantirem a permanência dos jovens na escola e providenciarem oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho. O alcance a essas possibilidades é de suma importância pois interrompem ciclos de exclusões e passa a oferecer uma nova perspectiva a juventude, potencializando a sua visão sobre o meio em que está inserido.

Questões anteriormente exploradas, como a necessidade de abordar as desigualdades raciais, de gênero e socioeconômicas, retornam como um objeto de discussão (UNICEF, 2024x), em função desta pauta afetar muitos jovens impedindo que eles desenvolvam plenamente suas habilidades. Portanto, a agenda é percebida na prioridade de produzir políticas que enfrentem essas desigualdades e garantam o suporte adequado a eles. Seu plano de ação ainda valoriza o uso da tecnologia, da cultura e da inovação, como uma ferramenta a ser aplicada durante o período da juventude para explorar possíveis descobertas de novos métodos de aprendizagem e de expressão (UNICEF, 2022f).

Concluindo a análise de cada um dos quatro pontos abordados, foi possível identificar que a agenda temática em questão está alinhada com a demanda local, um espaço marcado por desafio estruturais que exigem respostas urgentes, fazendo com que sua proposta de atuação se volte para áreas fundamentais ao desenvolvimento humano e social. No entanto, é importante ressaltar, que a emergência do Covid-19 exigiu adaptações no plano de ação (UNICEF, 2020c; 2020e). Durante essa fase, as desigualdades em Salvador foram sendo aprofundadas, o que resultou em desafios ainda maiores para o acesso à educação, saúde e alimentação por parte de crianças e adolescentes.

Em face disso, o UNICEF estruturou uma agenda emergencial focada nas populações mais vulneráveis, para mitigar os impactos da crise. Sua atuação concentrou-se no fortalecimento dos serviços de saúde e assistência social e na promoção da segurança alimentar, por meio de ações como a distribuição de kits de higiene, limpeza e cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo que tivessem o mínimo necessário para manter sua saúde e bem-estar. Uma atitude que reafirma a determinação do UNICEF em agir sobre as adversidades que afetam o grupo prioritário que atende (UNICEF, 2020b; 2020c).

4.2.2 Formas de atuação

Mediante a compreensão do nível de complexidade dos desafios enfrentados e das múltiplas dimensões que envolvem a implementação de políticas sociais eficazes, deduz-se que a execução da agenda temática na prática exige a combinação de diferentes formas de atuação. De fato, em Salvador, a organização não apenas identifica desafios existentes, mas também mobiliza diferentes atores e estabelece estratégias para o fortalecimento de políticas públicas como instrumento para viabilizar a inclusão e impulsionar a transformação social (UNICEF, 2022f; 2023o). Tal modelo intersetorial que o compõem, compreende múltiplos agentes – como escolas, unidades de saúde, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil – o que requer certo grau de coordenação para que possam trabalhar de forma articulada na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Para operar sobre essa estrutura, pôde ser observado que o Fundo recorre às seguintes formas de atuação:

4.2.2.1 Parcerias estratégicas com os setores público e privado

A principal forma de atuação do UNICEF em Salvador é através das parcerias estratégicas criadas com o setor público e privado (UNICEF, 2022f). É a partir dessa relação de colaboração que a Agência consegue gerir os seus recursos, suas competências e conhecimentos de forma mais eficiente. No território, a organização exerce essa estratégia realizando parcerias com diversos setores que englobam instituições como secretarias municipais, entidades educacionais, empresas privadas e organizações da sociedade civil (UNICEF, 2018i; 2020d; 2022f), formando uma rede colaborativa que trabalha para alinhar metas e definir prioridades comuns para a promoção dos direitos do infante-juvenil. Uma vez que se integra a esse ambiente, a organização busca realizar campanhas de sensibilização como forma de incentivar esses atores a firmarem termos de cooperação para fomentar ações concretas, como a elaboração de projetos e promoção de eventos como fóruns e mesas de diálogo (UNICEF, 2016; 2021f).

Com o setor público de Salvador, o UNICEF construiu ao longo do tempo um vínculo sólido, pautado em uma cooperação direcionada ao apoio técnico para a elaboração e execução de planos municipais voltados à infância e adolescência. Dentro dessa relação, a Agência consegue exercer o seu papel através da promoção de capacitações para gestores e outros profissionais da rede pública (UNICEF, 2023t), bem como pela gestão de dados para executar o monitoramento e avaliação de indicadores sociais (UNICEF, 2020a). Isso demonstra que nesse estágio a parceria se manifesta através de interesses mútuos, relativos aos recursos

técnicos detidos pela organização e a conquista de novas possibilidades proporcionadas pelo poder público.

Para o Fundo, a união com a Prefeitura permite a potencialização de recursos e a ampliação do alcance das políticas, garantindo que as ações implementadas sejam mais sustentáveis e eficazes (Secretaria de Comunicação, 2022; UNICEF, 2023w), o que possibilita que elas consigam ter continuidade, gerando um impacto de longo prazo. Na outra extremidade, a sua intervenção oferece suporte ao governo melhorando a qualidade dos serviços públicos ofertados e fortalecendo a governança. Nesse contexto, o UNICEF interage com diversas secretarias, entidades públicas e instituições de ensino do município, de modo a angariar o maior volume de recursos para reforçar iniciativas voltadas ao seu grupo prioritário de ação.

As parcerias com o setor privado, embora não tenham o mesmo nível de envolvimento e responsabilidades constatadas nas relações com o setor público, elas também são consideradas importantes, pois desempenham um papel complementar às ações realizadas junto ao poder público. Nesse sentido, as estratégias de atuação com esse setor na capital baiana estão voltadas para captação de recursos financeiros e materiais (UNICEF, 2018i), bem como ao incentivo de práticas sociais por parte empresas corporativas (UNICEF, 2020e) e a possibilidade de expansão do acesso à tecnologias (UNICEF, 2022f). Alguns exemplos dessas alianças foram registrados no período da pandemia, no qual o UNICEF, junto as empresas Colgate, Unilever, Americanas e Gerdau, se uniram para distribuir em Salvador kits de higiene e cestas básicas a famílias vulneráveis (UNICEF, 2020b; 2020c 2020d; 2020e). No projeto Conectividade, o UNICEF também contou com a colaboração da empresa Capgemini para viabilizar para adolescentes o acesso a smartphones, pacotes de dados e cursos de capacitação (UNICEF, 2022f).

A partir dessa análise, é possível compreender que as parcerias entre o UNICEF e os setores público e privado em Salvador detém uma importância singular para atuação da organização. A sua participação na formulação e implementação de políticas públicas integradas à disponibilidade de recursos financeiros, tecnológicos e operacionais consegue ampliar seu campo de atuação, elevando o nível de impacto das ações que promove em prol de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

4.2.2.2 Levantamento e monitoramento de dados

Como constatado na agenda temática, as informações acerca da realidade de crianças e adolescentes em Salvador demonstram ser vastas e complexas, tornando essencial a existência de um sistema estruturado de levantamento e monitoramento de dados capazes de processar

essas informações, deixando-os mais acessíveis para serem manipulados. A atuação do UNICEF na cidade segue essa linha, realizando a coleta e análise de dados para identificar de forma mais precisa os problemas estruturais enfrentados e as áreas atingidas.

No município pôde ser constatado que o procedimento de coleta de dados do Fundo combina informações de fontes oficiais com percepções da própria comunidade. Dados oficiais são colhidos em sites governamentais, tanto de entidades da administração pública federal, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), quanto de Ministérios. Em âmbito estadual, a Agência considera dados das secretarias de Estado e instituições permanentes, como a Defensoria Pública da Bahia, ao passo que, na esfera municipal são reconhecidas como fontes confiáveis de informações órgãos e entidades municipais, englobando suas secretarias, fundações e instituições de ensino (UNICEF, 2020a; 2024x).

Nesta seara o UNICEF seleciona uma gama de dados para serem examinados. Alguns exemplos de informações e indicadores buscados durante esse processo são: mortalidade infantil, cobertura vacinal, pré-natal/saúde da gestante, taxa de acesso à água potável e saneamento básico, número de matrículas, taxa de alfabetização, entre outros (UNICEF, 2020a; Vozes da Cidade, 2022).

A segunda forma de coleta de dados é realizada através de “Escutas sociais”, no qual moradores, adolescentes, jovens, lideranças locais e familiares, compartilham a sua percepção sobre situações que são enfrentadas por crianças e adolescentes (Vozes da Cidade, 2022; UNICEF, 2025b). Esse processo participativo é realizado por meio de reuniões, consultas públicas, entrevistas, grupos focais e oficinas, nos quais as comunidades conseguem manifestar abertamente suas necessidades, desafios e expectativas sobre políticas e serviços públicos.

Quando todos os dados são compilados, eles passam por um processo de organização e análise, sendo por vezes estruturados em diagnósticos que ajudam a identificar as causas e características de problemas sofridos no território. Com base nesse conhecimento o UNICEF consegue definir suas prioridades de ação através do desenvolvimento de iniciativas próprias ou alinhando sua atuação a programas e políticas públicas da gestão municipal da cidade, o que garante que um número maior de demandas possa ser atendido. O Fundo também faz o acompanhante contínuo de ações implementadas para entender a sua eficácia, assim como, monitora índices sociais do município (UNICEF, 2021d; 2024p).

A Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) é uma representação clara da operação do UNICEF no processo de coleta, análise e monitoramento de dados realizados em Salvador. O programa consiste em uma plataforma digital que foi criada pela agência, e que adota um

processo estruturado de monitoramento para avaliar e acompanhar os indicadores que impactam diretamente o seu grupo prioritário de ação. Nessa iniciativa, foi feita a seleção de indicadores específicos que reflitam áreas críticas como saúde, educação e proteção. Na sequência foram realizadas coleta de dados e a análise das desigualdades internas, permitindo que a formulação de políticas públicas pudesse ser orientada por evidências concretas e direcionadas às necessidades reais do público infanto-juvenil (UNICEF, 2020a). É importante frisar que esse projeto foi desenvolvido a partir da assinatura de um termo de cooperação entre Prefeitura, a UNICEF e a Coelba, reforçando o trabalho conjunto que desempenham (Secretaria de Comunicação, 2022).

Por fim, é importante notar que o conjunto de dados compilados e as análises geradas a partir deles, se comportam como uma ferramenta para campanha de sensibilização. As informações obtidas são transformadas em relatórios, documentos, plataformas e boletins detalhados que são divulgados na mídia. Seu alcance é ainda ampliado pela produção e divulgação de notícias e reportagens sobre o tema, conseguindo não só informar a população, mas também engajar a sociedade e, conseqüentemente, pressionar o poder público a adotar novas pautas de interesse na luta contra a desigualdade.

4.2.2.3 Capacitação de profissionais e fortalecimento institucional

Entre as várias estratégias de suporte à evolução da assistência social no município, a capacitação profissional surge como um instrumento estratégico singular, ao realizar o treinamento de profissionais do setor público para integrar novas práticas às políticas municipais. Seu objetivo é o aprimoramento dos serviços oferecidos à comunidade (UNICEF, 2021f; 2024w), o que exige empenho, tendo em vista o volume de lacunas existentes. O sistema de capacitação profissional segue uma abordagem estruturada, que se inicia a partir da elaboração de um diagnóstico detalhado da situação enfrentada (UNICEF, 2021d) para identificar as defasagens presentes nos serviços públicos, permitindo que o UNICEF e os órgãos públicos e privados envolvidos possam definir os campos a serem auxiliados por meio da disponibilização de uma formação especializada.

Em Salvador, as capacitações ocorrem através de cursos presenciais, workshops, oficinas, seminários e uso de plataformas digitais, englobando, principalmente, as áreas da saúde e da educação, auxiliando profissionais como professores, agentes de saúde, assistentes e gestores (UNICEF, 2018i; 2023t; 2024w). Os treinamentos também são realizados por métodos mais simples, que envolve a produção de materiais didáticos e guias metodológicos de boas práticas (UNICEF, 2021d; 2021f). Cada uma dessas formas de operação visa o fortalecimento

institucional através do conhecimento, estimulando a busca por novas soluções e a troca de experiências. A partir disso, percebe-se que esse modo de atuação acaba por gerar a disseminação de conhecimentos e ideias que orientam gestores e demais profissionais na implementação de políticas públicas que considera eficazes.

Sobre as características dos programas de capacitação desenvolvidos pela Agência, estes são de caráter predominantemente práticos, visto que na maior parte das atividades de aprimoramento fornecidas pela instituição, o conhecimento adquirido tem como finalidade a aplicação direta em casos enfrentados no dia a dia dos profissionais (UNICEF, 2024w). Assim, todo o trabalho realizado pela Agência está focado na aplicação direta dos conhecimentos e no aprimoramento das habilidades dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes, demonstrando que os programas buscam não apenas oferecer informações teóricas, mas também habilidades práticas concretas que possuem utilidade no cotidiano de trabalho do profissional. A natureza da sua finalidade pode ser testemunhada na iniciativa intitulada Curso Primeira Infância Antirracista (UNICEF, 2024w), que surgiu a partir da necessidade de haver profissionais qualificados para lidar com questões raciais dentro dos serviços públicos, mediante a assimilação dos impactos do racismo no desenvolvimento infantil que estavam ocorrendo na cidade.

4.2.2.4 Mobilização social

A mobilização social tem se mostrado um componente central na construção e consolidação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social. No caso da atuação do UNICEF em Salvador, essa mobilização não aparece apenas como estratégia de apoio, mas como um recurso indispensável para que as ações voltadas à infância ganhem força, visibilidade e efetividade.

Na cidade, esse movimento trabalha com a produção de narrativas que destacam a importância dos direitos da infância, tendo como finalidade sensibilizar não apenas gestores, mas também a opinião pública em apoio ao desenvolvimento de políticas públicas que julga necessárias (UNICEF, 2018h; 2024v). Para isso, a instituição faz uso das plataformas digitais e de rede sociais para divulgar materiais de comunicação e campanhas a serem realizadas (Busca Ativa Escolar, 2017; UNICEF, 2018i).

Em meio à capital soteropolitana, essa proposta consegue aproximar famílias, educadores, lideranças locais e organizações comunitárias ao UNICEF, mas principalmente, ao poder público, criando oportunidades para a participação ativa de pessoas que vivem a realidade dos desafios enfrentados. Esse mecanismo de integração com a população local, o qual viabiliza

a escuta social (Vozes da Cidade, 2022), tende a produzir iniciativas mais assertivas sendo decisivo para que as ações implementadas conseguiram ser melhor absorvidas e sustentadas pelas próprias comunidades, o que auxilia na continuidade dos projetos (UNICEF, 2018h), mesmo após o encerramento do suporte direto da organização. Entretanto, é preciso reconhecer que as chances disso acontecer são ainda maiores quando as iniciativas são integradas às políticas públicas municipais. Ademais, essa dinâmica de aproximação, além gerar maior efetividade das ações, também provoca um processo de integração das políticas públicas com as comunidades, levando ao fortalecimento da participação comunitária e, conseqüentemente, o aumento da conscientização sobre seus direitos.

Sendo assim, é possível ponderar que, ao ampliar sua conscientização, esses cidadãos acabam por fortalecer sua compreensão individual sobre o papel que desempenham enquanto indivíduos na sociedade, propiciando a ocorrência de mudanças de comportamento que refletem diretamente nas comunidades. Isso tem demonstrado que, de fato, o conhecimento se torna uma ferramenta para o empoderamento coletivo pois os tornam agentes ativos da busca por melhorias sociais, podendo inclusive exercer pressão sobre o poder público.

Essa estratégia de desenvolver um olhar crítico é especialmente trabalhada no universo infantojuvenil pois serve como uma ferramenta que permite a esse grupo construir autonomia e assumir um papel ativo em sua própria trajetória, como também lhe dando recursos para reconhecer circunstâncias na qual algum dos seus direitos foi infringido. O Valerizar é um exemplo de atividade que combina a mobilização comunitária e o empoderamento juvenil ao propor uma oficina de mídias sociais, na qual adolescentes puderam visitar a Câmara Municipal da capital e aprender sobre comunicação digital. Nesse espaço os jovens ainda são incentivados a desenvolver habilidades de liderança para o fortalecimento de suas competências (Câmara Municipal de Salvador, 2023; UNICEF, 2023z).

Todo esse contexto leva à compreensão de que, embora o UNICEF não tenha plena autonomia para implementar políticas públicas, desempenha um papel importante ao apoiar a formulação e execução de algumas políticas que são feitas em parceria com o governo. Ao exercer a escuta ativa, que valoriza as demandas provenientes da base da sociedade, a instituição assegura que as necessidades das comunidades vulneráveis sejam efetivamente ouvidas e consideradas no processo de tomada de decisão e implementação, contribuindo para a criação de soluções mais inclusivas e eficazes que promovem um impacto duradouro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, buscou-se compreender a atuação do UNICEF junto ao poder público da cidade de Salvador, analisando suas iniciativas e impactos no desenvolvimento de políticas públicas municipais voltadas para a infância e a adolescência. O estudo permitiu verificar que a atuação da instituição na cidade vai muito além de uma assistência técnica ou humanitária pontual. Suas ações evidenciam como a organização, apoiada por seus recursos, credibilidade internacional e rede de parcerias, tem sido um agente transformador na formulação e implementação de políticas públicas locais. Essa presença demonstra que o UNICEF se insere na dinâmica das organizações internacionais, que, com suas funções e características específicas, trazem diretrizes e modelos globais adaptáveis à realidade municipal. Ao firmar parcerias estratégicas e mobilizar diversos atores, o Fundo não apenas transfere conhecimento e recursos, mas também estabelece metodologias que orientam a governança local, funcionando como uma ponte entre padrões internacionais e as necessidades concretas de Salvador.

Paralelamente, a pesquisa evidencia que as políticas públicas são processos dinâmicos e construídos coletivamente. Sua participação na agenda municipal ilustra como a integração entre o poder público e parceiros externos pode enriquecer e aprimorar essas políticas ao longo do tempo. Em vez de se limitar à execução de projetos isolados, suas iniciativas contribuíram para a formulação e fortalecimento de estratégias voltadas à infância e à adolescência, demonstrando que políticas públicas se desenvolvem e se adaptam continuamente. Dessa forma, o estudo confirma que a colaboração entre organizações internacionais e o setor público não só amplia o impacto social das ações, como também gera uma governança municipal mais inclusiva e eficiente.

A instalação da Casa da ONU em Salvador marcou um ponto importante no processo de internacionalização da cidade. Ao estabelecer um espaço fixo de diálogo e cooperação, essa estrutura permitiu uma articulação mais próxima entre as agências da ONU, o poder público municipal, a sociedade civil e o setor privado. Foi a partir desse ambiente que diversas iniciativas puderam ser articuladas com foco no fortalecimento da gestão local e na melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes em contextos vulneráveis. Exemplos como a Agenda Cidade UNICEF e a Plataforma de Monitoramento de Centros Urbanos ilustram o impacto e influência da organização, tanto na formulação de programas com foco social quanto na produção de indicadores que orientam decisões políticas voltadas à infância e juventude.

De forma direta, é possível observar que a atuação do UNICEF na difusão de políticas públicas em Salvador se deu, principalmente, por meio de campanhas e ações voltadas à sensibilização de gestores públicos. Essa mobilização envolveu diferentes estratégias, como a produção e circulação de conhecimento, a disseminação de metodologias específicas, o incentivo ao uso de boas práticas, além da criação de mecanismos que encorajam a adoção de diretrizes e políticas bem-sucedidas. Essas abordagens identificadas ao longo da pesquisa mostraram-se fundamentais para ampliar o alcance das iniciativas da organização e favorecer a continuidade das ações no território municipal.

Sua atuação no município também pode ser compreendida através da perspectiva dos mecanismos de suporte na adoção de políticas públicas. Observou-se que a inserção do UNICEF no contexto municipal ocorreu por meio de mecanismos como a indução institucional e a cooperação técnica, o que possibilitou um fluxo de informação e boas práticas entre os diversos níveis da administração pública. A indução institucional pôde ser identificada através da participação direta da organização nas etapas iniciais e estratégicas das políticas públicas, assegurando o alinhamento dessas iniciativas às agendas globais de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Por seu turno, a cooperação técnica se materializou por intermédio de diversas ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas, à capacitação de gestores e ao aprimoramento de serviços essenciais.

Os resultados desta pesquisa reforçam a importância da presença do UNICEF em Salvador em função da sua capacidade de mobilização para a implementação de estratégias que impactam diretamente a vida das crianças e adolescentes. A ação do UNICEF transcende a assistência pontual e se configura como um ator essencial na disseminação de boas práticas e na promoção de um ambiente político mais responsivo às demandas infantojuvenis.

Por fim, este estudo também abre espaço para novas pesquisas como investigações acerca da atuação do UNICEF em outras capitais do Nordeste que dispõem de dinâmicas urbanas e adversidades sociais similares, mas que não contam com o aparato institucional representado pela Casa da ONU, possibilitando observar como a ausência dessa estrutura pode impactar desde a articulação com o poder público até a viabilidade de parcerias e a captação de recursos. O estudo sobre outras organizações internacionais atuantes em Salvador também abre margem para outras investigações ampliando a compreensão sobre o papel desses atores na gestão pública municipal e na promoção do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Tiago. **Paradiplomacia no Brasil: os casos do Estado da Bahia e do Município de Salvador e a política externa subnacional**. Orientador: José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes. 2020. 57 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31897/1/%5bFINAL%20Vers%c3%a3o%20dep%c3%b3sito%20final%5d%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20PPGRI%20-%20Tiago%20Scher.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

ASSIS, Aguida. **AÇÃO PARADIPLOMÁTICA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA**. Orientador: Prof. Carlos Roberto Sanchez Milani. 2009. 96 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://www.labmundo.org/wp-content/uploads/2021/05/TCC-Monografia-de-Graduacao-2009-Aguida-Pereira-Assis.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Ministério das Comunicações e UNICEF se unem pela conectividade das escolas públicas**. [Brasília]: Ministério das Comunicações, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/abril/ministerio-das-comunicacoes-e-unicef-se-unem-pela-conectividade-das-escolas-publicas>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Diretrizes para Iniciativas de Cooperação Sul-Sul Trilateral**. [Brasília]: Ministério das Relações Exteriores, mar. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/diretrizes_csst_ed3_2023_final.pdf. Acesso em: 18 Ago. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **TJDFT e UNICEF assinam protocolo de intenções para compor complexo de justiça e cidadania do DF**. [Brasília]: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 15 jul. 2015. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2015/julho/tjdft-e-unicef-assinam-protocolo-de-intencoes-para-completar-o-polo-de-cultura-justica-e-cidadania-do-df>. Acesso em: 18 set. 2024.

BUSCA ATIVA ESCOLAR. **Sobre a Busca Ativa Escolar**. Busca Ativa Escola, 2017. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/>. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. Decreto-Lei nº 6.588, de 28 de dezembro de 2004. **Altera a estrutura organizacional da Prefeitura do Salvador e dá outras providências**. Governo de Salvador, 2012. Disponível em: https://semge.salvador.ba.gov.br/images/Conselho_Municipal_de_Relaes_Internacionais_Cas aCivil.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Augusto Vasconcelos recebe projeto do Unicef na Câmara**. Governo da Bahia, 2023. Disponível em: <http://cms.ba.gov.br/noticias/18-04-2023-augusto-vasconcelos-recebe-projeto-do-unicef-na-camara>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

CARVALHO, Grégory dos Passos. **Difusão de programas e políticas públicas nos municípios brasileiros**: fatores explicativos e implementação pró-forma em processos coercitivos conduzidos pela esfera federal. 2020. 284 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41027/1/2020_Gr%C3%A9gorydosPassosCarvalho.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

CARVALHO, Thales; FERNANDES, Jéssica; FARIA, Carlos Aurélio. Organizações Internacionais e Políticas Públicas Nacionais: variáveis organizacionais e instrumentos de difusão. **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, 2021, p. 01-28. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1112/841>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CURTIS, Simon. **The Power of Cities in International Relations**. Nova Iorque: Routledge, 2014.

DOBBIN, Frank; SIMMONS, Beth; GARRETT, Geoffrey. The global diffusion of public policies: social construction, coercion, competition, or learning?. **Annual Review of Sociology**, v. 33, p. 449-472, 2007.

DOLOWITZ, David; MARSH, David. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. **Governance**, v. 13, n.1, p. 5-24, jan. 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/12712793/Learning_from_Abroad_The_Role_of_Policy_Transfer_in_Contemporary_Policy_Making. Acesso em: 05 mar. 2023.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. As Organizações Internacionais como difusoras de políticas públicas. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 7, n. 13, p. 29-49, 2018a. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/8718/4548>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Brasília: ENAP, 2018b. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3335/4/Livro_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_s_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

FINNEMORE, Martha; BARNETT, Michael. **Rules for the World**: international organizations in world politics. USA: Cornell Uni, 2004.

GIANEZINI, Kelly et al. Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, 2017, p. 1065-1084.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. UNESP FUNDAÇÃO, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7357589/mod_resource/content/1/6_Giddens_Moderidade_tempo_espaco.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

GONNET, Cecilia Osorio. **The role of international organizations in a policy diffusion process. Preliminary discussion about the Conditional Cash Transfers programs in Latin America**. X Chilean Congress of Political Science (ACCP). Santiago, 2012. Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/bbzx3v1xhp869fn/AAAJa->

qcuxGwe1VdcnULXakKa/Aula%2011.%20Gonnet_The%20role%20of%20international%20organizations%20in%20a%20policy%20diffusion%20process.pdf?dl=0. Acesso em: 05 mar. 2023.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano: Estado da Bahia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Mapa da Desigualdade entre as Capitais Brasileiras - Covid-19**. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/mapa_da_desigualdade_capitais_covid19. Acesso em: 11 dez. 2024.

JAKOBI, A. P. International organizations and world society: studying global policy development in public policy. **TranState working papers**, Bremen, v. 81, 2009. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/27904/1/598963499.PDF>. Acesso em: 17 abr. 2023.

KARNS, M. A.; MINGST, K. A.; STILES, K. W. **International organizations: The politics and processes**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2010. Disponível em: <https://www.rienner.com/uploads/55b14c992d1b2.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MARSH, David; SHARMAN, J. C. Policy diffusion and policy transfer. In: EVANS, Mark (ed.). **New directions in the study of policy transfer**. New York: Routledge, 2010.

NEWMARK, Adam. An integrated approach to policy transfer and diffusion. **The Review of Policy Research**, v. 19, n. 2, p. 151-178, 2002.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU celebra os seus 65 anos com novo escritório e exposição fotográfica em Salvador**. Brasil, 25 nov. 2010. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/56045-onu-celebra-os-seus-65-anos-com-novo-escri%C3%B3rio-e-exposi%C3%A7%C3%A3o-fotogr%C3%A1fica-em-salvador#:~:text=%E2%80%9CA%20decis%C3%A3o%20de%20ter%20um,a%20Prefeitura%20Municipal%20de%20Salvador>. Acesso em: 7 out. 2024.

OLIVEIRA, B. B.; STEINER, A. Q.; ALVES, E. E. C. As organizações internacionais na difusão de políticas de proteção à infância e adolescência no Brasil: um estudo de caso do Selo UNICEF – Município Aprovado. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 3, n. 2, p. 152-177, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/41494/21958>. Acesso em: 16 abr. 2023.

OLIVEIRA, O. P. D.; SARAIVA, C.; SAKAI, R. **Difusão de Políticas e Cooperação Para o Desenvolvimento: Elementos norteadores para a implementação de projetos de transferência de políticas públicas por meio da cooperação internacional**. No. 1. ed. São José, do Rio Preto: Bailão Editorial, 2020.

OLIVEIRA, O. P.; FARIA, C. A. P. Policy transfer, diffusion, and circulation: Research traditions and the state of the discipline in Brazil 1. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, p. 13-32, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/35514965/POLICY_TRANSFER_DIFFUSION_AND_CIRCULATION_Research_Traditions_and_the_State_of_the_Discipline_in_Brazil. Acesso em: 05 jan. 2023.

ONUKEI, Janaina; AGOPYAN, Kelly. **Organizações e regimes internacionais**. 1ª. ed. Curitiba: InterSaberes, março 2021.

PESSINO, Soraya. Soraya Pessino fala sobre a área internacional da Prefeitura de Salvador. Entrevistadores: Daiara; Nathan Xavier; Guilherme Lima. Internacionalização Descentralizada em Foco (IDeF), Paraíba, 31 mar. 2021. Publicado pelo Disponível em: <https://idefufpb.com/2021/03/31/soraya-pessino-fala-sobre-a-area-internacional-da-prefeitura-de-salvador/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

QEDU. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/29-bahia/ideb/municipios>. Acesso em: 4 mar. 2025.

RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana Comin. **Urbanização, globalização e saúde**. *Dossiê Saúde Urbana*. Revista USP, São Paulo, n. 107, p. 13-26, 2015. ISSN: 2316-9036. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/115110>. Acesso em: 12 set. 2023.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores**: a paradiplomacia das cidades brasileiras. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/zxnb/pdf/ribeiro-9788523212018.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

RODRIGUES, Gelze; ROSS, Jurandyr. **A TRAJETÓRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL**: perspectivas geográfica, histórica e ambiental. Minas Gerais: EDUFU, 2020. 272 p. ISBN 978-65-86084-00-9. DOI 10.14393/EDUFU/978-65-86084-00-9. Disponível em: https://edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/edufu_a_trajetoria_da_cana-de-acucar_no_brasil_2020_ficha_corrigida.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

RODRIGUES, Gilberto. **Organizações Internacionais**. 1. ed. Editora Moderna, janeiro 2013.

ROSE, R. What is lesson-drawing? **Journal of Public Policy**, v. 11, n. 1, p. 3-30, 1991.

ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

SALVADOR. **Decreto Municipal n. 15.474, de 19 de janeiro de 2005**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2005/1548/15474/decreto-n-15474-2005-atribui-ao-cargo-de-secretario-extraordinario-previsto-no-artigo-27-da-lei-2130-68-os-encargos-de-promocao-das-relacoes-internacionais-no-municipio-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27 set. 2024.

SALVADOR. **Decreto Municipal n. 19.390, 18 de março de 2009**. Diário Oficial do Município, Salvador, BA, 19 mar. 2009. Ano 22, n. 4.858. Disponível em:

<http://www.dom.salvador.ba.gov.br/images/stories/pdf/2009/marco/DOM-4858-19-03-2009.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de. Secretaria de Comunicação. **Salvador e Reino Unido assinam acordo de cooperação para projetos**. Salvador, 2022. Disponível em: <https://comunicacao.salvador.ba.gov.br/salvador-e-reino-unido-assinam-acordo-de-cooperacao-para-projetos/>. Acesso em: 26 set. 2024.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

SANTANA, Helena. **ATUAÇÃO INTERNACIONAL DE SALVADOR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES INTERNACIONAIS DA PREFEITURA DE SALVADOR DE 2001 A 2008**. Orientador: Prof. Dr. Fernando Pedrão. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Salvador, Salvador, 2010. Disponível em: <https://tede.unifacs.br/bitstream/tede/206/1/DISSERTACAO%20Helena%20Francisca%20Santana.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. **Prefeitura, Unicef e Coelba assinam cooperação para beneficiar crianças**. Prefeitura de Salvador, 2022. Disponível em: <https://comunicacao.salvador.ba.gov.br/prefeitura-unicef-e-coelba-assinam-cooperacao-para-beneficiar-criancas/>. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Juventude Mostre a sua Cara**. Prefeitura de Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.saude.salvador.ba.gov.br/programacao-especial-para-a-semana-do-adolescente/>. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Portas Abertas para a Inclusão**. Prefeitura de Salvador, 2013. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/escola-municipal-realiza-projeto-de-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Prefeitura promove 2ª Semana do Bebê Soteropolitano**. Prefeitura de Salvador, 2014. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/prefeitura-promove-2a-semana-do-bebe-soteropolitano/>. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **São Cristóvão ganha Cmei completamente reconstruído pela Prefeitura**. Prefeitura de Salvador, 2021. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/sao-cristovao-ganha-cmei-completamente-reconstruido-pela-prefeitura/>. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Práticas Pedagógicas para inclusão da lei 10.639/03 são apresentadas para os professores da Rede**. Prefeitura de Salvador, 2005a. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/praticas-pedagogicas-para-inclusao-da-lei-10-63903-sao-apresentada-para-os-professores-da-rede/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **II JORNADA DE SAÚDE E EDUCAÇÃO EM PARALISIA CEREBRAL**. Prefeitura de Salvador, 2005c. Disponível em:

<http://educacao3.salvador.ba.gov.br/ii-jornada-de-saude-e-educacao-em-paralisia-cerebral/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Conselheiros Municipais de Educação passam por capacitação.** Prefeitura de Salvador, 2005d. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/conselheiros-municipais-de-educacao-passam-por-capacitacao/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Dirigentes municipais de educação cobram a implantação do FUNDEB.** Prefeitura de Salvador, 2005e. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/dirigentes-municipais-de-educacao-cobram-a-implantacao-do-fundeb/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **APROVA BRASIL – Escola Primeiro de Maio é selecionada pelo MEC.** Prefeitura de Salvador, 2006. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/aprova-brasil-escola-primeiro-de-maio-e-selecionada-pelo-mec/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Professores e estudantes da rede municipal participam da Caravana do Esporte.** Prefeitura de Salvador, 2007a. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/professores-e-estudantes-da-rede-municipal-participam-da-caravana-do-esporte/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Confira a programação do IV Encontro Brasileiro de Cidades Educadoras.** Prefeitura de Salvador, 2007b. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/confira-a-programacao-do-iv-encontro-brasileiro-de-cidades-educadoras/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **CMEI Cid Passos promove projeto Família Fortalecida.** Prefeitura de Salvador, 2008. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/cmei-cid-passos-promove-projeto-familia-fortalecida/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Unicef e AVSI Brasil faz entrega de Kits de higiene para 40 escolas municipais de Salvador.** Secretaria de Salvador, 2022. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/unicef-e-avsi-brasil-faz-entrega-de-kits-de-higiene-em-prevencao-a-covid-19-para-40-escolas-municipais-de-salvador/>. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Prefeito destaca avanços, anuncia entregas e diz que 2023 será o ano da inclusão.** Secretaria de Salvador, 2023. Disponível em: <https://comunicacao.salvador.ba.gov.br/bruno-reis-destaca-avancos-anuncia-entregas-e-diz-que-2023-sera-o-ano-da-inclusao/>. Acesso em: 14 de jan. de 2025.

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das organizações internacionais.** Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado, 2018.

SPOSITO, Maria. **Capitalismo e Urbanização.** 16^a. ed. São Paulo: Contexto, 1988. 80 p. Disponível em:

https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao___maria_e_ncarnacao_beltrao_sposito___pdf_rev.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

UNESCO. **Criança Esperança: uma história de sucesso**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380359>. Acesso em: 1 maio 2023.

UN-HABITAT. **About Us**. Un-Habitat, 2024a. Disponível em: <https://unhabitat.org/about-us>. Acesso em: 2 jun. 2024.

UN-HABITAT. **New Urban Agenda: What we are doing**. Un-Habitat, 2024b. Disponível em: <https://unhabitat.org/about-us/new-urban-agenda>. Acesso em: 2 jun. 2024.

UN-HABITAT. **STRATEGIC PLAN 2020-2023**. Un-Habitat, 2024c. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/10/strategic_plan_2020-2023-overview.pdf. Acesso em: 2 jun. 2024.

UNICEF. **Final Report of the First Executive Board of the United Nations International Children's Emergency Fund**. Nova York, 22 jan. 1951. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/85601/file/first-exec-board-final-report-1950.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância: relatório do Conselho Executivo, 14-30 de maio de 1975**. Nova York, 1975. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/795563?ln=ru.Annual&v=pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

UNICEF. **UNICEF Annual Report**. UNICEF, 1984. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/93701/file/UNICEF-annual-report-1984.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

UNICEF. **UNICEF Annual Report**. UNICEF, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/93611/file/UNICEF-annual-report-1989.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

UNICEF. **World declaration and plan of action from the world summit for children**. UNICEF, 1990a. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/85571/file/WSC-declaration-first-call-for-children.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

UNICEF. **UNICEF Annual Report**. UNICEF, 1990b. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/93601/file/UNICEF-annual-report-1990.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

UNICEF. **UNICEF Annual Report**. UNICEF, 1992. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/93571/file/UNICEF-annual-report-1992.pdf.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

UNICEF. **Governo do Brasil e o UNICEF uma parceria global pela cooperação humanitária**. UNICEF, 2014. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/2086/file/Governo_do_Brasil_e_o_UNICEF_uma_parceria_global_pela_cooperacao_humanitaria.pdf. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

UNICEF. **DOCUMENTO DO PROGRAMA DE PAÍS**. UNICEF, 2016. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-03/BCO_CPD2017_2021_.pdf. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

UNICEF. **About UNICEF**. UNICEF, 2018a. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/en/about-unicef>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

UNICEF. **Presença do UNICEF no Brasil**. UNICEF, 2018b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/presenca-do-unicef-no-brasil>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

UNICEF. **Emerging from the ashes of war: 1946–1979**. UNICEF, 2018c. Disponível em: <https://www.unicef.org/stories/learning-experience-19461979>. Acesso em: 31 ago. 2023.

UNICEF. **Moving with the times: 1980–1988**. UNICEF, 2018d. Disponível em: <https://www.unicef.org/stories/learning-experience-19801988>. Acesso em: 31 ago. 2023.

UNICEF. **Bringing the world together: 1989–2005**. UNICEF, 2018e. Disponível em: <https://www.unicef.org/stories/learning-experience-19892005>. Acesso em: 31 ago. 2023.

UNICEF. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil**. UNICEF, 2018f. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>. Acesso em 10 de jan. de 2025.

UNICEF. **UNICEF philanthropy partnerships**. UNICEF, 2024k. Disponível em: <https://www.unicef.org/partnerships/philanthropies>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

UNICEF. **Nossos Parceiros**. UNICEF, 2018g. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/nossos-parceiros>. Acesso em: 12 de jan. de 2025.

UNICEF. **Práticas que Contribuem para a Redução da Gravidez não Intencional na Adolescência**. UNICEF, 2018h. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/3101/file/Trajectorias_plurais.pdf. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

UNICEF. **Empoderamento de meninas: Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero**. UNICEF, 2018i. Disponível em: https://www.ba.gov.br/mulheres/sites/site-spm/files/migracao_2024/arquivos/File/Publicacoes/CadernodeBoasPraticas_Empoderamento deMeninas_Comoiniciativasbrasileirasestaoajudandoagarantiraigualdadedegenero.pdf. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

UNICEF. **30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil**. Unicef: para cada criança, Brasília, p. 1-52, 20 nov. 2019a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/6276/file/30-anos-da-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.pdf>. Acesso em: 9 set. 2024.

UNICEF (Brasil). **20 ANOS pelos direitos de crianças e adolescentes**. UNICEF, 2019b. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-09/revista_selo_unicef_20anos.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

UNICEF. **Política Social**. UNICEF, 2019c. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/politicas-monitoramento-e-cooperacao#:~:text=Assist%C3%A2ncia%20t%C3%A9cnica%20e%20capacita%C3%A7%C3%B5es%20para%20governos%20ampliar%20a%20adapta%C3%A7%C3%A3o%20do,Adapta%20SUAS%20%7C%20Emerg%C3%A2ncia>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

UNICEF (Brasil). **Plataforma dos Centros Urbanos 2017-2020**. UNICEF, 2020a. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/2276/file/PCU_2017-2020%E2%80%93Percurso_metodologico_para_promover_os_direitos_de_crianças_e_adolescentes_mais_vulneráveis_e_excluídos_em_centros_urbanos_brasileiros.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

UNICEF. **Gerdau e UNICEF se unem para doar kits de higiene e alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade**. UNICEF, 2020b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/gerdau-e-unicef-se-unem-para-doar-kits-de-higiene-e-alimentos-familias-em-situacao-vulnerabilidade>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

UNICEF. **Unilever e UNICEF firmam parceria para levar itens essenciais ao Norte e Nordeste do País**. UNICEF, 2020c. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unilever-e-unicef-firmam-parceria-para-levar-itens-essenciais-ao-norte-e-nordeste>. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

UNICEF. **“Uma mão lavada ajuda a outra”**. UNICEF, 2020d; Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/uma-mao-lavada-ajuda-outra>. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

UNICEF. **Americanas se torna parceira estratégica do UNICEF e doa 180 mil kits de higiene e limpeza para famílias vulneráveis com idosos**. UNICEF, 2020e. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/americanas-se-torna-parceira-estrategica-do-unicef-e-doa-180-mil-kits-de-higiene-limpeza-para-familias-vulneraveis>. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

UNICEF. **UNICEF Partnerships**. UNICEF, 2021a. Disponível em: <https://www.unicef.org/partnerships>. Acesso em: 4 mar. 2024.

UNICEF (Brasil). **Projeto Engaja – São Paulo**. UNICEF, 2021b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/projeto-engaja-sao-paulo>. Acesso em: 21 abr. 2023.

UNICEF (Brasil). **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. UNICEF, 2021c. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 2 set. 2024.

UNICEF. **Selo UNICEF: Guia Metodológico – Edição 2021 -2024**. UNICEF, 2021d. https://www.selounicef.org.br/sites/default/files/2021-10/053_Guia_Metodologico_Selo_FINAL_28_09.pdf. Acesso em: 20 de jan. 2025.

UNICEF. **Telefone para tirar dúvidas e entrega de autoteste de HIV e aids garantem atendimento a jovens da capital baiana em tempos de pandemia**. UNICEF, 2021e.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/telefone-para-tirar-duvidas-e-entrega-de-autoteste-de-hiv-e-aids-garantem-atendimento-a-jovens>. Acesso em: 7 de jan. de 2025.

UNICEF. **Projeto Àwùre promove Busca Ativa Escolar em Salvador e Recôncavo baiano para enfrentar a evasão de estudantes**. UNICEF, 2021f. Disponível em: https://www.institutoalianca.org.br/boletim/maio11/materia9_mai11.html. Acesso em 20 de jan. de 2025.

UNICEF (Brasil). **O papel do UNICEF para promover e apoiar a Convenção sobre os Direitos da Criança**. UNICEF, 2022a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-papel-do-unicef-para-promover-e-apoiar-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca#:~:text=Seu%20relacionamento%20de%20trabalho%20com,e%20a%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Conven%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 fev. 2023.

UNICEF. **Proteção**. UNICEF, 2022b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/protecao>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

UNICEF. **Proteção de Crianças e Adolescentes contra as Violências**. UNICEF, 2022c. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/protecao-de-criancas-e-adolescentes-contraviolencias>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

UNICEF. **Compromissos fundamentais para as crianças na ação humanitária**. Nova York, mai. 2022d. Disponível em: [https://www.unicef.org/media/130571/file/CCCs%20Portuguese%20\(Full%20version\).pdf](https://www.unicef.org/media/130571/file/CCCs%20Portuguese%20(Full%20version).pdf). Acesso em: 10 jan. 2024.

UNICEF. **Where we work**. UNICEF, 2022e. Disponível em: <https://www.unicef.org/careers/where-we-work>. Acesso em: 26 jan. 2024.

UNICEF. **Aprender em conjunto é mais especial**. UNICEF, 2022f. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/aprender-em-conjunto-e-mais-especial>. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

UNICEF. **STRATEGIC NOTE ON UNICEF'S WORK FOR CHILDREN IN URBAN SETTINGS**. 2ª. ed. Nova York, novembro 2022g. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/133771/file/Strategic%20note%20on%20UNICEF's%20work%20for%20children%20in%20urban%20settings.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

UNICEF. **Salvador firma compromisso com UNICEF para proteção de crianças e adolescentes em Valéria**. UNICEF, 2022h. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/salvador-firma-compromisso-com-unicef-para-protecao-de-criancas-e-adolescentes-em-valeria>. Acesso em: 6 de jan. de 2025.

UNICEF. **Becoming the leading voice: 2006–2020**. UNICEF, 2023a. Disponível em: <https://www.unicef.org/stories/learning-experience-20062015>. Acesso em: 1 set. 2023.

UNICEF (Brasil). **UNICEF no mundo**. UNICEF, 2023b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/unicef-no-mundo>. Acesso em: 04 fev. 2023.

UNICEF. **UNICEF history**. UNICEF, 2023c. Disponível em: <https://www.unicef.org/history>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

UNICEF. **What we do**. UNICEF, 2023d. Disponível em: <https://www.unicef.org/what-we-do>. Acesso em: 28 abr. 2023.

UNICEF. **UNICEF mission statement**. UNICEF, 2023e. Disponível em: <https://www.unicef.org/about-us/mission-statement>. Acesso em: 4 set. 2023.

UNICEF. **UNICEF's culture**. UNICEF, 2023f. Disponível em: <https://www.unicef.org/about/unicef-culture>. Acesso em: 24 ago. 2023.

UNICEF. **Health Programmes**. UNICEF, 2023g. Disponível em: <https://www.unicef.org/health>. Acesso em: 11 nov. 2023.

UNICEF. **HIV and AIDS**. UNICEF, 2023h. Disponível em: <https://www.unicef.org/hiv>. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

UNICEF. **Nutrition**. UNICEF, 2023i. Disponível em: <https://www.unicef.org/nutrition>. Acesso em: 11 nov. 2023.

UNICEF. **Education**. UNICEF, 2023j. Disponível em: <https://www.unicef.org/education>. Acesso em: 11 nov. 2023.

UNICEF. **Water, sanitation and hygiene (WASH)**. UNICEF, 2023k. Disponível em: <https://www.unicef.org/water-sanitation-and-hygiene-wash>. Acesso em: 11 nov. 2023.

UNICEF. **UNICEF Evaluation**. UNICEF, 2023l. Disponível em: <https://www.unicef.org/evaluation/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

UNICEF (Brasil). **Sobre o UNICEF**. UNICEF, 2023m. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>. Acesso em: 07 fev. 2023.

UNICEF. **For every child UNICEF Annual Report 2023**. Nova York, maio 2023n. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/157491/file/UNICEF%20Annual%20report%202023%20EN.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

UNICEF (Brasil). **Como atuamos no Brasil**. UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/como-atuamos-no-brasil>. Acesso em: 04 fev. 2023.

UNICEF. **Country Office Annual Report 2023 Brazil**. UNICEF, 2023o. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/152351/file/Brazil-2023-COAR.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

UNICEF (Brasil). **O que fazemos**. UNICEF, 2023p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-fazemos>. Acesso em: 04 fev. 2023.

UNICEF. **Educação**. UNICEF, 2023q. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/educacao>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

UNICEF. **Adolescentes**. UNICEF, 2023r. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/adolescentes>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

UNICEF. **Saúde**. UNICEF, 2023s. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/saude>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025.

UNICEF. **Salvador renova adesão à iniciativa Unidade Amiga da Primeira Infância (UAPI)**. UNICEF, 2023t. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/salvador-renova-adesao-a-iniciativa-unidade-amiga-da-primeira-infancia-uapi>. Acesso em: 15 de jan. de 2025.

UNICEF. **Plataforma dos Centros Urbanos**. UNICEF, 2023u. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/plataforma-dos-centros-urbanos>. Acesso em: 12 de jan. de 2025.

UNICEF. **O Selo UNICEF**. UNICEF, 2023v. Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/sobre>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

UNICEF. **UNICEF e Prefeitura de Salvador reafirmam compromissos para a #AgendaCidadeUNICEF**. UNICEF, 2023w. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-e-prefeitura-de-salvador-reafirmam-compromissos-para-agendacidadeunicef>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

UNICEF. **Adolescentes de Valéria participam de oficina de mídias sociais em Salvador**. UNICEF, 2023z. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/adolescentes-de-valeria-participam-de-oficina-de-midias-sociais-em-salvador>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

UNICEF. **About**. UNICEF, 2024a. Disponível em: <https://www.unicef.org/executiveboard/about>. Acesso em: 16 jan. 2024.

UNICEF. **Perguntas frequentes**. UNICEF, 2024b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/perguntas-frequentes>. Acesso em: 17 jan. 2024.

UNICEF. **List of UNICEF Programme Countries**. UNICEF, 2024c. Disponível em: <https://www.unicefventurefund.org/sites/default/files/2023-08/unicef-programme-country%20%281%29.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

UNICEF. **About UNICEF Data and Analytics**. UNICEF, 2024d. Disponível em: <https://data.unicef.org/about-us/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

UNICEF. **What we do**. UNICEF, 2024e. Disponível em: <https://www.unicef.org/innovation/what-we-do>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

UNICEF. **How we provide evidence to deliver results for children**. UNICEF, 2024f. Disponível em: <https://www.unicef.org/evaluation/policy-and-practice>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

UNICEF. **Research and reports**. UNICEF, 2024g. Disponível em: <https://www.unicef.org/research-and-reports>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

UNICEF. **UNICEF public partnerships**. UNICEF, 2024h. Disponível em: <https://www.unicef.org/partnerships/public>. Acesso em: 4 mar. 2024.

UNICEF. **UNICEF corporate partnerships**. UNICEF, 2024i. Disponível em: <https://www.unicef.org/partnerships/corporate>. Acesso em: 4 mar. 2024.

UNICEF. **UNICEF foundation partnerships**. UNICEF, 2024j. Disponível em: <https://www.unicef.org/partnerships/foundations>. Acesso em: 4 mar. 2024.

UNICEF. **For every child, results**. UNICEF, 2024l. Disponível em: <https://www.unicef.org/results>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UNICEF. **Eradicating polio**. UNICEF, 2024m. Disponível em: <https://www.unicef.org/immunization/polio>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UNICEF (Brasil). **Em São Paulo, atuação intersetorial entre educação, saúde e assistência social é fortalecida para trazer crianças e adolescentes de volta à escola**. UNICEF, 2024n. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/em-sao-paulo-atuacao-intersectorial-e-fortalecida-para-trazer-criancas-adolescentes-de-volta-a-escola#:~:text=Em%20maio%20de%202022%2C%20o,que%20vivem%20na%20Cidade%20Tiradentes>. Acesso em: 2 set. 2024.

UNICEF (Brasil). **Onde atuamos**. UNICEF, 2024o. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/onde-atuamos>. Acesso em: 06 jan. 2024.

UNICEF. **#AgendaCidadeUNICEF**. UNICEF, 2024p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/agendacidadeunicef>. Acesso em: 6 de jan. de 2025.

UNICEF (Brasil). **Distribuição de doações**. UNICEF, 2024q. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/distribuicao-de-doacoes#:~:text=Como%20parte%20da%20resposta%20humanit%C3%A1ria,grandes%20centros%20urbanos%20do%20Pa%C3%ADs>. Acesso em: 24 jul. 2024.

UNICEF. **Urban policy**. UNICEF, 2024r. Disponível em: <https://www.unicef.org/social-policy/urban>. Acesso em: 6 jun. 2024.

UNICEF. **Social policy and local governance**. UNICEF, 2024s. Disponível em: <https://www.unicef.org/social-policy/local-governance>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNICEF (Brasil). **Uma história de sucesso escrita a muitas mãos**. UNICEF, 2024t. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/uma-historia-de-sucesso-escrita-muitas-maos>. Acesso em: 17 ago. 2024.

UNICEF (Brasil). **Com apoio do UNICEF, Ministério das Cidades lança Rede Periferia Viva, para contribuir com políticas públicas para favelas em todo Brasil**. UNICEF, 2024u. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/innocenti/comunicados-de-imprensa/com-apoio-do-unicef-ministerio-das-cidades-lanca-rede-periferia-viva>. Acesso em: 18 set. 2024.

UNICEF. **10ª Semana do Bebê de Salvador acontece de 5 a 11 de agosto.** UNICEF, 2024v. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/10-semana-do-bebe-de-salvador-acontece-de-5-11-de-agosto>. Acesso em: 7 de jan. de 2025.

UNICEF. **UNICEF realiza curso Primeira Infância Antirracista em Salvador.** UNICEF, 2024w. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-realiza-curso-primeira-infancia-antirracista-em-salvador>. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

UNICEF. **ANÁLISE DE DADOS: Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens em Salvador.** Salvador. UNICEF, 2024x. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/31856/file/Homicidios%20de%20Crian%C3%A7as%20Adolescentes%20e%20Jovens%20em%20Salvador%202024.pdf.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

UNICEF. **UNICEF premiará 69 municípios da Bahia que avançaram nas políticas públicas para crianças e adolescentes.** UNICEF, 2025a. Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/noticias/unicef-premiara-69-municipios-da-bahia-que-avancaram-nas-politicas-publicas-para-criancas>. Acesso em: 10 de fev. 2025.

UNICEF. **Lázaro Ramos fala sobre racismo, identidade e plano de vida com 60 adolescentes de Valéria, em Salvador.** UNICEF, 2025b. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/lazaro-ramos-fala-sobre-racismo-identidade-e-plano-de-vida-com-60-adolescentes-valeria-salvador?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 12 de mar. 2025.

UNITED NATIONS. **Our Work.** United Nations, 2023. Disponível em: <https://www.un.org/en/our-work>. Acesso em: 22 abr. 2023.

VOZES DA CIDADE. **Vozes da Cidade:** crianças e adolescentes participando da construção de Salvador. Salvador, 2022. Disponível em: https://cmdca.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Apresentao_Vozes.pdf. Acesso em: 11 mar. 2025.

WEYLAND, Kurt. Bounded Rationality and Policy Diffusion: Social Sector Reform in Latin America. Princeton, NJ: **Princeton University Press**, 2007.